



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“BANDIDO NÃO, EU TOMO PELAS  
ARMAS!”  
ESTUDO SOBRE O CANGAÇO,  
SERTÃO E O BANDITISMO  
NORDESTINO (1890-1940)

LAYRA DE SOUSA CRUZ SARMENTO

BRASÍLIA

2024

LAYRA DE SOUSA CRUZ SARMENTO

“BANDIDO NÃO, EU TOMO PELAS  
ARMAS!”  
ESTUDO SOBRE O CANGAÇO, SERTÃO E  
BANDITISMO NORDESTINO (1890-1940)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutora de História.

**Linha de Pesquisa:** História Cultural, Memórias e Identidades

**Orientadora:** Prof. Dra. Eloisa Barroso

BRASÍLIA

2024

LAYRA DE SOUSA CRUZ SARMENTO

“BANDIDO NÃO, EU TOMO PELAS ARMAS!”  
ESTUDO SOBRE O CANGAÇO, SERTÃO E  
O BANDITISMO NORDESTINO (1890-1940)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Comissão Examinadora

---

**Profa. Dra. Eloisa Pereira Barroso**  
Universidade de Brasília  
Orientadora

---

**Profa. Dra. Maria Helenice Barroso**  
Instituto Federal de Brasília

---

**Prof. Dra. Thayza Alves Matos**  
University of New Mexico - UNM (EUA)

---

**Profa. Dr. Luis César Sá**  
Universidade de Brasília

---

**Prof. Dra. Émile Cardoso Andrade**  
Universidade Estadual do Goiás  
(suplente)

À minha tia Maria Lusinete da Silva (*em memória*).

Terminei tia, o “ondotorado”

À minha filha Maria Clara. Para sempre será por você.

## **Agradecimentos**

Se pudesse me encontrar com a Layra de 14 anos eu a abraçaria com muito amor e diria: “Você não tem noção de onde seus pés vão te levar. E não se preocupe, você vai estar lá e descobrir o que existe depois do medo.” Então eu quero agradecer por você, Layra de 14 anos, não ter desistido. Mesmo com medo e sem poder falar sobre ter medo. O sagrado que me guiou até aqui, recebeu muitos nomes ao longo do tempo. E ficou em todos os momentos. A essa espiritualidade que é energia motriz da vida, minha gratidão e minha fé.

Eu quero agradecer primeiramente aqueles que me esperaram e ficaram, das mais diversas formas.

Ao meu pai, Antonio Sarmiento que me mostrou o mundo do Sertão e de todas as coisas que eu amo sem nem mesmo ter vivido. Por ter me ouvido, por ter me motivado, por ter acreditado nos meus sonhos, por ter me amado mesmo quando foi difícil. O legado e a honra de ser sertanejo vai se perpetuar. Amo o senhor por toda vida. Agradeço também a esposa do meu pai, Neta, que sempre esteve disposta a socializar seu conhecimento de forma generosa, me incentivou inúmeras vezes e foi muito acolhedora, e hoje é uma grande referência na luta pela Educação.

À minha mãe Francisca Sarmiento, que eu amo profundamente e que tenho maior respeito do mundo. Respeito todas as abdições que a senhora fez e por ser mulher, as limitações que a vida lhe impôs. Agradeço mãe, por ter escolhido a família. Agradeço por todas as vezes que você falava para eu levantar a cabeça e continuar e por ter feito o melhor que você conseguiu. Eu te reconheço e reconheço sua força. Você é muito importante para mim.

Agradeço aos meus irmãos Thiago e Lorena. Vocês que souberam respeitar as minhas negativas de não poder participar, de não poder estar, de não poder ir... Eu sei que fiz falta. Mas voltei. Ao meu irmão Thiago você não tem noção de como eu admiro o ser humano ímpar que é. Reconheço e agradeço por você ser o melhor irmão que alguém pode ter e eu te amo. À minha irmã Lorena que é a melhor parceira, a mais leal, a ariana mais forte e chorona do mundo, a minha comadre. Obrigada por ser a presença necessária quando eu não pude ser. Te escolheria mil vezes pra ser madrinha da Maria. Te amo.

Agradecer a vida da minha filha é parte mais importante de tudo que eu escrever nessas linhas. O motivo que me faz levantar todos os dias da cama e continuar caminhando é você

Maria Clara. E para sempre será você. Não existe dia, momento, hora ou instante que faça sentido sem você. Foi você quem me acordou, naquele dia de madrugada, para me avisar que era hora de eu ir para Minas Gerais começar o meu sonho de ser estudante de História. Você me esperou. E não existe palavra suficiente para agradecer. Só nós sabemos o quanto isso remodelou nossas formas de amar. Me perdoe filha, não deu para acompanhar tudo. Não deu para ser a melhor mãe. Mas o meu amor por você é inquestionável. Foi você quem me deu a vida. Te amo sem medidas.

Agradeço ao meu querido Daniel por ter se tornado o meu amor, meu amigo, meu parceiro, meu confidente. Posso dizer sem medo, que a sua presença na vida tonou esse processo um pouco mais leve. Você esteve comigo nos meus momentos de dor, angústia, alegria, nos forrós, nos sambas, nos velórios, nas cervejas e principalmente nos cafés. Ter o seu abraço de conforto, em muitas vezes, ao longo desses anos foi o que me impediu de desistir. Obrigada por ter ficado na doença, ter cuidado, ter me amado independente de qualquer coisa. Você me traz segurança e paz. Obrigada por me fazer rir e por me amar nos meus piores dias. Eu te amo muito e quero que você esteja no meu amanhã.

Agradeço aos meus cunhados Luiza e Amauri, por fazerem meus irmãos felizes e por poderem compartilhar comigo as lamúrias, os ódios e as partes boas da vida. Vocês são muito importantes para mim. Agradeço aos meus sobrinhos Davi, Miguel, Ana Carolina e também o Heitor que foram pacientes nesse momento em que, eu como tia, estive ausente. Tia ama vocês demais.

Agradeço aos meus amigos que junto comigo atravessaram esses anos todos com muita paciência. Desculpe-me pelos meus sumiços e por demorar tanto para responder as mensagens. Acontece que às vezes era sempre o mesmo assunto de doutorado, não tinha muita novidade... Mas eu quero que saibam que eu amo todos profundamente. Obrigada aos amigos de longe Lindalva, Carlos Eduardo, Samuel, Fran, Márcia, Sidney.

Agradeço aos amigos que o mundo acadêmico me proporcionou e a vida fez a gentileza de redimensionar essa amizade para outras esferas: Eliane Brito amiga obrigada por ser tão presente e leal, por cuidar de mim, por ser a mão estendida sempre e ser tão maravilhosa. Obrigada Thayza Matos minha amiga das correrias, das trocas reais e do acolhimento. Amo vocês.

Agradeço as amizades que se tornaram parte de quem eu sou como pessoa e que ao longo do tempo, só foram crescendo e se solidificando. Amizades que dão leveza, tranquilidade

e espaço para sermos o que somos. Obrigada Maximus, Vera Lúcia, George, Ieda, Joana, Nathália, Ana Carol, Valéria. Fagundes, Alexandre, Roze (muito obrigada pelo ter me salvado com a tese!!) e Camila. Amo cada um de vocês!

Agradeço as novas amigas que já ocupam um lugar tão significativo em meu coração: Anna Letícia, Izabella, Maria Lisboa, Amanda, Ernane e Antônia Mikaele. Eu agradeço por deixarem os dias mais felizes na SEDUC-GO e também por serem leais, verdadeiros e porto seguro.

Agradeço a minha mais longa amiga, Gabriela Brito. A mais linda amizade da adolescência que vive até hoje. Amo você! Obrigada por ser tão insistente, continue assim!

Agradeço a Chanel, por trazer alegria e mais luz para a minha vida. Nós humanos temos muito o que aprender com os animais. Chanel que foi por muitas vezes, o meu suporte emocional é a maior felicidade da minha casa. Te amo Chanelzinha do Brasil!

Um agradecimento muito especial para a minha amiga e conselheira espiritual Joanira de Almeida, ou mais conhecida como Dona Bitá. O ser humano mais iluminado que eu já conheci, portadora de uma sabedoria fora do comum. Os cafés da tarde com a senhora são maravilhosos! Amo você Dona Bitá.

Agradeço a minha orientadora Eloisa Barroso por todos esses anos. Obrigada por estar comigo nessa construção de um sonho tão importante para mim. Agradeço pelo seu profissionalismo e por ter aceito ser minha orientadora em meio a tantas dificuldades. Muito obrigada!

Agradeço ao Decanato de Pós-Graduação da Universidade de Brasília pelo apoio financeiro.

Ao professor Luiz Cesar Sá, que sempre foi muito atencioso e gentil com as minhas demandas, sempre foi um ouvido atento às minhas dificuldades e sempre me acolheu com generosidade.

E o meu último e não menos importante agradecimento é a minha tia Lusinete, que não está mais nesse plano, mas se encontra perto de mim e dos meus. E eu sei tia, que não houve um dia se quer que você não estivesse por perto. Sinto falta dos nossos cafés à tarde e pela manhã, o som da sua voz, suas mãos, seu cheirinho e o jeito que você enxugava as minhas lágrimas. Tia foi você que me falou que era pra fazer o doutorado. Seu abraço no dia de hoje fará falta. Mas eu sei que um dia a gente vai se reencontrar. Te amo tia, obrigada.

*Tem lágrima misturada com meu suor  
E olha só, o que foi que aconteceu  
Levantar e agradecer porque Deus me escolheu  
Com humildade e a disciplina  
Do sermão que mãe me deu.*

*João Gomes*

## Resumo

Esta tese apresenta uma análise sobre o fenômeno do Cangaço que surgiu no Sertão Nordeste brasileiro, enquanto um movimento de contestação às estruturas do Estado e da sociedade vigentes em fins do século XIX e início do século XX. O Cangaço, longe de ser considerado um movimento exclusivamente criminoso, possuía motivações políticas e sociais para suas ações. O Cangaço sob essa perspectiva, foi analisado por meio de alguns aspectos elementares da constituição da cultura nordestina. A ideia de Sertão como *beira mundo*, possibilita a compreensão de um imaginário criativo, inventivo e de resistência que permite, a desconstrução das interpretações de exclusiva precariedade sertaneja. A Literatura de Cordel desempenha um papel fundamental na propagação de narrativas sobre o Cangaço, que vão na contração do discurso que criminaliza o fenômeno cangaceiro. Os periódicos também desempenham uma função crucial, na disseminação de narrativas que responsabilizam o Cangaço como principal agente das mazelas sociais do Sertão. A análise desses diferentes discursos, pelo viés do silenciamento, possibilitou o entendimento da desresponsabilização do Estado pelas situações de miserabilidade sertaneja e como o aparelhamento das instituições Estatais se tornou responsável, pela descrença dos sertanejos das ações governamentais. À medida que a inação do governo afastava o povo, este, se aproximava dos cangaceiros pois, naquele contexto, o Cangaço simbolizava a contestação política e uma forma de justiça paralela que conseguia fazer reparações. Mediante a análise desses discursos, é agregado mais uma camada de sentido ao conceito de Banditismo Social, pelo fato de ter que se levar em consideração que, o estabelecimento de alianças entre grupos dominadores e cangaceiros, não era uma ação unilateral por parte dos cangaceiros, o Estado possuía interesses políticos nessa relação. Acessar outros regimes de verdade sobre o fenômeno do Cangaço, se tornou profícuo sobretudo por ter privilegiado a perspectiva do povo.

**Palavras-chave:** Cangaço; Sertão *beira mundo*; Literatura de Cordel; Banditismo Social; periódicos; silenciamento.

## **Abstract**

This dissertation analyzes the phenomenon of Cangaço that emerged in the Brazilian Northeastern Sertão, as a movement of contestation against the structures of the State and society in force at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. Cangaço, far from being considered an exclusively criminal movement, had political and social motivations for its actions. Cangaço from this perspective was analyzed through some elementary aspects of the constitution of northeastern culture. The idea of Sertão as a world border enables the understanding of a creative, inventive, and resistant imaginary that allows the deconstruction of interpretations of exclusive sertanejo precariousness. Cordel Literature plays a fundamental role in the propagation of narratives about Cangaço, contradicting the discourse that criminalizes the cangaceiro phenomenon. The newspapers also play a crucial role in disseminating narratives that blame Cangaço as the main agent of the social ills of the Sertão. The analysis of these different discourses, from the perspective of silencing, made it possible to understand the State's lack of responsibility for the situations of poverty in the Sertão and how the rigging of State institutions became responsible for the disbelief of the Sertão's residents in government actions. As the government's inaction alienated the people, they became closer to the cangaceiros because, in that context, Cangaço symbolized political protest and a form of parallel justice that managed to make reparations. Through the analysis of these speeches, another layer of meaning is added to the concept of Social Banditry, since it must be considered that the establishment of alliances between dominant groups and cangaceiros was not a unilateral action on the part of the cangaceiros, the State had political interests in this relationship. Accessing other regimes of truth about the phenomenon of Banditry became fruitful, especially because it privileged the people's perspective.

**Keywords:** Cangaço; Sertão edge of the world; Cordel Literature; Social Banditry; newspapers; silencing.

## Lista de Figuras

<b>Figura 1 - Imagem extraída do site da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 14 de agosto 1919, p, 1. ....</b>	<b>p. 54</b>
<b>Figura 2 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 16 de março de 1922, p, 3. ....</b>	<b>p. 57</b>
<b>Figura 3 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 20 de julho 1922, p, 1. ....</b>	<b>p. 59</b>
<b>Figura 4 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 5 de janeiro de 1922, p. 2. ....</b>	<b>p. 75</b>
<b>Continuação Figura 4 .....</b>	<b>p. 76</b>
<b>Figura 5 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 13 de maio de 1922, p. 2. ....</b>	<b>p. 76</b>
<b>Continuação Figura 5 .....</b>	<b>p. 77</b>
<b>Continuação Figura 5 .....</b>	<b>p. 78</b>
<b>Figura 6 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 13 de dezembro de 1926, p. 1 .....</b>	<b>p. 93</b>
<b>Figura 7 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 08 de janeiro de 1927, p. X .....</b>	<b>p. 111</b>
<b>Continuação Figura 7 .....</b>	<b>p. 112</b>
<b>Continuação Figura 7 .....</b>	<b>p. 113</b>

## Sumário

Considerações Iniciais.....	13
1 – Banditismo social – o conceito amplo demais... ..	31
1.1 – O momento e o lugar propício: o Sertão e a República. ....	31
1.1.1 – O coronelismo nordestino.....	41
1.2 – As relações de poder e as estratégias de desorganização do poder.....	44
1.3 – O Cangaceiro é um bandido diferente (e talvez não seja bandido): considerações acerca do movimento do Cangaço .....	47
2 – Narrativas de cordel e as Narrativas dos jornais .....	63
2.1 – A poesia como campo de possibilidades do real .....	63
2.2 – O discurso desqualificado: o Cordel não representa a realidade (de quem?) ....	73
2.3 – O silenciamento das injustiças: as narrativas que não falam do povo .....	86
2.4 – A injustiça social na Literatura de Cordel: o Cangaço como luta social do sertanejo .....	99
3 – “Bandido não: eu tomo pelas armas!” – Cangaço como um conceito e uma interpretação possível.....	111
3.1 – Onde se via crime, a Literatura de Cordel viu política .....	132
3.2 – Banditismo Social na perspectiva do Cangaço .....	144
Conclusão .....	151
Lista de Fontes .....	160
Referências .....	165
Anexos .....	169

## Considerações iniciais

Dizer que um trabalho de pesquisa é motivado, exclusivamente, pelo apreço a um determinado tema é audacioso. Acredito que, não somente audacioso, mas também perigoso, haja vista que desenvolvemos em nosso ofício uma arte balizada por métodos, críticas, análises e ciência. Nesse caminho árduo, que é a pesquisa em História, acredito que mais que a paixão, as lacunas se tornam uma perturbação constante. São elas que promovem a inquietação da pesquisa. Observar que a historiografia, no seu incessante interesse em trazer respostas novas, se debruça nesse mar de passado buscando, quem sabe, um tesouro ainda não descoberto.

O desejo desse trabalho não foge muito do descrito anteriormente. Foram lacunas historiográficas de um tema precioso para a História do Brasil que moveram o interesse em pesquisar. Pensando melhor, o termo correto para este trabalho não é lacuna e sim, silenciamento.

A pesquisa desenvolvida procura trazer como contribuição historiográfica a categorização de alguns termos históricos e historiográficos que são comumente utilizados, mas que, creio eu, careciam de mais atenção. Refiro-me aos conceitos de Sertão, Cangaço, as *volantes* e o Banditismo Social na perspectiva do Cangaço. A categorização desses termos se tornou fundamental para compreender a tese que defendo ao longo deste estudo, qual seja: O fenômeno do Cangaço deve ser compreendido enquanto um movimento de contestação das estruturas do Estado e da sociedade vigente, na segunda metade do século XIX adentrando pelo menos as três primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, o Cangaço não pode ser equiparado ao crime comum, visto que suas ações possuíam intencionalidades demasiado específicas.

As intencionalidades de justiça e políticas do fenômeno do Cangaço, dissociadas do crime comum, podem ser encontradas a partir do escrutínio da Literatura de Cordel, essa fonte permite compreender outros regimes verídicos sobre esse movimento social. O entendimento dessas características do Cangaço foi interseccionalizado por outras dimensões de sua constituição. Refiro-me aqui às categorias de Sertão, para além de um espaço geográfico, o Banditismo Social na interpretação do Cangaço e o papel *das volantes* como grupos paramilitares que agiam com violência exacerbada e com anuência do Estado.

Diante da proposição da tese surgem as seguintes questões de pesquisa:

A quem beneficiava o discurso de equiparar os cangaceiros a criminosos comuns?

De que maneira a Literatura de Cordel consegue acessar outros discursos sobre o Cangaço que, ao longo do tempo, foram silenciados?

Assimilar o termo bandido à criminoso comum e a associação desse significado às ações do Cangaço se tornou um discurso comum nos periódicos da época. Os jornais se tornaram atuantes na disseminação de um discurso de criminalização dos atos dos cangaceiros. Sendo estes, responsáveis pela criação de representações negativas sobre o movimento. Tal discurso, como pode ser constatado nos periódicos, eram proferidos em Câmaras Municipais, eventos organizados pelas polícias e pelas *volantes*, narrativas de chefes políticos que eram amplamente publicadas nos jornais. Dessa maneira, a elite agrária do Sertão ou também chamada de oligarquias rurais juntamente com o Estado eram os mais interessados na culpabilização dos cangaceiros por qualquer crime cometido.

Claro está, que não é possível analisar os jornais de forma monolítica, em bloco. Os interesses, os jogos de legitimação e a intencionalidade de quem escreve e o porque escreve estão circunscritas nesse interim. José d'Assunção Barros (2021) aborda a metodologia do uso dos jornais e afirma que os periódicos são objetos que precisam de uma análise mais abrangente que dê conta da diversidade de aspectos relacionados à organização, publicidade, público a que se destina, circulação, recepção, entre outros elementos. O autor associa esses critérios de análise como instrumentos necessários para conseguir compreender uma dinâmica maior de intercruzamentos próprios dessa fonte. Nas palavras do autor:

Conforme podemos ver, ao lado das publicações relacionadas mais propriamente à Grande e Média Imprensa – em especial os jornais diários e as revistas – é possível entrever uma rede bastante diversificada de publicações periódicas que procuram atender aos mais variados segmentos de leitores e às mais diversificadas finalidades. Também são múltiplos os ambientes sociais ou culturais nos quais cada um destes tipos de periódicos pode circular, e os modos como eles podem ser disponibilizados ao seu público ou segmento de população. (Barros, 2021, p. 424)

Nessa perspectiva, ao longo do tempo e, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, o Cangaço foi apontado como a maior causa de todo e qualquer evento

negativo que acontecesse no Sertão. Esse discurso silenciava e desresponsabilizava o Governo, das suas obrigações para com o povo. A Literatura de Cordel vai mostrar, entretanto, que as ações do Cangaço não podem ser vistas como causa, mas sim, como um sintoma da desestruturação política e do abandono sistemático do Sertão Nordestino e do sertanejo.

Na esteira da análise sobre a tese proposta, a Literatura de Cordel se torna uma fonte importante para pensarmos que aquilo que era, deliberadamente, ocultado dos jornais, manifestava-se no Cordel de forma explícita, ou seja, uma dicotomia premeditada para enganar o povo. Os pontos a serem discutidos são os regimes da verdade atrelados aos discursos de poder. Hoje se considera que a Literatura de Cordel é uma mensageira de experiências, vivências e representações de realidades, porém, no momento em que o Cangaço estava em vigência, essas narrativas não eram assim consideradas. Dessa maneira, temos o poder atuando no desmerecimento das narrativas de Cordel frente aos discursos dos periódicos. Como se os jornais trouxessem a *verdade* irrefutável, tendo em vista que continham discursos de pessoas ligadas ao Governo e aos chefes de políticos regionais. As publicações depreciavam a Literatura de Cordel, porque esta lida com o imaginário, com o humor e com a ironia, sendo assim não poderia comportar sentidos autênticos, que fossem fidedignos à realidade.

Penso que a Literatura de Cordel pode nos permitir acessar discursos diferentes daqueles que foram proferidos pelas estruturas políticas do Sertão Nordestino sobre o Cangaço. Até porque os agentes que ocupavam cargos de poder, minorizavam e desqualificavam as verdades que constituíam as narrativas de Cordel enquanto realidades sociais. Acredito que observar essas camadas de interpretação, pelo viés do silenciamento conforme nos ensina Eni Orlandi (2007), torna-se relevante para acessar outras contribuições sobre a história do Cangaço.

As categorias anteriormente enunciadas já foram objetos de análise de muitos trabalhos e pesquisas. Reconhecendo as estradas abertas por muitos autores e suas contribuições, essa pesquisa busca outras respostas, ao privilegiar o discurso de uma fonte que possui significados singulares: a Literatura de Cordel. Claro está que estes escritos foram utilizados por inúmeras pesquisas para tratar do Cangaço. Porém, na maioria dessas narrativas, a dimensão interpretativa foi desconsiderada, pois geralmente foi empregada em caráter lúdico e anedótico. Por esse motivo, nessa pesquisa priorizei a Literatura de Cordel, como mais uma possibilidade de acessar interpretações diferentes

das que já foram erguidas sobre o movimento do Cangaço e das categorias Sertão, *volantes* e Banditismo Social.

É importante destacar que diversas obras<sup>1</sup> foram fundamentais para desenvolver esta pesquisa. O trabalho em tela prioriza uma perspectiva que repele a criminalização do Cangaço. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma análise sobre o Cangaço em que busca compreender como se deu o embrutecimento dos viventes no Sertão, o discurso que afirma que houve um afastamento dessa gente da *civilização*, a falta de instrução e a negação da modernidade. Essas condições nos levam a perceber que quando associadas delegaram aos povos do Sertão características denominadas comumente como arcaicas. Esse discurso, que nega um projeto de civilização acabou por perpetrar a lógica dos argumentos oficiais.

Longe do interesse em ressuscitar a problemática de bandidos ou heróis, a intenção dessa tese foi compreender, a partir da Literatura de Cordel, o porquê das narrativas populares sobre o Cangaço destoarem tanto das narrativas dos jornais, por exemplo. Pensar a partir da visão dos cordelistas os acontecimentos sobre a estrutura social e política do Sertão na virada do século XIX para o século XX e como essa conjuntura orquestrou o movimento cangaceiro indicou e significados divergentes sobre o Cangaço.

Quando opto pensar o Cangaço e suas nuances dadas pelas categorias analíticas de Banditismo Social, *volante* e Sertão por meio da Literatura de Cordel, busco outras representações que estão além de uma perspectiva ilustrativa, mística, lendária, jocosa e, sobretudo, sem credibilidade. A pesquisa reafirma que o Cordel não pode ser tratado como uma narrativa que *não diz a verdade*, haja vista as outras possibilidades interpretativas que se revelaram ao longo deste estudo sobre o movimento do Cangaço.

Nesse sentido, reconhecer que se deve rever a historiografia sobre o Cangaço, analisando suas peculiaridades e qualificando este enquanto um movimento social fez parte do interesse dessa pesquisa. Carlos Alberto Dória (1988) contribui nessa perspectiva ao analisar a historiografia do Cangaço e constatar que o debate ideológico acerca da temática impediu que o movimento cangaceiro fosse considerado o elemento

---

<sup>1</sup> Acerca dessas temáticas citamos alguns nomes de monta: Eric Hobsbawm, Rui Facó, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Frederico Pernambucano de Melo, Luiz Bernardo Pericás, Adriana Negreiros, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Francisco Linhares Fonteles Neto, Marcos Luiz Bretas, Mariana F. da C. Thompson Flores, Janaína Amado, Vitor Nunes Leal, Gustavo Barroso e Maria Heloisa Murgel Starling. Mas reconheço que tantos outros são responsáveis por contribuições incontornáveis.

da história nacional tal como ocorreu com Pancho Villa, por exemplo. O efeito sinistro dessa inação historiográfica foi delegar esse movimento social a um episódio da história regional que se tornou caricato.

Concordo com Claudia Pereira Vasconcelos (2014) ao afirmar que a criação de conceituações vai de encontro aos grupos poderosos e seus interesses em estabelecer narrativas que os legitimavam. Observar as narrativas que conceituaram, por exemplo, diversos aspectos da História do Brasil, a História dos Sertões e a História do Cangaço permite visualizar disputas por legitimação de memórias. Para além das memórias, os estereótipos e o imaginário criados, para compor paisagens da cultura sertaneja, nem sempre deram a dimensão do que esse lugar representa. Nas palavras da autora:

Como criações culturais, as imagens de sertão vieram se transformando com o tempo. Por ser esta uma noção abrangente e complexa, foi tomada de acordo com os interesses e as conveniências das diferentes elites políticas e intelectuais do Brasil. A partir de então, a sertanidade vai se fixando no imaginário brasileiro através de estereótipos calcados nas imagens de atraso, de pobreza e de incivilização, especialmente pelo fato de que as elites, tanto de um polo quanto do outro, descrevem o sertão como um espaço ligado ao passado e ao mundo rural. (Vasconcelos, 2014, p. 77)

Acerca de *corpus* documental desta pesquisa utilizamos cordéis e jornais. Sobre o trato que as diferentes fontes exigirão para sua interpretação alguns aportes serão essenciais.

Pensando a respeito das interpretações da poesia, Roman Jakobson (1970) nos ajuda a compreender essa dimensão de produção de possibilidades de realidades a partir do campo poético. O problema central, aponta o autor, da análise superficial da obra literária, está em tentar aproximá-la da realidade que previamente já conhecemos. A interpretação que percebe a literatura exclusivamente como produto de uma dada realidade, empobrece e desqualifica esta arte. De acordo com Jakobson as tendências conservadoras limitam a interpretação do real (JAKOBSON, 1970, p. 123).

Tal análise interessa, particularmente, a nossa investigação, uma vez que, na Literatura de Cordel, as impressões de realidade deixadas pelos poetas geralmente passam despercebidas pelo leitor menos atento ou, estão associadas ao caráter imaginativo. Assim sendo, a proposta de Jakobson torna-se essencial à pesquisa, já que o autor defende que na literatura o não-essencial é a característica mais realista da obra de arte. Nas palavras do autor:

Em outras palavras, enquanto buscamos a palavra justa que poderia nos fazer ver o objeto, escolhemos uma palavra que não nos é habitual, uma palavra violada. [...] os adeptos [...] consideram os traços não-essenciais como uma característica mais realista que a usada pela tradição estagnada (Idem, *ibidem*).

De acordo com Jakobson na literatura e na arte é justamente a deformação (corromper) da realidade que a aproxima da verossimilhança:

[se] sou um revolucionário em relação aos hábitos artísticos em curso [...] percebo sua deformação como aproximação da realidade. [se] sou um conservador percebo [...] a deformação dos hábitos artísticos em curso como uma alteração da realidade. (Idem, p. 125)

Ainda pensando sobre o caráter profícuo da relação entre história e literatura, e, especificamente, a Literatura de Cordel, Sandra Jatahy Pesavento (2006) afirma que a convergência dessa relação se encontra no ponto de partida de ambas: o real. Nesse sentido, as narrativas produzidas pela história e pela literatura possuem como referência o real, seja para negá-lo, construí-lo, legitimá-lo ou desconstruí-lo. Assim aproprio-me da clara diferenciação feita por Luiz Costa Lima sobre a ficção e a mentira:

Uma mentira é uma afirmação que se pode desmanchar a qualquer instante; uma mentira supõe uma verdade; eu não minto se não souber a verdade. A primeira grande distinção entre mentira e ficção consiste em que a ficção não trabalha a priori com a ideia de verdade. A ficção se cruza com a verdade à medida que ela, ficção, se cruza com o mundo [...] (Lima, 2008, p. 174).

Em outras palavras, a narrativa dos folhetos, também comporta a dimensão não dita e não vista da sociedade na qual tanto o narrador, quanto o sujeito narrado viveram. Portanto, nesse contexto é possível identificar os silenciamentos. Enquanto documentos que procuram delinear um perfil linear do Cangaço atribuindo um antes-causador e um depois-consequência, a Literatura de Cordel promove uma circularidade de influências entre o real e o imaginativo propiciando interpretações mais flexíveis, mais sensíveis, mais preocupadas com as afetividades dos viventes do Cangaço. Acreditamos que o trato com a poesia poderá nos fornecer outros significados e suas inúmeras ramificações interpretativas a respeito do Cangaço.

De acordo com Maria Helenice Barroso (2013), a Literatura de Cordel brasileira se desenvolveu com características muito peculiares:

O cordel brasileiro constitui-se em um tipo de narrativa oralizada, em versos, que circulava e circula, até os dias de hoje, sob a forma de folhetos in 8º ou in 4º. Essas narrativas se formaram a partir da influência de diferentes culturas que aqui se encontraram. O encontro multicultural ocorrido no Brasil desde os tempos coloniais criou um solo histórico-social propício para o florescimento das narrativas orais. O Brasil de então se constituía em um país

fundamentalmente de cultura oral, onde o hábito de ouvir e contar histórias foi amplamente difundido; onde folhetos vendidos a preços muito baixos se tornavam mercadoria bastante atraente a uma significativa parcela da população que não possuía grandes recursos financeiros; onde as cantorias de viola eram práticas habituais nos festejos e comemorações; onde os folhetos de cordel migrantes de Portugal caíram no gosto da população brasileira e tornaram-se grandes best-sellers. Esses fatores, aliados a outras práticas culturais, foram responsáveis pela configuração de um cordel brasileiro com características muito peculiares, que denotam tanto as permanências quanto as rupturas e ressignificações de elementos culturais. (Barroso, 2013, p. 9)

A produção de Cordel no Brasil na segunda metade do século XIX concentrava-se no Nordeste. Além da criação e produção, a distribuição era operacionalizada pelos próprios cordelistas. O acúmulo dessas funções faria com que na última década do século XIX, a produção de poesias de Cordel pudesse se tornar profissão para muitos cordelistas e assim, eles obtivessem exclusivamente dessa atividade seu sustento. Essa informação é importante para entendermos a dimensão da circulação desses folhetos naquela região na virada do século oitocentos para o novecentos, pois não se trata de uma literatura qualquer, pouco consumida ou rara de publicação ou acesso. Pertencia à vida social do Sertão Nordestino.

O acervo de folhetos de cordel, o qual constitui o *corpus* documental desta pesquisa, encontra-se na Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB), no Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Mediante um trabalho de digitalização de seu acervo, essa fundação disponibiliza online folhetos de cordel de vários autores e de inúmeros períodos. Todos os folhetos que essa pesquisa analisa provêm desse acervo. É preciso acrescentar, que nem todos os folhetos possuem datação precisa, visto que não é uma prática dos cordelistas datá-los. Entretanto, a Fundação Casa de Rui Barbosa se preocupou em desenvolver estudos que classificaram os cordelistas em gerações poéticas. É possível perceber como as narrativas se diferenciam ao longo do tempo, quais eram os principais assuntos que os cordelistas estavam se dedicando em momentos diferentes, os lugares de produção e difusão da poesia e quem são esses poetas. As características desses acervos devem ser

---

<sup>2</sup>“O objetivo geral desse Projeto é a preservação, conservação e disponibilização dessa coleção única no mundo. Dadas as suas características de raridade, originalidade e antiguidade, faz-se necessário garantir sua preservação contra o desgaste do tempo e do manuseio, submetendo-se a coleção a tratamentos técnicos e tecnológicos específicos, assegurando-se a restauração dos folhetos, a confecção de invólucros adequados para a guarda e a digitalização e a disponibilização do acervo de cordel pelo portal da FCRB [Fundação Casa de Rui Barbosa] além da inserção de seus registros catalográficos na base de dados da Fundação possibilitando a realização de estudos e trabalhos de pesquisa sobre essa manifestação da cultura popular brasileira.” Disponível em <<http://casaruibarbosa.gov.br/cordel/apresentacao.html>> Acesso em 18 mar. 2020.

destacadas e pormenorizadas, a fim de legitimar o considerável trabalho realizado pelos acervos digitais e pelos trabalhadores que atuam para mantê-los.

Os folhetos de cordel analisados nesse trabalho são de autoria de diversos poetas cordelistas: Antonio Ferreira da Cruz, Francisco das Chagas Batista, Francisco Sales Arêda, Gonçalo Ferreira da Silva, João Martins de Ataíde, Leandro Gomes de Barros, Manoel de Almeida Filho, Minelvino Francisco da Silva, Raimundo de Santa Helena, Rodolfo Coelho Cavalcante, Patativa do Assaré. É importante nominá-los individualmente, pois as características da escrita de cada cordelista e os motes inspiratórios são peculiares.

O outro acervo que dá aporte a essa pesquisa é Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, especificamente a Hemeroteca Digital Brasileira<sup>3</sup> que possui um acervo de periódicos variados que vão desde jornais inaugurados no século XIX e que já não se encontram mais em circulação até revistas e anuários. Na pesquisa realizada na base de dados do acervo da Hemeroteca Digital, especificamente desse periódico, entre os anos de 1858 e 1938 (o seu período de circulação) o termo Cangaço é recorrente e aparece sob vários sentidos. Acrescento ainda, que geralmente atrelado a Cangaço, outros termos aparecem fazendo referência a este movimento, como por exemplo: o que seria o banditismo e como combatê-lo, relações com coronéis, estruturas de clientelismo, denúncias de chantagens e arbitrariedades eleitorais, louvores às ações do governo federal ou estadual, matérias sobre *as volantes* e sobre os flagelos da seca e sua relação com o Cangaço. Por essas circunstâncias, que outras categorias, já mencionadas anteriormente, necessitaram de atenção para tentar responder as lacunas históricas sobre esse tema.

Já referente aos jornais teremos o suporte do “Jornal do Recife”, um periódico que circulou até o primeiro semestre do ano de 1938 e deste noticiário inúmeras reportagens que tratam do banditismo cangaceiro, principalmente em Pernambuco, mas também em regiões de fronteira. Para compreendermos a construção discursiva sobre o

---

<sup>3</sup> “A Fundação Biblioteca Nacional oferece aos seus usuários a HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas. Na HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA pesquisadores de qualquer parte do mundo passam a ter acesso, inteiramente livre e sem qualquer ônus, títulos que incluem desde os primeiros jornais criados no país – como o Correio Braziliense a Gazeta do Rio de Janeiro, ambos fundados em 1808 – a jornais extintos no século XX como Diário Carioca e Correio da Manhã, ou que não circulava, mais na forma impressa, como no caso do Jornal do Brasil.” Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 08 mar 2021.

Cangaço é preciso entender um longo processo de acompanhamento por parte dos jornais locais, das ações cangaceiras e de como as representações a respeito do Cangaço foram engendradas. O Jornal de Recife, um periódico pernambucano foi escolhido por estar em circulação durante todo grande momento áureo do Cangaço no Nordeste. Refiro-me à segunda metade do século XIX até as proximidades dos anos de 1940.

De acordo com Luiz do Nascimento (1966), o Jornal do Recife publicou o seu fascículo inicial em 1º de janeiro de 1859, impresso pela Tipografia Acadêmica sob a direção e propriedade de José de Vasconcelos. Ainda de acordo com o autor, o jornal tinha como principais propostas:

Instruir e deleitar, moralizando, tal e o fim a que se dirige o Jornal do Recife. Instruir sem pedantismo, deleitar sem mau gosto e moralizar sem aborrecimento. Os meios que para isto empregaremos serão aqueles que estiverem ao alcance de qualquer inteligência; porque escrevemos para todas as classes da sociedade.

Uma minuciosa e variada escolha de matérias será o pasto e o condimento que oferecemos todas as semanas aos nossos subscritores. O romance verdadeiramente moral, o conto honesto, a poesia bem escrita, o dito espirituoso, a charada aguda e uma série variada de curiosidades literárias, artísticas ou comerciais ocuparão com preferência as colunas deste periódico.

Vulgarizar por meio de esboços biográficos os feitos notáveis e as virtudes eminentes dos nossos compatriotas ilustres, quer os da época passada, quer os contemporâneos, e o encargo de uma das mais hábeis penas que escreverão para este jornal. Trazer os nossos leitores a par de todo o movimento social, quer no mundo da política, quer no da ciência, quer no da indústria, será sempre o nosso primeiro cuidado. Enfim, oferecer, todos os sábados, a nossa população um recreio, honesto e útil, por meio de uma leitura agradável e instrutiva, despertando-lhe assim o amor das letras e levando a civilização ao último recanto do país, e o nosso mais ardente voto. (Nascimento, 1966, p. 94)

No que tange ao trato dos periódicos acredito, conforme é apontado por Tânia Regina de Luca (2008), o uso deles na análise historiográfica passa pela consideração de que esses documentos não estão distantes das disputas de poder. Ao contrário, é preciso desconfiar dos interesses dos discursos contidos nos jornais, pois de acordo com a autora, é preciso compreender a imprensa como um instrumento de manipulação de interesses. Além de possuir o poder de interferir na vida social dos sujeitos não é possível encará-la tal como esta se anunciava no início do século XX: “como veículo de informações imparcial” (LUCA, 2008, p. 118).

O trato com os periódicos nessa pesquisa é tributário dessa categorização defendida por Luca (2008): nega-se a imparcialidade dos periódicos e o buscamos para

tentar desnudar os seus discursos a partir de uma análise contextual, social e política. Nessa pesquisa, os periódicos são analisados dentro de uma realidade específica a qual possuía interesses e buscava imprimir em suas páginas valores que correspondiam a interesses de determinados grupos.

A leitura e a interpretação dos jornais passam pela esteira de entendê-los dentro das suas peculiaridades como fontes. A seleção e o acesso a esses periódicos buscaram uma dupla condição: primeiramente encontrar as narrativas cujo objeto fosse o Cangaço, nas suas mais variadas formas. Como se verá na tese, o cangaço era um termo polissêmico. E isso apareceu nos jornais de diferentes maneiras. Conseguir compreender as apropriações do termo para designar múltiplas situações se tornou o primeiro desafio.

A partir das primeiras décadas do século XX, quando o termo Cangaço se consolidou nos periódicos para designar a ação dos grupos armados, a análise perpassou por outras perspectivas alicerçadas nas representações instituídas na veiculação das notícias. Nesse contexto interessou-me a compreensão de como jornais imprimiram valores, os princípios, as crenças e a moralidade sobre o que, naquele presente se transformou no fenômeno do Cangaço. É preciso acrescentar que nessa investigação não é possível perder de vista que existiam interesses nos jornais, a correspondência destes aos valores e posicionamentos de determinados grupos sociais e também sua crítica ou aproximação do Governo. Por esse motivo, ressalto que a investigação se apropriando dos periódicos, precisa descamar os sentidos e as disputas de poder ali investidas (LUCA, 2008).

Nesse sentido, concordo com Larissa Leal Neves (2021) quando a autora justifica que o uso dos periódicos na pesquisa em História deve levar em consideração as relações de interesses entre as empresas jornalísticas, a sociedade e o Estado. Essas dimensões não estão dissociadas, elas compõem um quadro de complexidades que exigem do pesquisador um esforço para entender a natureza da análise dos jornais. De acordo com a autora:

[...] sobre os jornais [...], que mesmo que não nos debrucemos realmente sobre eles e não nos aprofundemos em suas relações políticas, as questões expostas atravessam também a investigação porque é preciso vislumbrar como as empresas jornalísticas se posicionaram na sociedade naquele momento com relação ao governo e seus interesses. Buscamos, assim, não apenas por uma compreensão mais abrangente do jornalismo da época, mas principalmente destes como o lugar onde escreviam [...] (Neves, 2021, p. 15)

Ainda pensando na natureza dos periódicos Barros (2021) auxilia na compreensão dos periódicos serem analisados em uma escala de tempo podem indicar objetivos e interesses que os autores das matérias têm em dar ênfase nesse ou naquele assunto. No caso do fenômeno do Cangaço, ao longo do tempo (pelo menos 30 anos) foi exposto o Jornal do Recife uma multiplicidade de significados desse fenômeno, porém sobrepuja aqueles aspectos onde há a criminalização das ações dos cangaceiros. Esse ponto interessa particularmente essa pesquisa. De acordo com Barros (2021) é preciso compreender essas intencionalidades dos periódicos e a quem elas serviam:

Dentro da série de jornais, que se sucedem dia a dia, devemos procurar também as séries de notícias e matérias correlatas. Há séries historiográficas – séries constituídas pelo próprio historiador – a serem operadas dentro da série de edições de um jornal. Digamos que estamos diante de uma notícia sobre as manifestações políticas de rua. Uma notícia em um jornal, datado de certo dia, é apenas um elo em uma série maior. Mesmo que o objetivo seja analisar aquele dia específico – ou o posicionamento do jornal acerca das passeatas políticas naquele dia específico – não podemos extraí-lo, sem perda de sentido, do posicionamento do mesmo periódico com relação aos demais acontecimentos correlatos, relacionados à série de manifestações, ou suas consequências, que ocorreram nos outros dias. Ao fazer isto, podemos reinserir a notícia analisada em um contexto maior, que a justifica e lhe completa o sentido de alguma maneira, o que permite inclusive compreender a notícia isolada publicada na edição de um jornal datado como uma continuidade, um acontecimento surpreendente ou uma reviravolta. Combinar ‘série’ e ‘periodicidade’ revela aspectos antes menos evidentes, mas imprescindíveis. Qualquer periódico, é necessariamente publicizado de alguma maneira. (Barros, 2021, p. 433)

Essa condição é elementar no tratamento do periódico pois existe, conforme Barros (2021) aponta uma polifonia de interesses nos interiores dos periódicos conforme vai se aproximando o início do século XX. De acordo com o autor, a intenção era abranger seu público leitor e suas propostas disputavam cada vez mais públicos leitores dos mais diversos campos. Assim o conjunto de valores e intencionalidades eram por vezes cambiáveis e transitórias, sempre buscando um alcance maior de público.

Assim concordo com Barros (2021) acerca do alcance e da recepção dos jornais:

Para compreender este lugar de recepção adequadamente, devemos pensar nos tipos de leitores que têm acesso ao jornal – situando-os em sua condição social, econômica, política, cultural – entendendo que o jornal também pode disputar com outros diferentes faixas de público. O ‘alcance espacial’ – geográfico, mas também relativo aos espaços de sociabilidade (Barros, 2021, p. 440)

A maneira como as matérias dos periódicos será exposta na tese se dará em dois formatos: eles podem aparecer em imagens capturadas conforme a digitalização do site

ou transcritos. Essas duas condições foram assim dispostas, pois existem documentos que mesmo com uma digitalização bem feita, como é o caso dos dois acervos utilizados nessa pesquisa, pela idade e condições de conservação dos documentos, sua leitura e compreensão ficam comprometidos. Já os cordéis aparecem sempre transcritos, haja vista os recortes dos fragmentos necessários às análises aqui empreendidas.

O recorte temporal estabelecido na tese entre os anos de 1890 a 1940 foi balizado pelas datas de publicação de 02 cordéis, os quais compreendo que os mesmos tratam em suas narrativas sobre a ascensão e o declínio do Cangaço, a partir de uma perspectiva das construções políticas e das relações estabelecidas entre o Estado e os cangaceiros. O primeiro deles o cordel mais antigo foi produzido no ano de 1898, o cordel “Desastre de Aquibadan – A história de Antonio Silvino (novos crimes)”, cujo tema é a vida de crimes do cangaceiro Antônio Silvino que, naquele momento, estava atuando no Sertão. Já a década final foi estabelecida em virtude também do ano de publicação de um cordel intitulado “Corisco Sucessor de Lampião” de autoria do cordelista Gonçalo Pereira da Silva que data de 1940.

Assim, diante das questões teóricas e metodológicas que suscitaram a pesquisa é que a tese foi organizada em três capítulos. O primeiro deles busca apresentar um panorama de como o Brasil estava na virada do século XIX para o século XX, sobretudo com o advento da República. Analisar esse aspecto foi fundamental para compreender a sociedade e a política que se desenvolveu no Sertão Nordeste. Com uma cultura particular que entremeava heranças do Brasil Imperial e a novidade da República, os viventes do Sertão Nordeste conseguiam fazer leituras complexas sobre sua realidade. Essas leituras foram captadas de maneira *sui generis* pela Literatura de Cordel.

Ainda sobre a continuidade histórica e social pós-proclamação da República, foi necessário destacar que apesar da mudança política de 1889, muitas estruturas sociais econômicas continuaram as mesmas, especialmente para os trabalhadores rurais. Como reafirmado pela historiografia sobre a constituição da República, o período de transição não representou uma ruptura drástica, mas sim, a continuidade de dinâmicas coloniais e imperiais que fomentavam a dependência e a exploração dos povos sertanejos. Essa situação, conforme nos revela os cordéis, influenciou diretamente na dinâmica de poder estabelecida no Sertão Nordeste.

Ao apresentar um panorama em que o Brasil e especialmente a região Nordeste estavam inseridos, as estruturas organizacionais do Estado Republicano acabam ganhado destaque. Foi preciso analisar esses aspectos, pois a dinâmica do fazer político possui um peso considerável nas formas de viver do Sertão. A explicação do que foi o sistema político denominado como coronelismo perpassa de forma transversal a compreensão do movimento do Cangaço.

O coronelismo categorizado como um sistema político local, presente no Brasil durante a primeira República (1889- 1930) se tornou uma marca resistente nas formas de opressão estabelecidas no Sertão Nordestino. Embora o coronelismo tenha sido uma dinâmica política espalhada por toda a República, no sertão nordestino, os seus efeitos foram de encontro à produção de imaginários sobre o Cangaço. Os coronéis eram grandes proprietários de terra que exerciam uma enorme influência política e social nas regiões rurais do país. Além de controlar as eleições e manipular votos, estes homens tinham um papel central na manutenção da ordem social, política e econômica das suas áreas de domínio. Este domínio era ratificado pela necessidade de o governo manter determinadas áreas sob controle e estabilidade política, principalmente em épocas eleitorais. Devido à posse das terras, os coronéis conseguiram perpetuar uma rede de lealdades e de clientelismo que incluíam, desde trabalhadores rurais até autoridades políticas locais. Esse sistema continuava perpetuando as desigualdades sociais e dificultando a ascensão de outras formas de poder que pudessem desafiar sua hegemonia.

É dentro desse contexto de mandonismo local dado pelo poder das oligarquias rurais representada pelos poderes dos coronéis, legitimados pelo poder do Estado Republicano Federativo que a pesquisa buscou categorizar Sertão. A ideia apresentada no Capítulo 1 é o Sertão como *beira do mundo*: uma categoria multifacetada e que explora a percepção de um lugar que vai muito além de um espaço geográfico, que embora marginalizado pela modernização violenta, possui uma identidade extremamente rica de conceitos e de significados culturais. A elaboração desta categoria se tornou fundamental para compreender as formas de vida e as resistências que surgiram nesse ambiente e que se tornaram característica do povo nordestino.

Desenvolver a interpretação de Sertão como *um lugar de* ao invés de um *não lugar* foi importante para a interpretação do Cangaço. As inúmeras camadas de sentido que foram atribuídas ao conceito de Sertão, a partir da literatura clássica de prosa e

pelos jornais, consolidou uma imagem do que seria o Sertão. Nesse sentido, concordo com Heloisa Maria Murgel Starling quando fala da construção histórica de sentidos de Sertão a partir da prosa literária:

Com efeito, a presença da categoria pária na composição do enunciado brasileiro de uma matriz própria à tradição do republicanismo retoma, necessariamente, ainda que em parte, algo já traçado pelo trecho de Os sertões – alguma coisa sobre o encadear trágico de fracassos e de incompletudes protagonizados pelo choque descompassado entre o repertório de valores, princípios e escolhas característicos do paradigma republicano na modernidade e o esforço de afirmação dos projetos de modernização do Brasil; ou, então, alguma coisa sobre os riscos da barbárie emergindo, nos pontos extremos do país, em nome da República e da fixação de seus marcos de poder. No argumento de Euclides da Cunha, sertão é principalmente uma imagem do deserto capaz de surgir tanto no cenário seco, retorcido e violento do arraial de Canudos quanto em meio à solidão e ao abandono produzidos pelas grandes massas hídricas existentes na fronteira amazônica do Alto Purus: uma “paisagem sinistra e desolada” que se consome sempre antes de se formar plenamente; uma terra sem nome ou história marcada pela articulação lúgubre entre isolamento geográfico, povoamento rarefeito, homens errantes, memória perdida e linguagem dispersa. (Starling, 2008, p. 136)

Ao explorar os sentidos do Cangaço como resistência, a Literatura de Cordel elaborou representações diferentes acerca desse movimento. A relação intrínseca entre, as representações elaboradas pela Literatura de Cordel sobre os cangaceiros mostraram que as narrativas conseguiam compreender as dinâmicas que fizeram esse movimento surgir e se estabelecer no Sertão. Mais ainda, a Literatura de Cordel contribuiu para a construção de uma identidade cultural sertaneja, onde o cangaceiro é visto como um símbolo de contestação social e política.

Nesse momento é importante mencionar a qual conceito de representação estamos ancorando o pensamento e a afirmação. Stuart Hall (2016) assegura que pensar a representação passa por ponderar em como membros de uma dada cultura usa a linguagem para produzir sentido às coisas existentes no mundo. Ainda sobre a linguagem, entendida como um sistema que emprega signos, é por meio da interação humana com a linguagem que todas as coisas no mundo ganham significados. Nas palavras do autor:

[...]objetos, pessoas, eventos, no mundo não possuem, neles mesmos, nenhum sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós na sociedade, dentro das culturas humanas que fazemos as coisas terem sentido, que lhes damos significado. Sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão, de uma cultura ou período ao outro. Não há garantia alguma de que cada objeto em uma cultura terá sentido equivalente em outra, precisamente porque culturas diferem, às vezes radicalmente, umas das outras em seus códigos - a forma com que elas

retalham, classificam e atribuem sentido ao mundo. Então, uma ideia importante sobre representação é a aceitação de um grau de relativismo cultural entre uma e outra cultura, certa falta de equivalência e a necessidade de tradução quando nos movemos de um universo mental ou conceitual de uma cultura para outro. (Hall, 2016, p. 108)

A dimensão apresentada pelo autor corrobora a proposta de análise desse trabalho, já que a significação, ao longo do tempo, transita pelas formas cujas sociedades dão sentido às suas experiências, as análises empreendidas a partir da Literatura de Cordel dão a saber como os povos que se percebem representados nessas fontes, significam suas experiências e vivências singulares.

Ainda dentro do campo conceitual, identidade se torna um conceito importante para compreender os comportamentos sociais. Pierre Bourdieu apresenta uma contribuição significativa para pensar esse trabalho:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativas, \_como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (Bourdieu, 1989, p. 173)

Essa colaboração ajuda-nos na interpretação da Literatura de Cordel. Há pouco, quando disse que as narrativas de cordel criaram identidades, cujos cangaceiros tornaram-se representações significativas, demonstrou-se que a luta por representações e identidades passa por um embate acerca de reconhecimento. Na Literatura de Cordel, a representação do cangaceiro como um expoente de contestação às estruturas políticas e sociais, transformam-no em um personagem que representa o povo nordestino. Esse povo via-se representado nas ações de bravura, equiparação de injustiças e enfrentamentos dos poderosos narrados pelos cordéis. Na Literatura de Cordel, isso gerava representações e afetividades que eram vivenciadas na prática quando se via aproximação e legitimação das categorias populares para com os cangaceiros.

A Literatura de Cordel coloca em dúvida a ideia de Bandido. O ser bandido é algo monolítico, unitário, homogêneo. Reconhece-se um bandido. Os periódicos ao equipararem os cangaceiros a bandidos, assim sentenciam uma forma de interpretação.

A Literatura de Cordel coloca essa perspectiva em questão, na medida em que consegue transitar por outras possibilidades de significação do que foi o Cangaço. O movimento de intersecção de sentidos que a Literatura de Cordel atribuiu ao cangaceirismo faz objeções às explicações prontas do Estado e dos periódicos em circulação. Nesse sentido a pesquisa demonstrou que na medida em que o jornal homogeneiza as interpretações sobre o Cangaço, a Literatura de Cordel, ao contrário, instaura a dúvida.

O segundo capítulo traz a discussão de modo a pensar e explorar as principais características da Literatura de Cordel e apresentá-la como fonte especial para encontrar significados diferentes sobre o movimento do Cangaço. Nesse capítulo apresento uma contraposição entre as narrativas de periódicos e as narrativas de cordel. A diferença entre as duas, como foi demonstrado no Capítulo 1, sugere que os jornais se comportavam como uma narrativa que legitimava as ações dos grupos detentores do poder e das ações do Estado.

A Literatura de Cordel, por outro lado, alcança dimensões mais profundas, pois consegue acessar as representações por meio da memória e da história dos viventes do Sertão Nordestino. A análise demonstrou que o seu caráter ficcional não pode ser considerado como uma romantização dos atos dos cangaceiros. A complexidade desses textos oferece outras visões das realidades vivenciadas pelos povos sertanejos, em que é possível verificar outro regime da verdade sobre a percepção do Cangaço. Nas histórias dos cordelistas é possível identificar formas de viver dos sertanejos, com suas dores, agruras e dificuldades em driblar a dureza e a precariedade de uma sociedade em que o Estado se fazia ausente. Nos jornais, esta dura realidade era negligenciada, omitida e sobretudo desprezada.

Para interpretar a lógica discursiva dessas fontes, o campo teórico e epistemológico escolhido foi a análise discursiva a partir do silenciamento. A pesquisa buscou interpretar como o silenciamento de determinados discursos se revelam como ordem operacional de poder. Nesse contexto, alguns autores foram elementares a essa discussão. Eni Orlandi explica o silenciamento como uma estratégia de produção de sentidos e de manifestação de poder e opressão:

o estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas "pôr em silêncio") nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do "implícito" [...] Essa distinção que fazemos entre implícito e silêncio estará dita de muitos modos neste nosso trabalho, já que,

para nós, o sentido do silêncio não é algo juntado, sobreposto pela intenção do locutor: há um sentido no silêncio. (Orlandi, 2007, p. 12)

Michael Foucault também colabora no mesmo sentido:

Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na posição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada mula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato [...] Todo este imenso discurso do louco retornava ao ruído; a palavra só lhe era dada simbolicamente, no teatro onde ele se apresentava, desarmado e reconciliado, visto que representava aí o papel de verdade mascarada. (Foucault, 1996, p. 10-12)

O pensamento dos dois autores conflui para pensar teoricamente, o discurso da Literatura de Cordel em contraposição ao dos periódicos. Significados distintos para o movimento do Cangaço, não apareceriam se os documentos fossem analisados somente, por aquilo que estava escrito. Apropriando-se epistemologicamente daquilo que não estava dito, porque foi interditado/silenciado, nas narrativas de cordel foi possível encontrar outros sentidos e significados para o Cangaço, que não eram aqueles veiculados comumente pelo Estado em seus documentos e pelos periódicos em circulação, analisados na pesquisa em tela.

A ironia e o humor presentes na Literatura de Cordel não podem ser encarados como fuga de realidade. Ao contrário, o que se percebe é que a expressão literária do cordel, que se utiliza de tais recursos, faz críticas severas à organização social estabelecida pela República Brasileira. Revela de maneira sutil e contundente, como os cangaceiros, utilizando a sua astúcia e esperteza, conseguiam desorganizar os jogos de poder, ora subvertendo, ora se apropriando do poder.

Mediante a análise das características da Literatura de Cordel e dos jornais, uma categoria (que aparecia constantemente) foi pensada com o intuito de possibilitar uma interpretação mais esclarecedora de suas ações dentro do contexto do Cangaço. Refiro-me *as volantes*. Esses grupos que foram viscerais na caça aos cangaceiros aparecem corriqueiramente nos jornais, mas de forma confusa, daí a necessidade de compreendê-los. Assim essa categoria foi pensada como grupos paramilitares arregimentados por particulares com anuência do Estado. Com o objetivo inicial de caçar cangaceiros, esses grupos instauravam o medo em regiões onde a força policial era escassa ou inexistente.

Tais grupos, eram financiados e armados pelas oligarquias rurais e agiam com violência, muitas vezes superior à dos próprios cangaceiros ou das forças policiais oficiais. Diferentemente das forças policiais, *as volantes* não eram legitimadas por instituições ou pelas legislações. Tratava-se de grupos que, desde o Brasil colonial, agiam de forma violenta legitimando as necessidades dos poderosos que os contratavam. *As volantes* eram muito temidas pelos sertanejos, uma vez que, não haviam instituições para fiscalizar as suas ações. Os coronéis e poderosos do Sertão apreciavam suas ações de violência, pois atendiam aos seus interesses particulares de domínio e de opressão às categorias populares.

A Literatura de Cordel é uma fonte potente para questionar as narrativas tradicionais sobre o movimento do Cangaço e reconfigurar entendimentos sobre este. Ao destacar as vozes silenciadas e os discursos que, ao longo do tempo, foram considerados desqualificados para descrever o cangaceirismo. A Literatura de Cordel é analisada como forma de resistência cultural, dela pode-se extrair as formas de viver, sentir e pensar do povo sertanejo.

Por fim, no último capítulo, o movimento do Cangaço é apresentado não apenas como um fenômeno atrelado à violência, mas por meio de sua constituição enquanto movimento que arregimentou estratégias para sobreviver e conquistar a legitimidade no Sertão Nordestino, seja se apropriando das lógicas políticas vigentes, seja no desenvolvimento de um movimento justiceiro, entre outras. A dissociação de cangaceiros a criminosos comuns foi possível de ser feita, porque o cangaceirismo pôde ser encarado como uma resposta às condições sociais e políticas do Sertão Nordestino entre o final do século XIX e início do XX.

O Cangaço deve ser visto como um sintoma das condições sociais e políticas da época, sobretudo quando há ausência de ações mais efetivas do Estado. Em vez de ser considerado a raiz dos problemas, o movimento emerge como uma resposta às negligências estatais, a opressão dos poderosos locais e a inação do Estado. Dito de outra maneira, pode ser encarado como um sintoma e não como a causa.

O Cangaço é apresentado como uma forma de contestação a ordem estabelecida, onde os cangaceiros, ao se apropriarem das mesmas ferramentas de poder e arbitrariedade empregadas pelo Estado e pelas elites locais, conseguiram subverter a lógica de opressão. Dessa maneira, o Estado não poderia mais negligenciar tamanha

força e proporção deste movimento. O Estado precisou se aproximar dos cangaceiros, porém essa aproximação não se deu de forma unilateral.

A historiografia sobre o tema durante muito tempo legitimou a perspectiva de que os cangaceiros se aproximaram dos poderosos do Sertão para perpetuarem suas ações. Obras célebres apontaram inclusive que esse movimento de aproximação dos cangaceiros com os coronéis fez com que o movimento do Cangaço perdesse seu cunho social. Entretanto, a análise dos cordéis demonstrou que o governo tinha reais interesses nessa aproximação, justamente porque os representantes do movimento contavam com a legitimação dos viventes do sertão. Era uma forma de o Estado tentar manter algum tipo de proximidade com o sertanejo, uma vez que, assim como Gustavo Barroso (1930) pontuou, o sertanejo abominava as forças oficiais do Estado.

A desorganização dos jogos de poder no Sertão nordestino foi uma estratégia utilizada pelos cangaceiros, que incluiu a apropriação e a subversão de práticas de domínio do Estado. Isso desestabilizava o poder estabelecido, criando um código de justiça paralelo que atende às necessidades sertanejas. Necessidades geralmente negligenciadas pelo Estado, gerando um sentimento de vingança. Aqui cabe explicar que vingança era um tipo de reparação de uma ofensa em que o ofendido retribuía ao seu ofensor com uma ação que lhe trouxesse dano igual ou semelhante.

Ao categorizar o Cangaço, uma nova camada de sentido pode ser agregada ao conceito elaborado por Eric Hobsbawm (2010), de banditismo social. A perspectiva de banditismo social, para análise do movimento do Cangaço precisa levar em consideração que as relações estabelecidas entre poderosos e cangaceiros não necessariamente enfraqueceram os aspectos sociais e a aproximação que os cangaceiros tinham com o povo. O que se observou foi que a peculiaridade do movimento do Cangaço exigiu do Estado, a sua reconfiguração para conseguir se apropriar da presença dos bandidos. Por este motivo o governo e os coronéis postergaram ao máximo a finalização do movimento.

Por fim, a pesquisa apresenta leituras que não corroboram a visão tradicional do Cangaço, propondo uma interpretação que leva em conta o contexto social, político e cultural do Sertão.

## **1 – Banditismo social – o conceito amplo demais...**

### **1.1 – O momento e o lugar propício: A República e o Sertão.**

Preliminarmente faz-se necessário apresentar algumas considerações no que concerne ao momento histórico vivenciado no fim do século XIX e início do século XX, tanto no contexto político quanto no social. Esse recorte tem como objetivo compreender o momento de transição que levou a Monarquia brasileira se tornar uma República. Posteriormente busco apresentar como esse momento foi experimentado na localidade denominada Sertão Nordeste do Brasil. E mais ainda, o que nesse trabalho estamos denominando de Sertão.

A autora Emília Viotti da Costa em seu livro “Da Monarquia à República” (1999) afirma que a historiografia mais recente tem revisitado esse momento político brasileiro, inaugurado no ano de 1889, com intuito de trazer outras respostas acerca desse tão esperado momento político. A partir dessa proposta de buscar novas respostas, a autora traz uma constatação que pretendo pormenorizar:

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros. (Viotti da Costa, 1999, p. 490)

Aceitar de forma imediata, a constatação de que a Proclamação da República do Brasil simbolizou mais continuidades do que rupturas, já facilita as interpretações que lançarei mão nesse capítulo. Antes de analisar somente o 1889, preciso recuar e apresentar o panorama que conduziu a efetivação da proposta republicana. De acordo com Viotti da Costa (1999), a monarquia instaurada no Brasil sempre foi encarada como uma aberração, uma situação incômoda e de difícil entendimento. Com acordos estabelecidos desde a independência, as elites brasileiras viram na monarquia a forma de governo elementar para dar continuidade a seus privilégios. E ainda, manter distância – mesmo que provisoriamente – do “grande medo” da época: a abolição da escravidão e os prejuízos que isso causaria às elites agroexportadoras.

Entretanto a segunda metade do século XIX trouxe movimentações diferentes e um cenário novo foi sendo modelado. Desta forma, a autora explica:

[...] o regime monárquico, revelando-se incapaz de resolver os problemas nacionais a contento, a começar pela emancipação dos escravos, de cuja solução dependia o desenvolvimento da nação, perdera prestígio, sendo derrubado por uma passeata militar. A proclamação da República é o resultado, portanto, de profundas

transformações que se vinham operando no país. A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, a Abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras, a campanha pela federação, contribuíram para minar o edifício monárquico e para deflagrar a subversão. Os setores mais progressistas, eliminando o trabalho escravo, esposando relações capitalistas de produção, ansiando por reformas, opunham-se aos setores estacionários e retrógrados que apoiavam a Monarquia e eram apoiados por ela. Interessados em monopolizar o aparelho do Estado, os grupos progressistas deram acolhida às ideias mais avançadas: a Abolição, a reforma eleitoral, a federação e, finalmente, a República. Ao lado do núcleo progressista das classes rurais, colocaram-se as classes médias, desejosas de participação política, igualmente favoráveis a mudanças de regime. A República resultou, assim, da aliança entre grupos ativos da classe média e representantes do setor mais dinâmico da classe senhorial. O Exército, identificado com os interesses da classe média, realizou a mudança do regime que deixara de atender às necessidades de parcelas importantes da sociedade. (Viotti da Costa, 1999, p. 452)

A monarquia, conforme aponta a autora, foi adquirindo vários problemas ao longo da segunda metade do século XIX. Conforme mencionado, a abolição da escravidão estava sendo operada a passos lentos desde a primeira metade do século XIX, e ao ser concretizada, teve um simbolismo significativo, pois ela mantinha uma aproximação com os movimentos republicanos e alguns setores urbanos mais progressistas. Portanto, as maneiras pelas quais o capitalismo se estabelecia no planeta exigiam que as nações e os governos questionassem suas formas de lidar com o mundo do trabalho, produção de bens e com a acumulação de riquezas. Outro ponto interessante a ser observado é o paulatino afastamento do Exército do Imperador. Mediante as inúmeras crises que ocorreram, o mal-estar gerado pelos desdobramentos do fim da Guerra do Paraguai e as limitações à participação política imposta aos militares, a tendência foi a aproximação com as classes médias e a exigência de renovação política.

Contudo, afirma Viotti (1999), não se pode deixar de frisar o que de fato significou a Proclamação da República: foi um golpe. A autora procura explicar que as primeiras tentativas de afirmar o que foi a República tiveram como aporte apenas as memórias dos monarquistas ou dos republicanos. Tais memórias têm seu conteúdo de explicação, contudo são limitadoras, pois acabam por reverberar, de forma única, as preferências políticas (exclusivamente militantes) de ambos os lados. A perspectiva para apresentar essa nova proposta historiográfica de interpretação do advento republicano brasileiro pode ser condensada na seguinte explicação da autora:

O movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano, conservavam, entretanto, profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime, quando

as contradições eclodiram em numerosos conflitos, abalando a estabilidade dos primeiros anos da República. (Idem, p. 486)

De acordo com a autora a conjugação dessas três forças acabaram por solidificar pretextos para o Golpe de 1889. A questão militar já foi antecipada linhas acima. No que se refere aos fazendeiros do Oeste Paulista há uma relação entre a abolição e seus profundos impactos que, de acordo com eles, não foram suficientemente pensados e levados em consideração pela monarquia. A participação política de forma mais ampla era a pauta geral das classes médias urbanas. Essas por vezes tinham limitações na participação política por não estarem dentro da velha ordem política imperial basicamente atrelada às oligarquias tradicionais que apoiaram durante muito tempo as ações de D. Pedro II. Diante desse panorama geral, é possível depreender as razões pelas quais a Monarquia entra em declínio: as antigas oligarquias rurais já não apoiavam as ações de D. Pedro II, os militares já não eram mais tão leais ao monarca quanto antes. A abolição causou ao imperador mais descrença da aproximação com os populares e, por fim, os centros urbanos exigiam transformações que proporcionassem ao Brasil uma face com o vindouro século XX. Uma monarquia nas Américas diante do quadro político e econômico do Brasil significava tudo, menos modernidade pretendida pela revolução industrial e não coadunava com lema positivista *Ordem e Progresso*.

Conforme apontou José Murilo de Carvalho (1987), na manhã do dia 15 de novembro de 1889 a República foi instaurada pelos militares e apoiada por determinados setores sociais. Conforme analisado pelo autor, as pessoas que viam o ato acreditavam ser um desfile militar e não um movimento político tão importante. A autora Margarida de Sousa Neves (2018) corrobora na mesma constatação de Carvalho e assim descreve esse movimento:

Talvez apenas o povo das ruas da capital, que a tudo assistira bestializado, no dizer de Aristides Lobo, assim como o povo pobre do interior, das vilas e capitais provinciais, intuisse que toda aquela agitação nada mudaria em suas vidas. Muitos se benzeriam, mais de um bateria com a mão na boca, e, recorrendo à sabedoria dos refrãos e provérbios repetidos de geração em geração, diriam que essa tal de República não mudaria nada para quem não tem eira nem beira e anda pela vida sem ofício nem benefício. Em tempo de Murici... cada qual cuide de si! Em todo caso, a submissão de séculos levaria alguns a pensar que quem à boa árvore se achega, boa sombra o cobre, para continuar buscando o favor e a proteção dos poderosos de sempre, muitos deles convertidos em ardorosos republicanos depois daquela sexta-feira quente de novembro. (Neves, 2018, p. 31)

Conforme a autora aponta, a *República foi apenas proclamada* (NEVES, 2018) pois, as transformações que eram aguardadas pouco ou nada se concretizaram. Sobretudo no campo social. Quando a autora sinaliza que o povo nas ruas que assistia as movimentações de forma *bestializada*, tinha a intuição que não haveria projetos de mudanças concretas, essa afirmação

demonstra que a sociedade conseguia fazer leituras sobre os jogos políticos que estavam em disputa. A constatação, de acordo com a autora, era que aqueles que anteriormente eram defensores da monarquia agora seriam defensores ardentes de uma República promissora. Por mais que o discurso sobre a Proclamação da República estivesse indicando que politicamente haveria transformações, a prática política demonstrou a continuidade de projetos políticos já conhecidos e que continuariam favorecendo determinados grupos que se perpetuavam no poder.

Sendo assim, assinalado o momento político vivenciado pelo Brasil, é preciso entender como se estabeleceu a relação do advento republicano com essa parte do Brasil denominada Sertão. Não se trata de um conceito menor, tampouco uma discussão de âmbito geográfico ou de fronteira, falar de Sertão é deixar, a priori, em suspenso, determinados entendimentos.

Preciso, para costurar as tramas desse enredo, apresentar ao leitor o significado do conceito de Sertão. A fim de me ajudar a compor o entendimento que tenho desse conceito, alguns autores são importantes para sustentar minha acepção: O Sertão no sentido histórico e historiográfico desse trabalho deve ser entendido como *beira mundo*: um campo que é lugar físico quando se trata de governo, governança e política, é uma afetividade ou negação dessa, ao lançar mão de memórias, esquecimentos e narrativas do povo e das gentes, é imaginário quando se trata das apropriações ou desapropriações culturais e políticas desse ambiente e são saberes e modos de viver. Mas e por que *beira mundo*? A autora Heloisa Starling (2008) auxilia nessa interpretação: o *beira mundo* é o não lugar, o não ser desenvolvido e não caber mais no arcaico, é namorar o moderno caminhando de mãos dadas com o tradicional, é a “dobra” no tempo e no espaço, que carrega tudo de novo em um baú de coisas velhas. Dito de outra forma, para definir Sertão minha proposta é desencaixá-lo do que já foi dito sobre, não analisá-lo de uma única forma, enxergá-lo para além de ser uma invenção (Albuquerque Júnior, 2011), para além de uma guerra (Cunha, 1902), para além de ser um produto de um fenômeno climático (Rosa, 1956); (Ramos, 1938), para além dos Severinos (Melo Neto, 1955). O Sertão seria o *beira mundo* por precisar ser uma explicação em trânsito, em movimento. Sertão surge nesse trabalho como uma categoria que explica um lugar (que ora se alarga quase beirando o oceano ora se comprime a ponto de ficar quase invisível para o mundo), as formas de viver que esse chão produziu, e também saberes e práticas com sentimentos.

Ao afirmar que o Sertão é apenas um lugar geográfico, fragilizo sua capacidade explicativa ou que é somente uma alegoria literária, retiro esse conceito do campo do real e desapareço com suas peculiaridades de vida. Entretanto, se o torno um conceito protagonista, multifacetado, com limitações e potencialidades, esse conceito consegue dialogar

potencialmente com os eventos complexos que são o mote desse trabalho: pensar o Cangaço e os cangaceiros dissociando-os de criminosos comuns, tendo em vista que suas ações eram motivadas por questões políticas e essa constatação é possível de ser encontrada a partir das narrativas de Cordel. As contribuições de todos os autores que se debruçaram sobre conceituação do Sertão foram basilares para a minha proposição de expansão da categoria Sertão como *beira mundo*. Para este trabalho fez-se necessário ampliar os conceitos existentes para pensar sobre os múltiplos significados de Cangaço e Banditismo.

Daniela Maria Barretos Martins (2009) afirma que a concepção de *entrelugar* cunhada por Homi Bhabha, contempla os estudos da pós-colonialidade cujo interesse repousa em pensar todos os saberes e práticas sociais que a colonização e o projeto civilizatório marginalizaram e excluiu. Essa conceituação interessa particularmente a interpretação aqui disposta pois pensar em um Sertão *beira mundo* visa compreender como as versões dos colonizados são repletas de significados e questionam os projetos hegemônicos de saberes e práticas sociais.

Homi Bhabha, define o *entrelugar* como “uma temporalidade de construção e contradição social que é iterativa e intersticial; uma ‘intersubjetividade’ insurgente que é interdisciplinar” (Bhabha, 1998). Assim é possível pensar nesses lugares, como espaços de fronteira cujos cruzamentos e entrecruzamentos de referências possibilitam a criação de estratégias de sobrevivência singulares. Essa concepção dá solo para pensarmos o Sertão como *beira mundo*.

Para Bhabha (1998) o *entrelugar* é esse território que clama por intervenção imediata para se reconstruir no que ele vai denominar de “solidariedade afiliativa”, cujas comunidades que se desenvolvem nesses territórios vão corresponder a uma identidade de experiência marginal. A experiência marginal provoca nesses sujeitos um apelativo para negar a experiência padronizadora colonial e se lançar a criação de experiências autênticas e genuínas, que servem para essa comunidade. Nas palavras do autor:

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retorna o passado como causa social ou precedente estético; ele renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (Bhabha, 1998, p. 27)

A concepção de *entrelugar* dialoga com o Sertão *beira mundo* essencialmente por entender que o território sertanejo, que está nas *beiras do mundo*, desenvolveu experiências genuínas e seus viventes conferiram sentido e significado importantes. Tais sentidos, fizeram

resistência a muitos dos projetos “civilizatórios” vindos de outras partes do país e até mesmo das zonas litorâneas.

Conforme previamente aludido Starling (2008) descreveu que a palavra Sertão se tornou um conceito desde quando começaram a se apropriar dela para traduzir um projeto fundacional brasileiro. Para a autora, a ideia de Sertão é apresentada inclusive como um conceito problemático, uma vez que do Sertão será constituída a representação de um Brasil que não podia “aparecer” no novo projeto de nação. A própria ideia de construção de um Nordeste arcaico *contrário* ao Sul desenvolvido já aparecera na tese de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011). Contudo a relação que transborda no pensamento de Starling (2008) é pensar como o conceito de Sertão apareceu na prosa literária brasileira em momentos específicos corroborando para uma construção de significados que continuamente o marginalizaram. Dessa análise nos importa a complexa relação entre Sertão e República, nas palavras da autora:

Terra de párias e de desterrados, no subúrbio, o sertão, por maior que seja, é o que não se vê: o fundo arcaico projetado sobre uma sociedade primitiva que vive longe do espaço urbano e o que é aparentemente seu avesso, uma cidade brasileira qualquer e todas as outras cidades do país, a que se deixou perder de seus princípios civis e a que já é apenas degradação de seus lugares públicos, a cidade concebida para expressar a modernização e a periferia miserável que fixou seu perfil. Ou, no argumento do próprio Guimarães Rosa: “Sertão é o sem-lugar que dobra sempre mais para adiante, territórios”. (Starling, 2008, p. 144).

Para construir um perfil de República foi colocado em evidência o que (ainda) não era a República. A projeção de arcaísmo direcionado ao Nordeste instaurou-se fortalecido, principalmente, por projetos políticos de nação. A Proclamação da República no Brasil, conforme explicado, trouxe mais continuidades que avanços, e, para o Sertão conferiu-lhe atributos de inadequação às “transformações” políticas e sociais.

As mudanças do conceito de Sertão são operacionalizadas sobretudo a partir dos fins do século XIX e início do XX. No século XVIII, simbolizava áreas interioranas, longe das terras que produziam minérios ou mesmo um lugar de desvio de populações. Nesse contexto, surgirá com dupla acepção: a primeira ligada à geografia física e social, com uma ideia de lugar distante e cuja sociedade está distante de um referencial; já a segunda diz respeito à ideia de configuração de uma realidade política, lugar de desterro, onde há ausência de leis, precariedade da ordem e inexistência de direitos. (STARLING, 2008) Essas duas significações operadas juntas deram suporte ao que se transformou na “verdadeira narrativa dos Sertões”, o livro de Euclides da Cunha “Os Sertões”. A definição de Sertão, de Euclides da Cunha foi potente e vascularizada, permeou e permeia o imaginário do Brasil. Após essa obra, o Sertão continua sendo aquele de Canudos, é difícil ser desconfigurado, confirmando-o como “não lugar”, um

espaço sem leis, sem ordem, de arcaísmo, de miseráveis, de seca. Desconstruir essa idealização tornou-se tarefa árdua.

A noção de Sertão ganhará mais camadas de significado a partir do início do século XX. Os jornais foram os responsáveis (obviamente bebendo da fonte euclidiana) por informar ao grande público como o Sertão se encontrava, como estaria e andaria a sua situação.

Outra narrativa, para além da prosa e dos jornais, também será responsável por uma considerável e marcante camada de sentido ao termo Sertão, refiro-me à Literatura de Cordel. Nesse trabalho, haverá um momento específico para tratar exclusivamente dessa poesia, porém aqui faço um adendo importante acerca do que estamos discutindo. As narrativas de Cordel, que têm em sua concepção primeira ser uma forma diferente de falar sobre os eventos do Sertão, percebe-o de maneira peculiar. O Sertão, nessa linguagem, consegue escapar das determinações conceituais anteriormente dispostas. Quando associada aos seus temas originários, como, por exemplo, o Cangaço, o termo vai para outra esfera interpretativa. O Cangaço, narrado pela Literatura de Cordel, conseguiu reformular o conceito de Sertão de Euclides da Cunha de um “não lugar” para um “lugar de...” *um beira mundo*. Um lugar de cabras fortes, de sertanejos trabalhadores, de mulheres valentes, vaqueiros destemidos, de produções agrícolas, de valorização da natureza, de sentimentos e afeições. O que a Literatura de Cordel associada ao Cangaço faz com o conceito de Sertão é trazer para a centralidade da sua narrativa aquilo que faltou no processo republicano: o povo.

Sobre a centralidade do povo que a Literatura de Cordel faz, os trechos do cordel de João Martins de Athayde provocam interpretações importantes:

Lampião disse ao repórter  
Se acaso eu for derrotado  
O meu irmão fica ai  
No meu lugar colocado,  
A casa está definida  
Quem vier tirar-me a vida  
Diga que está desgraçado

Ali chegou uma velha  
Com uma imagem na mão  
O repórter e mais alguém  
Prestaram toda atenção,  
Disse a velha paciente:  
"Eu trago aqui um presente  
Pro coroné Lampião".

Disse a velha: "Aqui eu trago  
Remédio pra sua dor  
Guarde consigo esta imagem  
E tenha fé no Criador,

Pelo poder do Messias  
 Inda brigando dez dias  
 Bala não fere o senhor

Recebeu ele a imagem  
 Da forma que lhe convinha  
 Acreditando o milagre  
 Que a velha disse que tinha,  
 Pegou um dos seus anéis  
 E mais um conto de réis  
 Botou na mão da velhinha

Terminada a entrevista  
 Falou assim Lampião  
 Disse para o jornalista:  
 "Me ofereça um cartão  
 Seja bom para comigo  
 Escreva lá um artigo  
 Pra ver se eu tenho perdão"

O povo do Juazeiro  
 Todos queriam saber  
 Ali naquela cidade  
 Lampião que foi fazer  
 De fato, a sua presença  
 Produziu a mais imensa  
 Dúvida que se pode ter

Dizia o jornal que ele  
 Andava assim na cidade  
 Na terra do padre Cícero  
 Gozando da liberdade,  
 É porque foi confirmado  
 Que ele tinha prestado  
 Serviço à legalidade

[...]

Em menos de meia hora  
 Juntou-se uma comissão  
 Foram conferenciar  
 Com o padre Cícero Romão,  
 Temendo alguma censura  
 Foram exigir a cultura  
 Do povo de Lampião

Disse o padre: "Nesse ponto  
 Eu nada tenho a dizer  
 Falsidade àquele homem  
 Também não posso fazer  
 Como é que eu vou maltratar  
 Quem ajudou a livrar  
 Nosso povo de morrer?"

Todos olham bem pra ele

Com muito ódio e rancor  
 "Eu sou chefe da igreja  
 Dei provas de bom pastor,  
 Não consinto violência  
 Tenham santa paciência  
 Não posso ser traidor"

O que eu posso arranjar  
 Para não ser censurado  
 É fazer por onde ele  
 Só ande aqui desarmado,  
 E tomo conta do resto,  
 Faço dele um homem honesto  
 Pacato e moralizado. (ATHAYDE, 2005, pp. 88-92)

Inúmeros elementos podem ser extraídos desse excerto de Athayde (2005). Quando me refiro às complexas relações existentes para denominar Sertão como *beira mundo*, a sensação de que a Literatura de Cordel nos transmite é tensionada pelo transitar por tais elementos e evocar entendimento das relações. O fato narrado nesse cordel conta uma situação real que ocorreu no ano de 1926, quando o conhecido Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, visita Juazeiro do Norte, no Ceará, em busca do então também conhecido chefe religioso e político Padre Cícero. O caso que nos chama atenção é que Lampião já era conhecido por seus feitos nas localidades sertanejas de Pernambuco, Bahia, Paraíba entre outras. Contudo, Juazeiro do Norte se tornou, desde Padre Cícero, uma localidade de inúmeras romarias a fim de conhecer o Padre que operou milagres<sup>1</sup>. Nessa situação em específico, a chegada de Lampião foi acompanhada de perto pela multidão de fiéis, pelas forças policiais e pelos habitantes da cidade. Existia, obviamente uma proposta de capturar Lampião e seu bando, contudo isso não ocorreu. O motivo foi porque a Coluna Prestes, que na época iniciou sua incursão para o Sertão Nordeste, causou pânico nas autoridades locais e regionais. E a ideia que se teve foi de chamar o cangaceiro e seu bando para auxiliar na contenção dos guerrilheiros. Sob a mentira de dar a Lampião a patente de capitão, ao chegar na localidade absolutamente nenhuma força militar, tampouco civis ousaram capturá-lo.

Dentre tantos elementos importantes que esse cordel traduz ficarei com o mais relevante para essa parte inicial: perceber que o tom dessa narrativa demonstra como se estabeleceu a relação, ou a não relação, entre Sertão e República. Em 1926 já havia se passado quase 40 anos da Proclamação da República e no Sertão, ou seja, no *beira mundo*, para conter inimigos do

---

<sup>1</sup> Sobre esse tema conferir HERMANN, Jacqueline. "Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado" In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889- 1930). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Estado são chamados representantes do Banditismo social nordestino como apoio necessário para dar cabo de problemas políticos.

Percebamos: o Sertão é produtor de significados ímpares quando reportamos suas estratégias de desorganização das formas de poder. Analisá-lo como produto dado e com um perfil pré-estabelecido impede a interpretação deste como campo de produção de realidades e possibilidades. Essa é a tese de Sertão que defendo. Não consigo verificar nesse Sertão do final do século XIX início do XX somente um produto do “não lugar”, ao contrário, constato um “lugar de”.

Dito isso, é importante destacar a relação existente entre a República e o Sertão, a forma política estabelecida pela primeira atingiu de forma peculiar o segundo. O Sertão seria explicado pela República como um lugar que demorou a se “adequar” ao regime republicano se tornando um ser anômalo, produzindo sujeitos que possuíam estética e valores dificilmente aceitáveis e significativos. Assim como o Sertão veria com muita desconfiança os atributos da República, tendo em vista que na prática na política desses interiores pouca coisa havia se transformado. A República, conforme explica Neves (2018), era ainda instável e estava criando referências simbólicas para gerar nos cidadãos um imaginário que esse formato político representaria o novo. Porém essa construção não conseguia dar conta de tamanha complexidade:

Durante esse primeiro momento republicano, ainda instável e turbulento, governo e intelectuais ligados ao novo regime não descuraram na difícil busca da construção de referências simbólicas para a República brasileira. Tanto quanto o controle das cisões e oposições políticas, era importante inscrever a República nos corações e nas mentes dos brasileiros, e o processo de construção de um imaginário republicano, como já foi demonstrado, mostrou-se tão complexo quanto aquele da formulação da engenharia política necessária à estabilidade do regime implantado em 1889. (Neves, 2018, p. 35)

A República precisava criar sentidos e significados no Sertão e nas áreas afastadas do centro do poder (a capital Rio de Janeiro), porém, isso se configurou na medida em que maquinações políticas foram organizadas, o intuito era garantir apoio de quem fazia parte da política regional e local. Esses mecanismos se consolidaram quando o Governo Federal viu no pacto com o Federalismo um arranjo que não alterasse tão drasticamente os poderes locais e fosse garantia de estabilidade política. Talvez nessa sobreposição de sentidos, Sertão e República tenham se tornado lugares propícios para o desenvolvimento do banditismo social denominado Cangaço.

### 1.1.1 - O coronelismo nordestino.

A partir da apresentação da imbrincada relação de como foi instaurada a República no Brasil e do entendimento de que no Sertão Nordeste essa forma política foi vivenciada de maneira peculiar, o estabelecimento da figura do coronel, para a estrutura do Sertão, se torna um elemento central para compreensão de como a política republicana nessa localidade foi instituída.

O surgimento do termo Coronelismo corresponde à extinta Guarda Nacional<sup>2</sup> legitimada pelo Estado Imperial brasileiro durante praticamente todo século XIX e teve como justificativa para sua criação a debilidade do efetivo militar. Conforme explica Victor Nunes Leal (2012) a ideia original da Guarda Nacional continha determinados sujeitos (fazendeiros, comerciantes e industriais) voluntariamente armados, com uniformes iguais, juntamente com insígnias para justificar suas patentes que possuíam nomenclaturas iguais às do Exército. Na prática, a Guarda Nacional serviu a ordem pública durante guerras estrangeiras das quais o Brasil participou durante a segunda metade do século XIX. Porém depois de 1870, tornou-se meramente decorativa.

No século XX a permanência do posto “militar” evocado pela Guarda Nacional, em vez de enfraquecer ficou cafona. De acordo com o autor, mesmo com o fim do Império, os oficiais, além do uniforme e das insígnias, marchavam para as solenidades religiosas e profanas, como se nesses eventos houvesse ainda algum significado real (LEAL, 2012).

Entretanto o curioso é pensar como essa marca chega ao século XX com nova reconfiguração, mas com o mesmo desejo de transferir ideia de poder e opressão:

Eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando-em-chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo que a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial. Tal estado de coisas passou da Monarquia para a República, até ser declarada extinta a criação de Feijó. Mas o sistema ficou arraigado de tal modo na mentalidade sertaneja, que até hoje recebem popularmente o tratamento de "coronéis" os que têm em mãos o bastão de comando da política edilícia ou os chefes de partidos de maior influência na comuna, isto é, os mandões dos corrilhos de campanário. (Leal, 2012, p. 242)

Os coronéis adquiriram, com o advento da República, um papel-chave no novo regime representativo do Brasil. Além de gozarem de bastante autonomia nos municípios brasileiros

---

<sup>2</sup> Sobre esse assunto cf.: CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo. Coronelismo. Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

interferiam nas constituições estaduais e municipais de forma que essas fossem organizadas com vistas a criarem mecanismos políticos para perpetuar as oligarquias no poder. Oligarquias essas antes monárquicas, agora republicanas.

É preciso entender como isso ocorria na prática, uma vez que a República trouxe o sufrágio para o cenário político. A Constituição de 1891 derrubara o voto censitário, contudo, permaneceu com a proibição dos analfabetos, pessoas em situação de rua e mulheres. Assim, no interior dos municípios o que se estabelecia era a coerção dos eleitores por meio de ameaças, violências dos mais variados tipos e até mesmo mortes, para que esses sujeitos oprimidos elegeassem os representantes escolhidos e mancomunados com as oligarquias.

Contribuindo com essa explicação, Neves (2018) destaca que o princípio do Federalismo se tornou mola propulsora para a República alcançar estabilidade em sua almejada composição. O orquestramento entre municípios, estado e o Governo Federal se baseou na chamada *política dos governadores*. O conluio consistia em garantir base eleitoral para o Governo Federal por meio de pacto entre estados e municípios. Em contrapartida, o papel do Governo correspondia em fornecer verbas necessárias para a manutenção dos privilégios e prestígio que os poderosos locais desfrutavam desde antes da República ser instaurada. Longe de ser somente verbas, a distribuição de cargos estratégicos e a criação de comissões para garantir as fraudes eleitorais eram artimanhas que entremeavam esse momento. É nesse contexto que a figura do coronel desponta:

Na base do sistema estava a figura do coronel, dono da vontade dos eleitores e senhor dos currais eleitorais, cujo poder pessoal substituíria e representava o Estado, distribuindo como favor e benesses, a seu bel-prazer, o que seria de direito dos cidadãos. Nesse quadro, as eleições eram um ritual vazio, a participação eleitoral era mínima e a fraude a norma eleitoral. (Carvalho, 2002, p. 40)

Os coronéis se faziam presentes nesse momento: desposando de privilégios herdados do Brasil Imperial, além da *inusual e arcaica* patente, conseguiam manter considerável quantidade de pessoas sob sua tutela, pois nos interiores quem detém as terras, detém gentes. Apropriando-se de momentos de extrema fragilidade dos trabalhadores rurais, o coronel “oferece suporte” a essas massas em momentos de crise e em troca exige seu comprometimento e lealdade.

Era comum no Sertão Nordeste dizer que fulano era “gente” de coronel sicrano... Assim, a fiabilidade eleitoral brasileira questionável e o sistema eleitoral do Brasil tinha marcas evidentes de corrupção e fraudes. Leal aponta que:

Através de todas essas tentativas, recebidas confiantemente por uns, com descrença ou pessimismo por outros, o mecanismo representativo continuou a revelar deficiências, por vezes graves. Na última fase do Império tínhamos, sem dúvida,

realizado bastante progresso no sentido da pureza formal dos pleitos; a República piorou a situação e teve de trilhar o seu próprio caminho, à procura do ideal inatingido das eleições limpas e verazes. Mas, mesmo nas épocas em que o processo eleitoral se apresentou menos contaminado de violência ou fraude, sempre impressionou os espíritos mais lúcidos o artificialismo da representação, que era de modo quase invariável maciçamente governista. Entretanto, a subsistência de certos vícios exteriores ou formais, notadamente a insinceridade da verificação de poderes, realizada pelas assembleias legislativas e constantemente em prejuízo da oposição, muito concorria para que se atribuísem os defeitos do nosso regime representativo a fatores de ordem puramente ou predominantemente política. Por esse mesmo motivo, a atenção dos observadores quase sempre se desviava dos fatores econômicos e sociais, mais profundos, que eram e ainda são os maiores responsáveis pelo governismo e, portanto, pelo falseamento intrínseco da nossa representação. (Leal, 2012, pp. 223-224)

As diversas maneiras pelas quais eram empreendidas as chantagens em relação aos trabalhadores (quando não era utilizada a violência direta), repousavam principalmente na opressão feita para se tornarem subalternos desses potentados, por meio do domínio de territórios. A falta de emprego e a impossibilidade de comprar a própria terra para seu sustento era ininterrupta agonia para o sertanejo:

Os pobres dos lavradores.  
Com o suor do seu rosto  
Trabalham dez, 20 anos.  
De manhãzinha, ao sol pôsto.  
Sem falar nos empecilhos.  
Para criarem seus filhos  
Sofrendo todo desgosto.

O pobre do agricultor.  
Que não possui um tostão.  
Um dia recebe a ordem.  
De deixar sua habitação  
E entrega seu roçado.  
Sem nada ser reembolsado.  
Perdendo sua plantação.

Se o pobre do camponês.  
Mesmo com todo direito.  
Através de documentos.  
O coronel dá um jeito.  
Inventam um truque qualquer.  
Expulsa o pobre e a mulher.  
E os filhos, sem respeito?

Só se lê pelos jornais.  
A triste realidade.  
Da ambição e do crime.  
Da pior perversidade?  
De ricos os fazendeiros.  
Vão expulsando os roceiros.  
Sem a menor Piedade.

[...]

Vê se hoje no Sertão?

Um quadro desolador.  
 Dos lavradores coitados  
 Sofrendo drama e dor.  
 Abandonaram seus lares.  
 Como indivíduos vulgares  
 Sem acharem um protetor.

Quando um líder se levanta.  
 Para os pobres, defender.  
 Se não é ameaçado?  
 Tem um destino morrer.  
 E os pobres dos roceiros?  
 Pelos cruéis fazendeiros.  
 Resolvem tudo perder. (CAVALCANTE, s. d., pp. 3-5)

Conforme evidenciado no cordel, as estruturas do coronelismo, como marca do primeiro momento republicano, são sintomáticas para perceber os vícios da nova forma de governo, assim como havia a permanência das formas autoritárias e arbitrárias de manutenção de privilégios do momento imperial brasileiro. É possível afirmar nesse cenário que tais formas de política costuram a trama aqui apresentada: o estabelecimento de formas de Banditismo, como o Cangaço, não pode ser visto longe da lente da análise política das estruturas republicanas brasileiras. Dito de outra forma, o Cangaço deve ser considerado um fenômeno enraizado às práticas políticas de exclusão e marginalização social do Sertão *beira mundo* Nordeste da virada do século XIX e início do XX.

## 1.2 - As relações de poder e as estratégias de desorganização do poder

Por mais que o cenário republicano tenha alicerçado o surgimento do Cangaço e aponte para uma preponderância da narrativa política, precisamos ter também um olhar mais atencioso para o seu surgimento, como uma estratégia de desorganização dos elementos que indicam domínio de poder.

O Cangaço conseguiu estabelecer e se apropriar de forma rica dos jogos de poderio do Sertão. Entendendo a lógica da dominação, as análises mostram que foi possível verificar em ações dos cangaceiros, apropriações de práticas políticas e sociais que se assemelhavam àquelas que compunham as esferas governamentais.

Para não incorrer no erro do anacronismo ou em uma interpretação superficial que equipare as ações de cangaceiros às de governantes ou esferas do poder explicitarei a análise apropriando-me de um conceito desenvolvido por mim durante os estudos de mestrado que é a *astúcia como estratégia de desorganização dos jogos de poder* (SARMENTO, 2017).

A *astúcia* conforme aponte em outro trabalho de minha autoria (2017) é uma forma de inteligência ambígua que possui características próprias. Verificada em jogos de poder cuja situação demonstra que há desvantagem entre as categorias antagônicas, a astúcia atua no sentido de desorganizar o que historicamente já se encontrava pré-estabelecido. O que há é uma inversão na lógica do mais fraco perder e na confirmação do mais forte ganhar:

O poder produz suas próprias ilusões, a prepotência. Ora, se temos a força dos fracos, também é possível apresentar a fraqueza dos fortes. Ou seja: o mundo social narrado pelos cordéis é um mundo de conflitos, mas também de transformações. O forte não é sempre forte e o fraco não é sempre fraco. Essa condição abre um tempo em que existem brechas, espaços para a criação e para a sobrevivência. (Sarmiento, 2017, p. 88)

A importância de trazer esse conceito de *astúcia* respalda-se na compreensão de que os usos do poder podem criar significados diferentes. Alguns estudos que trataram da temática do Cangaço (e que inclusive se tornaram célebres) reforçaram quase que exclusivamente a tese que equipara os cangaceiros a criminosos comuns motivados apenas para obtenção de riquezas e ostentação de poder<sup>3</sup>. Essa tese não se sustenta, à medida que lançamos luz sobre as narrativas populares do Cordel. Contudo, aqui apresenta-se outra problemática que é a desqualificação da Literatura de Cordel como narrativa “oficial” para compreensão desse tema. A discussão sobre estatuto de verdade da poesia será melhor tratada posteriormente. Todavia, preciso evidenciar que somente a partir das análises de Cordel, que outras formas de interpretação sobre o Cangaço emergem. Principalmente essas as quais defendo nesse trabalho: primeiro, que existiam nas ações dos Cangaceiros motivações políticas para seus atos e que esse regime de interpretação é possível de ser acessado pelas narrativas de Cordel, em conjunção com as interpretações do Sertão *beira mundo*. Segundo que diferentemente do que foi amplamente dado a conhecer sobre o movimento cangaceiro, o Estado e os grupos políticos locais se apropriaram da presença e das ações dos cangaceiros, por eles possuírem relações de proximidade com os sertanejos. Por fim, que a Literatura de Cordel permite compreender o Cangaço para além da sua criminalização, por exemplo em contraposição aos discursos veiculados pelos periódicos.

O conceito de astúcia auxilia na interpretação das ações do Cangaço instaurado principalmente no início do século XX. Quando os principais líderes cangaceiros desse momento, no caso Antonio Silvino e Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, se apoderaram

---

<sup>3</sup> Aqui refiro-me aos estudos elaborados por PERNAMBUCANO DE MELO, Frederico. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo: A Girafa, 2011 e por PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. Boitempo: São Paulo, 2010.

dessa forma de inteligência que previa as ações governamentais, o que se viu, foi um desarranjo nas formas de governar o Sertão. Os governantes perceberam que não era suficiente caçar cangaceiros, por isso suas ações se tornaram sofisticadas, parecia que os cangaceiros sempre estavam um passo à frente dos seus algozes. Dessa forma, o Estado precisava negociar com os bandoleiros, uma vez que, estes contavam com o apoio das massas em parte de suas ações. Essa situação impedia que as ações governamentais se estabelecessem tão rigidamente com os cangaceiros, pois alianças eram celebradas entre estes e chefes políticos locais. E diferentemente do que foi escrito sobre o tema, os coronéis e grupos poderosos locais buscavam nos cangaceiros a consolidação das relações para que não houvesse o desmantelo governamental. Afinal, os cangaceiros representavam o elo com o sertanejo, enquanto os grupos poderosos, por vezes eram rejeitados pelo povo.

Esta configuração das relações desorganiza as formas de poder estabelecidas, ao serem astutos e anteciparem os movimentos dos seus adversários, os cangaceiros conseguiam alterar a ordem estabelecida.

Nesse sentido, a utilização dessa inteligência ambígua dá a capacidade ao sujeito em **operar pelas temporalidades e conseguir antecipar as ações e antever as reações de seu adversário precavendo-se**. Ainda sobre a utilização da *astúcia*, é importante frisar que a flexibilidade e a maleabilidade dela, é o que garante a vitória em domínios nos quais não há sucesso para regras prontas. Nesses momentos, é exigida a capacidade inventiva e a descoberta de novos artifícios. **É justamente no terreno do instável, que a utilização da astúcia faz decepcionar todas as previsões e enlouquecer os espíritos pragmáticos**. Ora, o *quengo* é uma potência da *astúcia* e do engano. Para enganar sua vítima, a astúcia mascara sua verdadeira forma ou intenção [...] (Sarmiento, 2017, p. 78) [Grifos nossos]

É preciso ratificar, contudo, que quando olhamos narrativas do Estado que tratam dessas ações, não há a tônica aqui demonstrada. Essas percepções aparecem na Literatura de Cordel. Exponho duas análises que auxiliam nessa explicação.

No final de 1926, após o combate da Serra Grande, foi preso e acusado de ser o maior fornecedor de munição para o grupo de Lampião, o negociante José Olavo, da cidade de Vila Bela.

As informações que a polícia conseguiu obter, revelaram uma intrincada rede de subterfúgios, planejada para proteger todos os que estavam envolvidos no caso. José Olavo assegurou que se tornara fornecedor de Lampião diante de suas ameaças de submetê-lo a uma morte terrível e de que suas propriedades seriam queimadas. (Torres Filho, 2011, p. 157)

Esse telegrama nos permite a compreensão de que não se pode equiparar todos os cangaceiros a criminosos comuns e seus comparsas exclusivamente aqueles que estavam nos bandos. Conforme aponta Torres Filho (2011) a rede complexa de apoio dada aos cangaceiros

iniciava nos mais pobres sertanejos, alcançando até os donos de comércios, políticos e fazendeiros. Havia interesses nessas categorias em manter relações estreitas entre os cangaceiros e não com o governo. Aqui, contudo, preciso evidenciar que não abandono a tese de que parte dessas categorias mais abastadas eram pressionadas pelos cangaceiros a se alinharem a eles. Entretanto como aponta Leonardo Mota (1976), no início do século XX era mais confiável estar ao lado do cangaceiro que da polícia, pois esta sim era cruel com o povo. Sobre essa afirmativa o autor apresenta:

Concomitantemente, **o alferes Teófanês submetia Joaquim Pedro a interrogatório, e este negava que soubesse do paradeiro de Silvino.**

Aparece o sargento e, depois de falar na ovelha morta e de mostrar o tabuleiro com os restos de comida, pede permissão para forçar o velho sertanejo a não continuar mentindo. **Ato contínuo, tranca numa alcova a mulher e os filhos do mesmo e ordena que os soldados desembainhem os sabres.**

Nesse momento, mais nervosa, uma filha do ameaçado pede, da alcova:

- Meu, pai, por caridade, descubra logo!

**Joaquim Pedro roga que não lhe batam e justifica-se, alegando que logo não disse a verdade por temer a vingança de Silvino, no caso de a polícia o não prender ou matar.** E confessa que o celerado está escondido não longe dali. (Mota, 1976, p. 22)

[Grifos nossos]

### **1.3 – O Cangaceiro é um bandido diferente (e talvez não seja bandido): considerações acerca do movimento do Cangaço.**

Quando consideramos o termo Cangaço e suas apropriações, desde pelo menos os anos de 1870 no Sertão Brasileiro, alguns apontamentos precisam ser feitos. Os usos desse vocábulo foram sendo modificados ao longo do tempo. Entretanto, o que nos interessa nesse capítulo é entender a relação criada entre o Cangaço e Banditismo. Como esse termo foi ganhando substância para designar certas ações e determinados “tipos sociais”.

Para tratar disso primeiramente recorreremos a incontornável tese de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997) cujo objetivo é um olhar sociológico e historiográfico sobre o surgimento do Cangaceirismo no Brasil.

De acordo com Queiroz, nos primeiros momentos de estabelecimento e ocupação do Sertão, os chefes das famílias abastadas contrataram bandos de homens e armavam-lhes. O intuito era de defender os territórios que paulatinamente eram ocupados, e afugentar os povos originários (verdadeiros donos dos territórios) para o interior. Nessa movimentação, esses bandos já não retornam às suas zonas originais e permanecem fazendo a segurança dos seus

chefes. De acordo com a autora nesse primeiro momento podemos denominar esses grupos de subordinados:

Uma vez afastadas das tribos para o interior. Estes bandos passaram a servir de apoio aos chefes a fim de assegurarem o domínio da localidade ou da região contra os rivais. Alguns homens do bando passaram a vida como simples capangas ou guarda-costas. A maioria, porém, constituía a família, habitando, então, nas terras do chefe local, na qualidade de morador ou de agregado. [...] O aluguel da Terra não interessava aos fazendeiros, interessava lhes manter em sua propriedade muitos homens com os quais pudessem contar nos momentos necessários. Viviam os potentados do Sertão em fazendas afastadas dos povoados, nelas se sentindo mais a salvo dos ataques dos adversários, quando iam à Vila, rodeava-se de grandes quantidades de seus homens para se garantir contra qualquer ameaça. (Queiroz, 1997, p. 21)

A partir dos anos de 1890 a conjuntura foi modificada, principalmente com a Proclamação da República, os papéis políticos e governamentais foram remodelados. De acordo com a mesma autora, a dominação territorial agora seria progressivamente substituída pela dominação político-administrativa, os chefes locais foram sistematicamente se apropriando desses espaços, eternizando-se no poder e dando uma nova roupagem à dominação de pessoas. Outra questão importante é verificar que nesse novo momento político brasileiro, a polícia vai ganhar cada vez mais importância. Como Queiroz (1997) afirma, esta já existia desde a época do Brasil Imperial, contudo, ela vai adquirindo mais poder nesse momento. As atividades desenvolvidas até então pelos antigos jagunços e capangas vai se tornando “ilegal”. Na verdade, só é considerada ilegal, a atividade de proteção armada desses jagunços desde que não fosse subordinada a algum chefe político, ou seja, se fosse um “cangaço subordinado”, a polícia fazia vista grossa, já se fosse a modalidade de cangaço independente, a conversa era outra.

É claro que outros tantos homens não iriam manter-se subordinados aos chefes das oligarquias sertanejas. É nesse contexto, explica Queiroz que os bandos independentes começam a surgir:

Dentro deste quadro de oligarquias e de desenvolvimento das forças policiais é que começaram a aparecer bandos cuja ligação com os chefes políticos locais assumiu nova forma. A antiga sujeição era substituída pela independência e pela autonomia. Três nomes destacaram-se associados a essa nova modalidade de Cangaço: Antônio Silvino, Lampião e Corisco. Este novo Cangaço se localizou entre duas datas extremas: 1900 e 1940, que marcaram a afirmação de Antônio Silvino como chefe de um bando independente (1900) e a morte de Corisco, o Diabo Louro (1940) [...]. (Queiroz, 1997, p. 26)

É importante explicar como o termo Cangaço foi aos poucos sendo atribuído a grupos de homens armados. Sabendo que ocorreram pelo menos dois movimentos específicos de arregimentação e armamento de homens cuja função era de proteção ou sujeição. Queiroz

explica que o termo Cangaço vem de “canga” um objeto específico colocado sobre o lombo de animais de carga cuja função era de carregamento de objetos ou de corotes de água. As palavras da autora são basilares a essa constatação:

O termo é antigo, pois nessa região, já em 1834, se dizia de certos indivíduos que eles “andavam debaixo do cangaço”. Designando, particularmente, os que ostensivamente se apresentavam muito armados, de chapéu-de-coiro, clavinotes, cartucheiras de pele de onça-pintada, longas facas enterçadas batendo na coxa, como descreve o escritor cearense Gustavo Barroso. Levavam os clavinotes, passados pelos ombros, tal qual um boi no jugo, sito é, na “canga”, essa aproximação teria sido responsável pelo significado. Seja ou não esta a origem do termo, é certo que “cangaço” e “cangaceiro” eram utilizados numa região bem delimitada, as vastas Caatingas áridas, que formam o chamado Polígono das Secas, no interior de sete estados brasileiros. No entanto, embora bandidos tenham exigidos por toda a parte no país, só nesta região foram designadas por “cangaceiros”. (Idem, 1997, p. 14)

Discordando do que pensou o intérprete Frederico Pernambucano de Melo (2011) não acredito que a dureza do Sertão euclidiano seja um dos principais aspectos para tornar os sujeitos que entraram no Cangaço afeiçoados à criminalidade. Conforme tenho demonstrado, o surgimento e estabelecimento do Cangaço corresponde a uma série de fatores de ordem política, econômica e social. Ao associar as interpretações do Sertão como beira mundo é possível pensar o fenômeno do Cangaço sob outras representações e afastá-lo de explicações pré-moldadas.

O desenvolvimento do Cangaço, pela ótica do Sertão *beira mundo* desconsidera a interpretação de um movimento em que os sujeitos ingressavam por serem predestinados ao crime ou como defendia Nina Rodrigues, degenerados afeitos à marginalidade. Não foi a *falta de* escrúpulos ou a tendência ao crime que fez surgir o Cangaço e sim *possibilidade de* vivenciar outras realidades que não a de subordinação e a de conveniência com as ações perversas do Estado. Continuar reafirmando que a *falta de, a impossibilidade de, a carência de* foram responsáveis pelo estabelecimento do Cangaço, ratifica o entendimento deste movimento como *causa* dos problemas sociais do Sertão.

Vale ressaltar que o *não lugar* para as concepções do Sertão *beira mundo* confirma os discursos de impotência do Sertão. Assim sendo, analisar o *não lugar* para movimento do Cangaço ratifica a já conhecida concepção que este deveria ser combatido, criminalizado e responsabilizado pelos males do Nordeste.

Contrastando com o *não lugar* do Cangaço acredito que é possível operar outras representações desse movimento. A partir das interpretações do Sertão como um *lugar de*, nos

apropriarmos da interpretação de que o Cangaço surge como contestação das situações políticas e sociais vivenciadas

Assim a compreensão das concepções do Cangaço, como um movimento para além da criminalidade, precisa ser concebida associado às concepções de um Sertão protagonista e produtor de significados ímpares, pois em nenhum outro lugar do país se vivenciou a experiência desse movimento. Portanto, para entendê-lo de maneira distinta é preciso engendrar as categorias de Sertão como beira mundo (como um *lugar de* produção de realidades simbólicas importantes e não exclusivamente de escassez) a representações singulares da Literatura de Cordel.

A partir dessa constatação defendo que o Cangaço é um fenômeno social que tem suas bases fincadas na transformação da sociedade sertaneja do fim da Monarquia e início da República. Seus integrantes não podem ser categorizados somente como criminosos comuns, pois como sua originalidade se dá por aspectos de transformações políticas e sociais, seus atos devem também ser assim correlacionados. Criminosos comuns existiam no Sertão nordestino, é claro. Contudo, as motivações de grande parte dos atos cometidos pelos cangaceiros, para serem percebidos em toda sua complexidade, precisam ser vistos sob a ótica do político, do social e do econômico. O Cangaço não deve ser visto como um movimento uniforme, dependendo do momento subscrito, este carregará características diferentes e visões de mundo diferentes. É um movimento que se consolida entre os anos de 1870 com o surgimento dos primeiros bandos de cangaceiros independentes e se estende até pelo menos os anos de 1940, dois anos depois da morte de Lampião, o último grande chefe do Cangaço. É um fenômeno exclusivo do Sertão Nordeste brasileiro que reunia condições específicas para seu desenvolvimento. Possui como elementar característica uma relação com a sociedade sertaneja, pois havia relações estabelecidas tanto com as grandes massas – e essas massas tinham um olhar de apreço por esses sujeitos – assim como existiam diálogos com as oligarquias, para chantageá-las ou ainda para estabelecer alianças necessárias. Acredito ainda que esse fenômeno é significativo, os cangaceiros conseguiram usurpar do Estado suas alegorias de poder e se apropriaram delas a ponto de conseguir, na sua medida, também governar os Sertões.

Explicado o que foi denominado como Cangaço, ou cangaceiros, precisamos analisar como esse movimento foi associado a uma categorização chamada Banditismo. Ao apropriarme do significado de Banditismo preciso, antecipadamente, fazer pelo menos um apontamento: explicar esse conceito passa pela esteira teórica e metodológica dessa tese, o termo “Banditismo” aparece recorrentemente em várias das fontes utilizadas nesse trabalho. A palavra

Cangaço em vários momentos aparece como sinônimo de Banditismo ou vice-versa. Por esse motivo é necessário apresentar como a teoria do Banditismo Social pode corroborar para o entendimento do Cangaceirismo e mais ainda, como o leitor poderá encontrar outros significados ao que está sendo chamado há quase um século de banditismo ou cangaceirismo.

Eric Hobsbawm (2010) fez uma das mais importantes contribuições a respeito do estudo sobre proscritos sociais, ou mais conhecido Banditismo Social. Em sua tese, o autor argumenta sobre a origem desses sujeitos, as relações com a sociedade que os gestaram, as motivações, a organização política e principalmente econômicas que construíram os bandidos sociais e como ocorreu seu desaparecimento.

O Banditismo Social encara as ações dos bandidos de uma forma diferente, a contravenção que esses sujeitos causam aos particulares ou mesmo ao Estado precisa ser lida pela dimensão de exploração de determinados grupos sobre outro. Além disso o Banditismo Social é visto como um fenômeno que se desenvolve em sociedades agrárias, cuja terra e a atividade agrária são a base de sustentação social, assim como se torna a motivação para situações de extrema exploração e desenvolvem tensões graves entre exploradores e explorados. Ainda seguindo esse raciocínio uma outra explicação importante sobre o Banditismo Social é encará-lo como um fenômeno social, uma vez que uma das características explicadas por Hobsbawm é que as sociedades que tiveram bandidos sociais estavam passando por momentos de mudanças estruturais em suas formas de organizações políticas ou econômicas.

O banditismo social constitui um fenômeno universal. Em todas as sociedades baseadas na agricultura, (inclusive nas economias pastoris) e compostas principalmente de camponeses e trabalhadores sem terras, governados, oprimidos e explorados por alguém: por senhores, cidades, governos, advogados ou até mesmo bancos. (Hobsbawm, 2010, p. 39)

Com exceção das generalizações do excerto, concordo com o autor principalmente no que define esse fenômeno como um fenômeno de transição. Dialogando com a interpretação aqui antes mencionada de Queiroz (1997), quando se pensa em Cangaço independente, o momento brasileiro é justamente a transição do Brasil Império para a o Brasil República, com o estabelecimento de novas formas de governar que precisariam instaurar novas formas de oprimir. É principalmente naquele contexto que a “democracia” estabelecia direitos àqueles que até então só possuíam obrigações.

Nessa perspectiva, o Banditismo Social acaba por adquirir uma interpretação diferente do criminoso comum. O Banditismo Social possui motivações sociais que muitas vezes não estão correlacionadas a própria vida do bandido. É isso que Hobsbawm defende quando afirma que há uma relação direta entre o proscrito rural e o povo que rodeia:

O principal com relação aos bandidos sociais é que são proscritos rurais, que o senhor e o estado encaram como criminosos, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa. Porque os considera heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até vistos como líderes da libertação. E sempre como homens a serem admirados, ajudados e sustentados. (Hobsbawm, 2010, p. 36)

Se a sociedade busca nesses sujeitos criminosos (que assim são considerados pelo Estado) a reparação por algum agravo sofrido e não na justiça promovida no Estado, há de se suspeitar que o Estado e a justiça promovida por ele, não alcançavam as categorias populares.

Nas próximas páginas tratarei de demonstrar, por meio da análise de jornais, essa primeira afirmativa. Tento demonstrar também como nos discursos do jornal, o termo Banditismo em nada se assemelha ao que expus anteriormente e que Cangaceirismo/Cangaço se tornou sinônimo de Banditismo, esses dois termos possuíam acepções de criminosos comuns motivados por causa torpe, dissociado de sua estreita relação com as camadas sociais.

De acordo com José d' Assunção Barros (2021) o uso de periódicos na pesquisa histórica se tornou nas últimas quatro décadas uma fonte muito utilizada por historiadores. O autor ainda aborda que é preciso ter ciência que por mais que pareça que temos familiaridade com os jornais, esses objetos devem ser analisados dentro de parâmetros que busquem compreender suas especificidades. Sobre essas especificidades o autor elenca pelo menos três importantes e caracteriza sua constituição:

Os periódicos são, efetivamente, todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra. Se serão vendidos ou distribuídos livremente, e se serão expostos em bancas de jornal ou disponibilizados em circuitos mais específicos, isto ainda não importa muito para que esta e aquela publicação possam ser classificáveis como periódicos. O essencial – as características matriciais que definem os periódicos – está na ‘periodicidade’ e ‘forma impressa’, embora com a recente era digital tenham surgido novos modos de divulgação integral ou parcial para os periódicos, muitas vezes complementares ao modelo impresso. Ao lado disso, é oportuno lembrar que, para além da ‘forma impressa’ e ‘periodicidade’, a ‘publicização’ – ou a disponibilização a algum tipo de público – constitui a terceira característica essencial dos periódicos. (Barros, 2021, pp. 422-423)

Os fatores mencionados pelo autor são importantes pois ao nos debruçarmos sobre a leitura do Jornal de Recife constatamos que sua periodicidade era diária, pelo menos até o ano de 1938, seu formato era impresso e sua circulação era, no que se refere a regionalidade, ao que

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997) chamou de Polígono das Secas. Já quanto sua publicização é importante mencionar que a regionalidade de seu alcance acabava direcionando a leitura desse periódico ao público letrado dos interiores sertanejos. Esse dado é importante, haja vista que os níveis de analfabetismo na virada do século XIX para o XX, no Nordeste brasileiro eram altos. Assim, quem acaba por consumir esse tipo de leitura eram um público letrado, dos interiores sertanejos, geralmente de categorias mais abastadas.

Quando já nos anos de 1911, o Jornal do Recife, explicava em uma reportagem intitulada “Brasileiríssimos” em que a intenção era confirmar que os neologismos e as múltiplas maneiras de se comunicar no Brasil eram uma marca do regionalismo, assim como uma marca da mestiçagem em terras brasileiras. Dentre os inúmeros vocábulos que foram analisados na reportagem, o termo “cangaço” traz como significado “porção de armas que trazem os malfeitores” (JORNAL DO RECIFE, 1911, p. 1). A autora Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997) se apropria das descrições de Gustavo Barroso para ajudar a definir pelo menos as origens do termo. De acordo com a autora desde os anos de 1834, ou seja, na primeira metade do século XIX, já existia o vocábulo “cangaço” associado à ideia de armamentos pesados ou pessoas que andavam ostensivamente armadas. Contudo é preciso ampliar a interpretação, pois o armamento no início do século XIX possuía uma configuração de uso no trabalho, segurança das fazendas, segurança de senhores, valentia e também crimes.

Claro está, que a inquietação para se falar sobre Cangaço nos meios comunicação do início do século XX se sustenta, essencialmente, nos fatores sociais. Nesse momento, o Cangaço encabeçado por Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, já tinha adquirido grandes proporções e era basicamente conhecido em praticamente quase todos os estados que formavam o *Polígono das Secas* (QUEIROZ, 1997). Mas antes mesmo do Cangaço de Lampião, outros cangaceiros já haviam deixado o seu legado no imaginário sertanejo nordestino, na literatura, nos autos policiais e nos jornais, exemplo disso são Joaquim e José Gomes, João Calangro, Sinhô Pereira, Antonio Silvino, Jesuíno Brilhante entre outros. É essencial fazer essa explicação, pois o que ficou conhecido como *estética do cangaço*, na verdade, é muito recente. Já o movimento cangaceiro é muito mais antigo. Um relato interessante sobre isso aparece na obra de Queiroz (1997):

Em 1930, quando as histórias sobre as atrocidades de Lampião chegavam ao auge, o folclorista Leonardo Motta perguntou a Antônio Silvino, então preso na penitenciária de Recife:

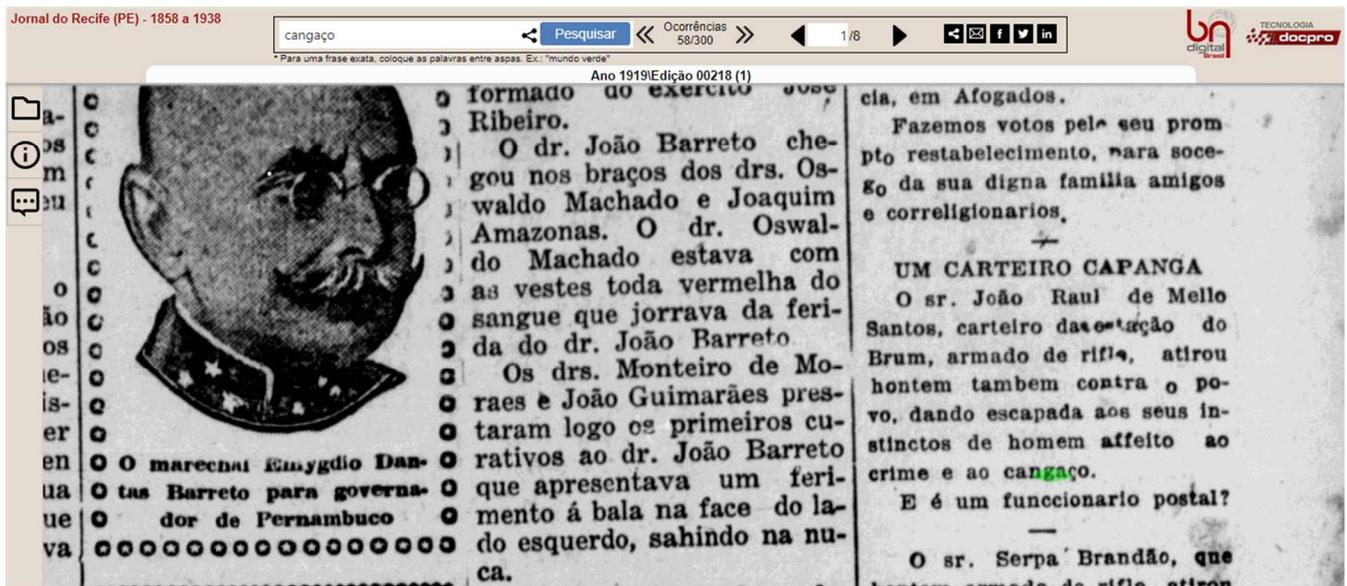
- Silvino, que é que você me diz de Lampião?
- Ah, seu Doutor, Lampião é um Prinspe!
- Príncipe por quê?

- Veio depois de mim. Os tempos são outros. A arma estão mais aperfeiçoada. Não falta quem lhe dê tudo. Caixeiro viajante não é besta pra esquecer de levar presente de bala pra ele (...) Não tenha dúvida: Lampião é um Prinspe!" (Queiroz, 1997, p. 44-45)

Não se trata apenas de identificar o movimento cangaceiro, mas perceber que ocorreram várias situações que permeiam esse movimento, diferentes condutas adotadas, uma amplitude de atuação dos bandos, imaginários criados e vivenciados sobre esses homens. Portanto não basta, para a explicação aqui empreendida, atestar que a veiculação de um tipo de estereótipo e estética cangaceira sejam as únicas que se desenvolveram no nordeste brasileiro. Entender essa multiplicidade é um caminho interessante para analisar o banditismo e a criminalidade no Sertão nordestino brasileiro.

Continuando no rastro desses vestígios, percebo como o termo Cangação foi ganhando camadas de sentido nos anos de 1919 e 1920, a preocupação em dar significados ao termo Cangação, atualizados para aquela realidade, é verificada com a quantidade de matérias que apareceram no periódico Jornal do Recife. Em uma nota de 14 de agosto de 1919, no periódico foi noticiado que um carteiro atirou contra com povo demonstrando assim que ele estava *afeito crime e ao cangaço*”

**Figura 1 - Imagem extraída do site da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 14 de agosto 1919, p, 1.**



O termo “cangaço” aparece nesse momento com sentido de selvageria e como atributos de pessoas declinadas ao mal. Interessante apontar que no final da nota, é questionado de forma de irônica que um homem com esse *tipo* de comportamento ainda é um servidor postal. O que

podemos interpretar desse pequeno trecho é o acréscimo ou ainda, a transmutação paulatina do termo cangaço como comportamento ou ações condenáveis.

Acompanhando esse raciocínio temos ainda no jornal outras matérias. No dia 20 de janeiro de 1920, o periódico realiza a cobertura de uma matinê infantil de carnaval descreve os personagens que estavam encenando uma peça de teatro, fazendo a seguinte menção ao ator que interpretara um interiorano: “*Joaquim Revaronas encarnava o perfeito typo do nosso matuto afeito ao cangaço*” (JORNAL DO RECIFE, 20 de janeiro de 1920, p. 1). A intenção de focalizar em uma diferenciação do homem da capital/litoral *versus* o homem interiorano/sertanejo é enfatizada quando ao apontar neste que é *típico do homem sertanejo* estar associado ao cangaço. Cabe ressaltar que é possível identificar pelo discurso da matéria a representação de Sertão defendida pelo jornal. É o Sertão designado como arcaico, distante das formas mais desenvolvidas de civilidade. Tal qual é discutido por Starling (2008):

[...] a palavra sertão traz associado um conceito. Uma palavra torna-se conceito quando a plenitude de um contexto político e social de significado e de experiência no e para o qual essa palavra é usada pode ser nela condensado.<sup>1</sup> No caso da palavra sertão, o conceito revela uma maneira peculiar de narrar o projeto sempre problemático da fundação nacional brasileira a partir dos confins, das margens em que se refletem e se cruzam as dúvidas sobre os dilemas da nossa formação histórica e social. (Starling, 2008, p. 133)

A generalização e a estereotipação como discurso vivo e produtor de sentido acrescentou, pelo menos nas três primeiras décadas do século XX, aos interioranos sertanejos, significados de matutos e perigosos. Nos veículos de comunicação, a exemplo dos jornais isso ocorre de forma explícita, não deixando uma lacuna de dúvida, imprimindo a todo sertanejo a imagem de um indivíduo inferior. Acrescento ainda, que ao dar sentido de cangaceiro ao sertanejo, associava-se a este atributo de criminoso, perigoso e afeito ao mal.

Ainda nessa linha de raciocínio em uma matéria dos anos de 1920, analisei uma reportagem, esta apresentou de que forma a narrativa sobre Cangaço foi responsável por ser associada a outros crimes, muitas vezes nem cometidos por cangaceiros (ou ainda, categorizar qualquer tipo de malfeitor como cangaceiro), somente pelo fato deles existirem ou dos bandos estarem nas cidades nas referidas ocasiões.

Desde 30 de Agosto acham-se suspensas as aulas do Lyceu Maranhense, que, se encontra fechado sob a guarda dos seus alumnos e da guarda civil, estando tambem suspensos todos os seus funcionários, isto é, o secretario, prefeitos, porteiros e contínuos. Motivou essa medida energica, e por tempo indeterminado o desaparecimento de um livro de actas de exame do curso parsial, desde 1915, data em que foi inaugurado esse estabelecimento. ao Collegio Pedro II. A policia foi

encarregada dos inqueritos tem apurado que o livro desapareceu da secretaria do Lyceu, em 16 de Agosto, porque a 17 foi encontrada aberta a porta de um predio, á rua da Estrella, annexo ao Lyceu; continuando em inqueritos. Telegramma de Rosario, annuncia estar a cidade chela de ciganos cobertos de *cangaço*; chefiados pelo celebre *cangaceiro* Adelino Alves da Silva, que appareceu na cidade, conduzindo um cavallo de sella pertencente ao dr. Soares de Quadros. A população acha-se amedrontada tendo pedido urgentes providencias ao governo do Estado. (JORNAL DO RECIFE, 27 de setembro 1920, p, 1). [Grifos nossos].

Há vários pontos que chamam atenção nesse excerto. Primeiramente anuncia-se o roubo de um livro de atas do Liceu Maranhense e que por esse emotivo a instituição encontrava-se fechada há mais de um mês. O Liceu Maranhense permaneceu sob a guarda dos seus alunos e da Guarda Civil estando todos os funcionários suspensos das suas atividades. Apesar de a notícia anunciar o roubo do livro de atas do liceu, ao discorrer sobre o assunto, outro fato é incluído, o que pelo menos num primeiro momento, em nada, diz respeito ao roubo do livro: a chegada de um bando de ciganos e do cangaceiro Adelino Alves da Silva. Qual o objetivo de utilizar esse termo para se referir a Adelino? Seria ele um sujeito que estaria, assim como os ciganos, sob a égide do cangaço? Ou simplesmente porque do ponto de vista do veículo de comunicação, o homem assim o parecia, como outros tantos que eram assim identificados? A reportagem não explica. Entretanto, cabe aqui ressaltar que ao mesmo tempo em que tipos comuns como Adelino Alves andavam ostensivamente armados, outros tantos, como grandes proprietários rurais ou mesmo profissionais liberais, donos de armazéns ou de lojas nas áreas urbanas assim o faziam. Porém, a estes a alcunha não era impostada.

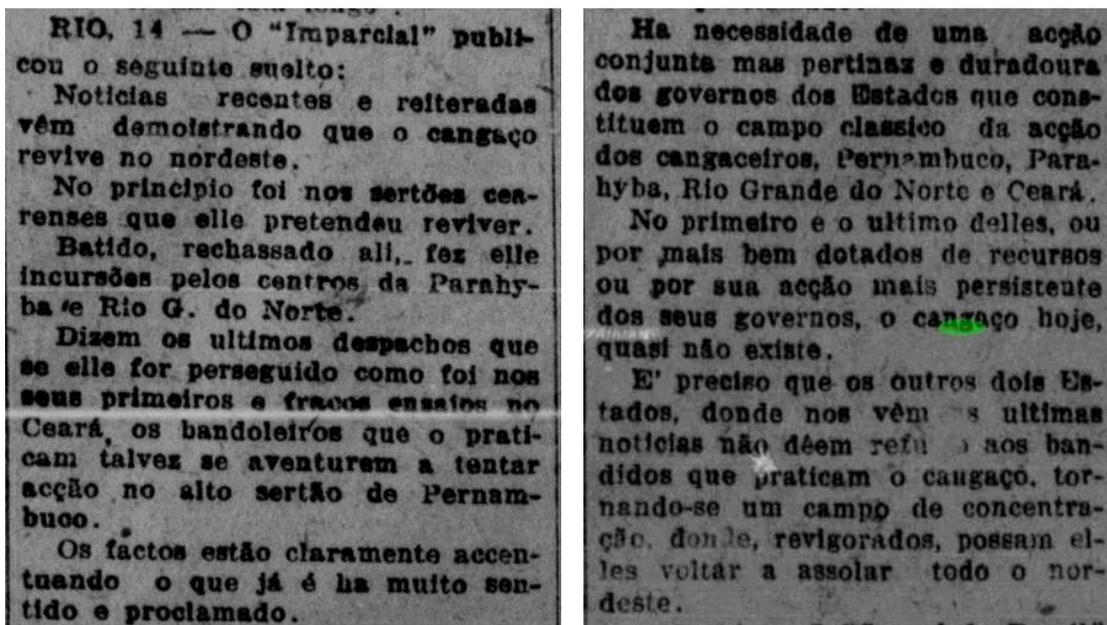
A polícia ficou encarregada dos inqueritos do desaparecimento do livro e a narrativa da reportagem associa que a chegada à cidade de ciganos, que estariam sob a proteção do cangaço juntamente com o cangaceiro, teria ligação com o desaparecimento do livro. Aqui cabe recordar que, como já foi falado o termo cangaço, desde o início do século XIX, possuía o significado de ostensivamente armado. O que se pode analisar no primeiro momento da reportagem é que os ciganos possuíam muitas armas e estavam sob a chefia do célebre cangaceiro Adelino Alves da Silva. O que nos interessa observar é como o jornal chega à conclusão, ou pelo menos, tentativa de indicar uma associação do crime de roubo à presença de cangaceiros liderados por um chefe cangaceiro já conhecido.

O esforço do jornal em estabelecer um entrelaçamento entre duas conjunturas que, em um primeiro momento, em nada se aproximam denotam uma intencionalidade em responsabilizar os cangaceiros desse crime. Era possível que o bando fosse o autor do desaparecimento: sim! Mas, para tanto, a investigação deveria apontar quem roubara o livro. Não é explicitada na reportagem as possíveis motivações do roubo, mas o jornal, tenta de

alguma forma, associar este crime a presença de cangaceiros nessa região. E mais, na própria notícia, fica nítida a intenção de anunciar outros crimes “cometidos” pelos cangaceiros, sobrepondo-se ao fato do livro. Refiro-me ao trecho em que notícia informa que o cangaceiro líder, o Adelino Alves da Silva, estava montado no cavalo que era do senhor Soares Quadros. Outra evidência que reforça a ideia de uma associação de qualquer crime ocorrido à presença de cangaceiros é feita na apelativa comoção em anunciar que a comunidade da região estaria amedrontada com a presença do bando na cidade e que eles exigiam das autoridades célere resolução do problema, mas não do caso do liceu, e sim da necessidade de prender ou de expulsar os cangaceiros da região.

Observamos ainda na coluna intitulada *Telegrama* do Jornal do Recife do dia 16/03/1922 o termo “cangaço” aparece denotando sentidos de movimentação de criminosos:

Figura 2 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 16 de março de 1922, p. 3.



A nota inicia explicando que há um bom tempo o cangaço já havia morrido nos Sertões do Ceará, entretanto, nos idos de 1920, é como se essa movimentação de criminosos ou de pessoas que estariam debaixo do cangaço começasse a ressurgir nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Na mesma nota aparece um pedido: que algo seja feito para frear as ações do cangaço, que os governos dos interiores dos estados do Nordeste, (na nota ainda é referido de estados do Norte) combatam o cangaço para que ele não exista. E mais, nessa mesma nota, é afirmado que o cangaço, no ano de 1922, já quase não existe. Sobre essa

mesma nota, é importante ressaltar que como se trata de um telegrama, este foi enviado de um outro jornal do Rio de Janeiro, se referindo às notícias relatando os estados do nordeste para o público do Rio de Janeiro. Nesse sentido, é importante analisar em como os outros estados do Brasil, no início do século, recebiam as notícias do que seria o cangaço. O conceito de cangaço, nesse momento, era múltiplo e difuso, pouco objetivo e amplo demais. Entretanto algo comum se desenhara nessa profusão de sentidos acerca do conceito: seu significado foi aproximado do que era ruim.

A década de 1920 parece-me também que trouxe algumas reflexões mais profundas a respeito do cangaço. Na medida em que apareciam, principalmente nos jornais, em sua maioria, elementos justificadores para associar o termo cangaço a algo ruim, existiam outras vozes que traziam perspectivas que, para a época, eram no mínimo perturbadoras. Tais interpretações traziam questionamentos de ordem política, monetária, comportamental acerca do que levou homens a se tornarem cangaceiros. E mais ainda, o termo cangaceiro atribuído a esses homens depreciava as suas imagens. Também essas interpretações atribuíam sentidos e significados às ações das forças policiais para com determinados sujeitos e criticavam a condução das investigações de crimes cometidos por aqueles que detinham o poder, pois eram abrandados pela força da própria lei.

O jornal do Recife dia 20/07/1922 traz em sua manchete uma reportagem intitulada *Os Cangaceiros* (JORNAL DO RECIFE, 1922, p, 1). Logo nas primeiras linhas, apesar do tom poético, o autor disserta sobre individualidades não compreendidas entre as pessoas, apresentando como personagem destaque o cangaceiro. O questionamento que o autor faz a respeito da figura do cangaceiro é justamente como ele é visualizado por grande parte da sociedade. De um lado, um sujeito que foi criminalizado, negligenciado e punido pelos seus crimes, do outro uma sociedade que continua temendo suas ações, mas não conseguem entender o que levou esse sujeito a entrar na criminalidade.

A matéria nos impele a uma reflexão mais profunda, fugindo da superficialidade de herói ou de bandido e partindo para explicações de ordem criminal e de responsabilização das estruturas de poder. Tentando fugir da tradição de associar o cangaceiro a uma lenda ou a um personagem típico da literatura, o cangaceiro, de acordo com o autor, precisa ser visto como um tipo real de uma sociedade que produz. O autor provoca o público leitor sobre o motivo que extraviou esses sujeitos dos caminhos retos e o que fez este viver da pilhagem, do roubo e da criminalidade.

Figura 3 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 20 de julho 1922, p, 1.

para o amor olhos para a luz.

Porque se extraviou essa alma do caminho recto do dever e hoje vive da pilhagem e do roubo, da chacina e do crime?

Quem se der ao trabalho de ler o pouco que possuímos em nossa literatura sobre o cangaçeiirismo e suas consequências, verá forçosamente que nem sempre esses homens hoje arredios da sociedade que, os persegue, foram máos.

Terá de encontrar em muitos casos um crime impune, uma injustiça soffrida por um homem de brio, emfim, uma perseguição da sociedade ao indivíduo que, rebelado por isso, se transforma num criminoso. E assim, o homem a quem hoje censuramos por andar em lucta constante contra a sociedade e suas leis; em quem só enxergamos, na miopia em que vivemos, um degenerado a quem é preciso punir, muita vez não é mais que uma victima da fatalidade, um ser que necessita mais do nosso amparo que da nossa vingança.

A quem attribuir esses desvios do destino? A erro deste? Não que Deus em sua consciencia nunca erra. Vemos, portanto, que o mal está noutro lado e, si aprofundarmos o olhar, encontraremos a causa disto na propria constituição da nossa sociedade. Não descurassem os governos do Brasil, em sua grande generalidade, da educação do nosso sertanejo e do conforto material e moral que, por nossas leis elle merece tanto como nós habitantes do littoral; não lhe negassem a justiça, origem de todos os bens na terra; não lhes negassem o direito ao trabalho que dignifica e enobrece o homem e certamente a hereditariedade muito se atnuaria em beneficio da propria colectividade. Mas ao envez disso o que vemos? Os nossos sertões são feudos aceno dos chefes politicos — senhores de barão e cutello naquellas regiões abandonadas. O resultado é que os homens de brio revoltam-se pegam em armas para defesa de seus lares e haveres e se tornam por isso em elementos perturbadores da sociedade que os repelle. Eis para mim a origem do cangaçeiirismo no Brasil.

O autor ressalta que na literatura será mais fácil encontrar as justificativas para a entrada desses sujeitos no banditismo, pois é justamente na literatura que outras narrativas sobre essas realidades se tornam lugares de memórias. Trata-se de crimes que foram impunemente engavetados, injustiças sofridas entre familiares, perseguições da sociedade a esses indivíduos e a fraqueza desses sujeitos frente a um ordenamento jurídico e do Estado já viciado. Estes acabaram se rebelando, se transformando em criminosos. Contudo essa narrativa não é vista e nem lida nos jornais e nem nos autos policiais, tampouco por quem detém a pena da lei.

O tom da crítica se assevera conforme o autor apresenta as fragilidades do Estado e sua falta de compromisso com os sertanejos. O autor, preocupado em demonstrar que se trata de um silenciamento desses povos do Sertão, afirma que o Estado ao negligenciar educação e estruturas de justiça nos interiores acaba por se tornar o maior incentivador dessas práticas sociais. Na verdade, o surgimento e estabelecimento do cangaço, nesse sentido, surge como

consequência e resposta ao silenciamento efetivado pelo Estados às necessidades do povo sertanejo. Mais à frente na mesma coluna, o autor faz uma analogia, no mínimo curiosa, aproximando os Sertões aos antigos feudos da Idade Média, apontando os donos e demonstrando quão frágil é a situação do sertanejo que parece ainda viver em uma relação de suserania e vassalagem.

Por fim, em seu desfecho o autor aponta o que seria a origem do cangaçeirismo para ele: uma resposta. Resposta aos produtos criados pelos “donos dos interiores do Brasil”, fazendo cumprir-se a continuidade de uma sociedade estamental conhecida por não possuir direitos. Anteriormente associei essa matéria a uma narrativa no mínimo perturbadora e agora concluo reafirmando que é. Nos jornais, como temos tentado demonstrar nessa tese, existiu pelo menos desde os anos de 1870 e vemos uma continuidade durante as primeiras décadas do século XX uma tentativa muito bem sucedida de dar sentido e significado ao que foi denominado de Cangaço e associá-lo a uma forma de Banditismo. Essa contudo não é a única narrativa acerca do que foi chamado de Cangaço, na Literatura de Cordel, outros significados foram atribuídos a esse movimento.

Em busca de protagonizar outros significados sobre o movimento de Cangaço aponto a interligação desses conceitos como produtores de outras representações. A partir da Literatura de Cordel compreende-se que Banditismo não é sinônimo de criminalidade comum. Assim como Cangaço ao ser equiparado com o banditismo não pode carregar o significado de criminalidade comum. Cangaço é um termo que ganhou camadas de sentido ao longo do tempo e ao ser associado ao banditismo, a estereotipação de ambos termos foi concretizada. Os meios de comunização como os jornais propagaram amplamente essa perspectiva. Assim observo que as generalizações trouxeram muitos problemas interpretativos para quem se debruça sobre o tema.

Vimos na Literatura de Cordel um discurso relevante para conseguir enxergar significados mais amplos sobre esse movimento. Maria Ângela Faria Grillo (2015) é assertiva ao indicar que a origem do discurso é determinante para a produção de significados sobre o Cangaço:

Banditismo, crueldade e terror são clichés que ouvimos quando falamos, por exemplo, sobre o cangaço. Essas visões estereotipadas encontradas em vários textos escritos não passam de frases prontas e generalizações sobre o cangaço. Devemos analisar esse movimento não somente a partir da fala das camadas dominantes, dos coronéis grandes proprietários rurais, mas também pela visão das camadas populares, dos poetas sertanejos que vivenciaram e testemunharam essas ações, e através da literatura de cordel, que se apresenta como um rico material de estudo histórico-social e que,

apesar de não estar livre das coerções inevitáveis do saber institucionalizado, narra os acontecimentos sob o ponto de vista popular. Esse material é significativo para avaliar a consciência crítica dos populares. (Grillo, 2015, pp. 24-25)

Em 21 de outubro de 1922, pelo mesmo jornal, foi veiculada uma matéria de capa com um teor interessante. Tratava-se de uma continuação de reportagem sobre o assassinato do coronel Luiz Gonzaga Gomes Ferraz. Na referida matéria o assassinato deste coronel foi atribuído ao grupo de cangaceiros liderados pelo Sinhô Pereira. No decorrer da matéria é afirmado, contudo, que o motivo pelo qual o crime teria acontecido era que o coronel teria uma desavença com o líder dos cangaceiros. É importante ressaltar que essas contendas poderiam ser geradas pelos mais diversos motivos: crimes de honra (desafeição, estupro, traição em suas múltiplas modalidades), mudança de lugar cercamentos, assassinatos, briga entre famílias, rixa por posseção de terras, rixa por matar criações (gado ou cabras), entre outros.

Entretanto especificamente a matéria, não fala a respeito do motivo que originou. Mas algo que chama atenção: no decorrer da reportagem, aparece de forma explícita que essas contendas poderiam ter sido resolvidas na justiça, entretanto, não são. Ao contrário, no Sertão são resolvidas por meio de força, por meio da utilização de armas, ou como dito da reportagem, no trabuco.

Desde estão o cel. Gonzaga começou a sofrer tenaz perseguição dos Pereiras, a ponto de ir ali um official de policia cearense, commetter arbitrariedades sem nome dando-lhe a paternidade das mesmas, afim de o indispor com a população. Esse odio de um anno irrompeu agora, feroz, vingador, resolvendo pelo trabuco, uma questão que deveria ter a decisão da justiça. (JORNAL DO RECIFE, 21 de outubro 1922, p, 1).

Acerca da citação acima é preciso problematizar sobre dois pontos que foram apontados na reportagem e que eu trato de interpretá-los agora. O primeiro diz respeito à questão das perseguições que os Pereiras estavam fazendo contra o coronel Luiz Gonzaga. No que diz respeito a ter sua imagem “manchada” por possíveis arbitrariedades que estavam sendo atribuídas a ele, sua preocupação repousava em como isso lhe causaria constrangimento e indisposição frente aos populares. Aqui aproprio-me da explicação cunhada por Victor Nunes Leal (2012) sobre a figura dos coronéis no Sertão Nordeste do Brasil. De acordo com Leal (2012), a mácula à honra ou a ilibada postura do coronel poderia lhe causar problemas, uma vez que esse mesmo coronel possuía também o poder simbólico (de ser símbolo inclusive) entre as pessoas às quais ele dominava, para a sua população tivesse nele confiança a ponto de se tornar *gentes deste*.

O outro ponto que trata esse excerto diz respeito da plena ciência que, tanto o autor, quanto a sociedade tinham que tipos de contendas como essa poderiam ser resolvidas via justiça. O que não fica claro no interior da reportagem é qual contenda seria essa. Mas, pela forma que foi resolvida - pelo assassinato do coronel - observa-se que nenhum dos dois lados tiveram interesse em acionar a justiça para resolver tal conflito. Isso se torna um indicador de como a justiça no Sertão Nordestino era desacreditada e não servia como parâmetro para resolução de problemas. Desde os problemas mais simples até os mais complexos, o que tal reportagem leva a crer é que a justiça era carregada de descrença social para resolução de imbróglios, a ponto de ter de lançar mão do homicídio como o critério de resolução de tal problema. O que se pretende é dizer que as penas efetivadas pela justiça oficial do Estado não se equiparavam ao tamanho da ofensa cometida por uma das partes. Daí a justificativa do uso do trabuco e não da lei. Não se trata de ignorância ou da falta de entendimento do que é legalidade, se trata do que é justo ou injusto dentro do contexto sertanejo do início do século XX.

As fontes acima analisadas em diálogo com os autores mencionados provocam algumas conclusões: primeiramente a ideia de banditismo apresentadas nas fontes trazem apenas a aceção de criminosos comuns e conforme abordado no início desse capítulo o Banditismo é encarado com um fenômeno social. Acredito que a ideia de Banditismo e Cangaço ganharam sentidos equiparados logo nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, conforme apresentado pela autora Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997), o termo Cangaço foi ganhando camadas de significado, mas sua representação mais preponderante nos periódicos foi como sinônimo ações criminosas contra o Estado ou contra famílias abastadas. Nesse sentido, conforme o pensamento desenvolvido por Eric Hobsbawm (2010) os proscritos sociais representariam criminosos para o Estado, já para os populares seriam bem quistos e representariam uma alternativa as formas governamentais de resolução dos problemas.

Outras narrativas foram responsáveis por dar outro sentido e significado ao termo Cangaço: refiro-me a Literatura de Cordel. O Banditismo Social em sua teoria encontra respaldo nas formas que os populares narravam os mesmos feitos que apareciam nos jornais. As narrativas populares, tal como explicou Grillo (2015) se tornam importantes por trazerem outras perspectivas e significados para as ações desses sujeitos do Cangaço. Passemos para as interpretações da Literatura de Cordel.

## 2 - Narrativas de cordel e as Narrativas dos jornais

### 2.1 – A poesia como campo de possibilidades do real

A Literatura de Cordel como fonte precípua desse trabalho precisa ser detalhada e compreendida de forma sistematizada. Para apresentar suas especificidades era preciso fazer sua contraposição frente a outra fonte, que no caso desse trabalho foi o jornal. Narrativas com propostas diferentes deixaram rastros na história e um resultado: a preponderância de uma sobre a outra e conseqüentemente, a validação de um discurso. Direcionar o olhar para o discurso rejeitado (no caso a Literatura de Cordel) trouxe novas respostas a alguns conhecidos questionamentos.

Nas linhas que se seguirão tratarei de expor uma discussão dentro do campo teórico cujo objetivo é verificar aquilo que faço ao longo de toda a tese: ressaltar como as narrativas de Cordel trazem uma discussão mais complexa a respeito do Banditismo e do Cangaço com o intuito de apresentar outras formas de interpretação desse fenômeno. Para tanto apresento e aproprio-me das narrativas dos jornais que também apresentam discursos sobre esse movimento, os quais foram legitimados por um “estatuto de veracidade”. Assim, o que se seguirá é um esforço de confronto entre essas duas narrativas buscando em uma leitura benjaminiana “a contrapelo” verificar as intencionalidades discursivas e como os silenciamentos produzidos foram capazes de imprimir marcas viscerais nas interpretações do Cangaço.

Maria Ângela Faria Grillo (2015) ao observar a tentativa de vários intelectuais e folcloristas em classificar, de forma satisfatória, as múltiplas narrativas de Cordel levantou uma questão importante e que a trato de interpretar agora. As tentativas de classificação das múltiplas narrativas de cordel inserem-se em um momento historiográfico brasileiro de lutas pela ampliação da noção de documento/fonte histórica. É aí que as narrativas de cordel são incluídas: como uma outra possibilidade de acessar a memória de viventes e as histórias dos acontecimentos de suas vidas. Claro que nesse momento específico, essas lutas incendiaram o debate da época e outros pensadores que se preocupavam e se apropriavam do fazer historiográfico (refiro-me ao ciclo dos intelectuais e folcloristas das décadas de 1950-1970). Mas o que chama atenção é que muito antes dessas disputas no meio do século XX, o Cordel do início desse mesmo século já tinha sua própria luta. A batalha das narrativas de cordel é

muito clara: é seu caráter de legitimação enquanto um registro de vida e na qualidade de uma narrativa feita pelos viventes dos acontecimentos *in loco*.

Luís da Câmara Cascudo (2005) fez uma contribuição importante sobre a legitimidade da poesia tradicional sertaneja. O autor acredita que as vivências do Sertão despertam no poeta cordelista uma sensibilidade diferente para narrar eventos e feitos sertanejos diferentes. Na visão do autor, a poesia sertaneja é o *espelho da mentalidade do Sertão, uma vez que privilegia o discurso do vencido e não do vencedor*:

**A poesia tradicional sertaneja tem seus melhores e maiores motivos no ciclo do gado e no ciclo heróico dos cangaceiros. [...] Esses versos são espelhos da mentalidade do sertão.** O cantador é a defesa única mas completa e contínua do animal perseguido. Os lances de coragem, as arrancadas doidas, os saltos magníficos, a valentia de vaqueiros ou caçadores, a covardia de uns, a imperícia de outros, arrogância, mentira, timidez, todos os aspectos morais são examinados duramente e expostos com nomes próprios e minúcias identificadoras. [...] **Mas a honra da personagem principal compete à vítima. [...] Os vencidos é que têm o supremo direito ao louvor.** (Cascudo, 2005, pp. 15-16) [Grifos nossos]

A proposição de uma narrativa sertaneja pauta-se quando observamos que vários cordelistas possuíam a preocupação em atualizar as populações sertanejas dos fatos tanto de caráter nacional e internacional, quanto dos acontecimentos locais. Dentro das classificações elaboradas pelos folcloristas e intelectuais, esse viés cordelístico seria chamado de Acontecimento<sup>1</sup>. Assim, a narrativa do cordel procurava trazer para os viventes do Sertão, notícias internacionais e das próprias localidades com uma linguagem próxima do sertanejo. Isso tem uma importância quando cotejamos com a linguagem do jornal.

Alguns poucos periódicos já eram produzidos nos interiores do Nordeste brasileiro como por exemplo o jornal *O Nazareno*, que surgiu em 24 de maio de 1843 confeccionado pela Tipografia Social Nazarena situada em Nazaré da Mata – PE (NASCIMENTO, 1966, p. 49). Já os de maior tiragem vindos da capital, por vezes, alcançavam as regiões sertanejas, mas sua linguagem não era acessível a maioria, que era iletrada. A exemplo desses ressaltamos aquele que nesta tese foi utilizado. A saber o *Jornal de Recife*. Voltando ao Cordel, acredito que esse seja um dos caminhos para compreender o porquê de o Cordel ter tido um alcance popular

---

<sup>1</sup> Existem várias outras nomenclaturas para o termo acontecimento, mas com o mesmo sentido. Ariano Suassuna chama de “Histórico e Circunstancial”, Orígenes Lessa denomina de “Casos de época”; Manuel Cavalcanti Proença classifica como “Ética” e Manuel Diegues Júnior denomina como “Fatos circunstanciais ou acontecidos”. Cf. Grillo, *ibidem*, p. 156.

significativo para os viventes dos interiores do Nordeste brasileiro e ganhou, por conseguinte, apreço, gosto e legitimação desses sujeitos.

Partindo dessa constatação trago aqui a conceituação do que interpreto sobre Literatura de Cordel: trata-se de folhetos volantes, livretos que tem no mínimo oito páginas, feitos de material singelo e barato, geralmente tem em sua capa uma ilustração rústica feita em xilogravura, mas é possível encontrar outros formatos de ilustrações. Seu conteúdo é a poesia tradicional oral rimada que se estabeleceu, sobretudo, no Nordeste brasileiro e esta, por sinal, possui várias tipologias. Em seus motes inspiratórios inclui-se praticamente qualquer temática, porém existem temas que são bastante recorrentes como os *causos*, as histórias de trancoso (mentiroso), narrativas sobre animais fantásticos, acontecimentos locais, nacionais e internacionais, histórias épicas e de valentia, história sobre valentias sertanejas, sobre vaqueiros e sobre cangaceiros.

Mark Curran (2003) ao se debruçar sobre o estatuto de verdade que a Literatura de Cordel importa as suas narrativas, lembrou que Mário de Andrade já observava nessas narrativas o comprometimento do poeta em informar ao povo verdades sobre os acontecimentos locais. Mesmo que associados ao caráter imaginativo, a poesia de Cordel acabava por proporcionar aos leitores mais simples oportunidades de instruírem-se e conhecer dos assuntos:

É precisamente dessa associação entre fatos históricos e liberdade de invenção que o poeta obtém a flexibilidade da narração e a oportunidade de criar arte com seus próprios talentos. Esta é, pois, uma segunda característica da crônica cordeliana: a mistura de fato e ficção. (Curran, 2003, p. 31)

Maria Helenice Barroso (2009) traz uma definição significativa no que diz respeito aos aspectos culturais da Literatura de Cordel. Apesar de a Literatura de Cordel ser conhecida pelo seu formato impresso, conforme expresso anteriormente, a sua principal marca é a oralidade. Fundamentalmente essa marca é reflexo da linguagem do cotidiano, de fácil acesso e que é melhor compreendida pelo sertanejo. Embora seja a linguagem simples e de fácil compreensão isso não significa que esta seja rasa, ao contrário, conforme apresenta a autora, a Literatura de Cordel tem por característica uma criatividade potente e um poder de imaginação sofisticada:

[...] considero como literatura de cordel os folhetos e as cantorias. De viola que seguem os modelos estilísticos enlaçados pelos mesmos moldes de versejar tanto no que se refere à forma quanto ao conteúdo. Embora apareça impresso, o cordel tem a marca da oralidade em seu texto e fundamentalmente apresenta um estilo oral. No Brasil, a literatura de cordel é uma produção artística que se apresenta tanto de forma impressa como é apresentado de forma oral. Esse romanceiro popular é apresentado oralmente e usa a linguagem do cotidiano, ou seja, simples e pouco rebuscada e segue os padrões de criação rígidos, com elevado poder de criatividade e imaginação. (Barroso, 2009, p. 38)

Sobre a Literatura de Cordel, Origenes Lessa (1973) apresenta a relação que existe entre as narrativas de Cordel e as pessoas mais simples do Sertão. De acordo com o autor a linguagem simples e os temas cotidianos não podem ser encarados como narrativas sem profundidade. Mesmo quando essas narrativas se preocupam com temas fantásticos ou sobrenaturais, essa fuga da realidade compõe o quadro de experiências sociais que os sertanejos vivem, mesmo que seja uma fuga da dura realidade. Nas palavras do autor:

Em grande parte é uma literatura de evasão, de fuga aos problemas amargos do cotidiano, à miséria circundante. E para as massas [...] sofredoras a que se dirige, é esse provavelmente o aspecto mais atraente. Em seus devaneios, nas histórias de reis e princesas, nos triunfos do amor e da virtude, nos inesperados milagres que descem do céu, e mesmo nas histórias alegres e humorísticas de embalar a imaginação e fazer esquecer as dores e os dias maus, está possivelmente a sua grande força. (Lessa, 1973, p. 38)

Aproximando dessas constatações Ângela Grillo traz uma contribuição interessante para se questionar acerca daquilo que é uma das mais importantes marcas da Literatura de Cordel: a crítica social. A autora é incisiva, e eu concordo com ela, que mesmo os Cordéis trazendo a narrativa de humor para eventos difíceis e a ironia para situações graves é preciso atentar-se que essas são estratégias para conseguir que as situações de agravo se tornem denunciáveis. Transformar sujeitos típicos das vivências sertanejas em heróis ou em espertalhões demonstra que somente por meio dessas estratégias, as categorias populares conseguem subverter a ordem pré-estabelecida de que quem tem o poder é sempre quem vence. Nas palavras da autora:

Há quem afirme, a meu ver, equivocadamente, que a literatura de cordel reproduz valores tradicionais e conservadores, que tende a assimilar o discurso das instituições oficiais, e que seja incapaz de gerar ou criar seus próprios significados simbólicos. Mas não se pode esquecer que nessa forma de expressão literária há uma grande quantidade de personagens estradeiros, astutos, trapaceiros, anti-heróis que sobrevivem por expedientes e artimanhas que lhes valem como alternativa para escapar do sistema opressor. Existem, ainda, personagens típicos do universo sertanejo que reviram o mundo com humor. Ressaltam-se inúmeros folhetos que a crítica social e política, reveladoras das ocasiões históricas difíceis, traduz-se pelo humor e pela ironia das situações. (Grillo, 2015, p. 82-83)

Concordando com os autores, os cordéis permitem acessar leituras diferentes acerca do Cangaceirismo Nordeste. A tradução dos atos dos sujeitos e sujeitas que adentraram ao Cangaço, realizada pelos meios de comunicação e pelos meios oficiais, imprimiram nessa história significados e símbolos que não foram questionados. Silenciaram as vozes dos cangaceiros e das cangaceiras evidenciando tão somente, o discurso do vencedor. Em estratégias orquestradas pelo Estado e pelos detentores do poder legaram para a posterioridade

a memória de que o Cangaço era uma manifestação sem justificativa, uma revolta violenta de homens e mulheres que não possuíam motivos para se revoltar. Essas declarações sem profundidade trouxeram para o presente uma leitura destituída de questionamento sobre agentes como o Estado, o qual aparece como vítima de populações sertanejas revoltadas sem motivo e não como produtor de violências e agravos sociais. Essa narrativa questionadora que coloca em dúvida as ações do Estado no Nordeste brasileiro em fins do século XIX e início do século XX é privilegiada pela Literatura de Cordel. Por esse motivo é que nesses escritos encontraremos outras interpretações sobre o cangaceirismo.

No Cordel a seguir trago todas essas articulações explanadas, que abordam ficção e realidade, liberdade de expressão, transformação de histórias difíceis em humor, denúncia do Estado como criminoso e a passividade dos agentes públicos para fins proteção dos detentores do poder. O cordel denominado de *A chegada de Lampião no Inferno* de autoria de José Pacheco apresenta sistematicamente as características teóricas acima apresentadas:

Um cabra de Lampião  
 Por nome Pilão deitado  
 Que morreu numa trincheira  
 Um certo tempo passado  
 Agora pelo sertão  
 ainda correndo visão  
 fazendo mal assombrado

E foi quem trouxe a notícia  
 Que viu Lampião chegar  
 O inferno nesse dia  
 Faltou pouco pra virar  
 Incendiou-se o mercado  
 Morreu tanto cão queimado  
 Que faz pena até contar

[...]

Vamos tratar na chegada  
 quando Lampião bateu  
 um moleque ainda moço  
 no portão apareceu  
 quem é você cavalheiro  
 moleque eu sou cangaceiro  
 Lampião lhe respondeu

Moleque não sou vigia  
 e não sou seu pareceiro  
 mas você aqui não entra  
 sem dizer quem é primeiro  
 moleque abra o portão  
 saiba que sou Lampião  
 assombro do mundo inteiro

Então esse tal vigia  
 que trabalha no portão

dá pisa que voa cinza  
 não procura distinção  
 o negro escreveu não leu  
 a macaiba comeu  
 ali não usa perdão

O vigia disse assim  
 fique fora que eu entro  
 vou conversar com o chefe  
 no gabinete do centro  
 por certo ela não lhe quer  
 mas conforme o que disser  
 eu levo o senhor lá dentro

Lampião disse vá logo  
 quem conversa perde hora  
 vá depressa e volte já  
 eu quero pouca demora  
 se não me der um ingresso  
 eu viro tudo asaverso  
 toco fogo e vou embora

**O vigia foi e disse  
 o Satanás no salão  
 saiba a vorsa senhoria  
 que aí chegou Lampião  
 dizendo quero entrar  
 eu vim lhe perguntar  
 se dou-lhe ingresso ou não**

**Não senhor Satanás disse  
 vá dizer que vá embora  
 só me chega gente ruim  
 eu ando muito caipora  
 eu já estou com vontade de botar  
 mais da metade  
 dos que tem aqui pra fora.**

**Lampião é um bandido  
 ladrão de honestidade  
 só vem desmoralizar  
 a nossa propriedade  
 e eu não vou procurar  
 sarna pra me coçar  
 sem houver necessidade**

Disse o vigia patrão  
 a coisa vai arruinar  
 eu sei que ele se dana  
 quando não poder entrar  
 Satanás disse isso é nada  
 convida aí a negrada  
 e leve os que precisar. (PACHECO, José. *A Chegada de Lampião no Inferno*. s.d., p.  
 2-4)

A narrativa do Cordel evidentemente trata do campo ficcional, mas revela o campo de simbólico real de maneira muito auspiciosa. Iniciar dizendo que em uma situação de pós-morte

a chegada do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, foi observada por outro cangaceiro que também havia morrido e levou a notícia para o Sertão. Da sequência de fatos descrita o diálogo entre o cangaceiro Lampião e o vigia do portão do Inferno traz interessantes constatações: a primeira é a identificação de Lampião se apresentar como um cangaceiro e que assombra, coloca medo pelo mundo. E que caso não possa entrar no inferno ele vai destruir o local, tocar fogo e ir embora. Percebamos que essa narrativa é conhecida e possui atributos de verdade, pois se têm notícias e registros de quando o bando liderado por Lampião chegava a algumas localidades, dependendo da forma que era tratado ele de fato assim reagia.

Contudo, desse trecho o que mais é significativo é o diálogo estabelecido entre o vigia e Satanás (em tese o dono da propriedade, no caso o Inferno). Quando o vigia avisa a Satanás que Lampião havia chegado, a reação ganha um sentido e significado considerável, pois Satanás não libera o ingresso para Lampião por ele ser *um ladrão de honestidade que desmoralizaria o Inferno*. O cerne do que é levantado por Curran (2003) e por Grillo (2015) é celebrado nessa passagem: O reconhecimento da narrativa popular acerca das práticas sociais do cangaceiro Lampião supera a dicotomia de bom e mau. Existe uma diluição desses valores. Lampião não é suficientemente mau para estar no Inferno, pois a *honestidade* de seus atos desmoralizaria a localidade. Mesmo o poeta compreendendo também a dimensão de transgressão de seus atos como o roubo, ainda assim, pressupõe-se uma ideia de que esse sujeito cometeu delitos também por forças externas.

O encerramento do cordel também se mostra revelador da memória simbólica histórica criada acerca do cangaceiro Lampião:

**Leitores vou terminar  
tratando de Lampião  
muito embora que não possa  
vos dá a explicação  
no inferno não ficou  
no céu também não chegou  
por certo está no Sertão.**

Quem duvidar desta história  
pensar que não foi assim  
quer zombar do meu eu  
não acreditando em mim  
vá comprar papel moderno  
escreva para o inferno  
mande saber de Caim.

(PACHECO, José. *A chegada de Lampião no Inferno*. s.d., p. 8)

A informação de que o cangaceiro permanece no Sertão, pois nem para o Céu e nem para o Inferno foi, revela aquilo defendido anteriormente sobre memórias. A memória do Cangaço permanece como resistência no Sertão, figuras como Lampião, Maria Bonita, Antonio Silvino e Corisco permanecem na memória popular. E é isso que o Cordel explica sem explicitamente dizer. O Cangaço e sua trajetória estão no campo simbólico real do Sertão, ali existem significados importantes para que essa narrativa continue a se perpetuar.

Em contrapartida, observando a transcrição dos atos que foram efetivados por Lampião e seu bando, as narrativas de jornais aparecem sempre com a mesma tônica de descrição:

*É de imaginar o pânico, o terror imenso, a desesperada situação de angústia em que se encontra a família mossoroense, assaltada, corrida a bala, com os seus haveres saqueados, trucidada, perdida entre o crime, a tortura, a desgraça.*

*A colônia norte-riograndense, aqui domiciliada, tem estado imensamente desolada com a actuação nefasta de Lampeão no seu Estado. Pessoas daquela colônia têm affluído á nossa redacção, anciosos, tristes, abatidos em busca de notícias sobre o que ocorre actualmente naquelle Estado torturado pelo cangaço. Nada se sabe ainda, das providencias tomadas pelas policias dos Estados do Nordeste, quanto a esses hediondos crimes que o bando de Lampeão acaba de praticar. (JORNAL DO RECIFE, 16 de junho de 1927, p. 3)*

*Lampeão voltou à ordem do dia e desta vez mais forte, mais audaz, mais sangrento e sobre tudo mais aguerrido, radicando assim o justo cognome de invencível que lhe aureola a frente de bandido celebre.*

*Essa reentrêe victoriosa do rei do cangaço é um desmentido formal de tudo quanto a respeito do bando sinistro nos informou a policia.*

*Hoje se procura justificar o fracasso das nossas operações contra Lampeão, argumentando-se labiosamente que o temível bandido não faz pousada em Pernambuco e que o Ceará lhe dá inexplicavelmente boa guarida.*

*Os peores cégos são aquelles que não querem vêr. (JORNAL DO RECIFE, 16 junho de 1927, p. 3)*

Acredito que a consideração, em nível de comparação entre as narrativas dos jornais e do Cordel, conduz à percepção da tônica de criminalização das ações de Lampião e seu bando pelos jornais e, conseqüentemente, vitimização das pessoas. Acrescenta-se ainda que os jornais atuam como porta-vozes de cobranças mais enérgicas do Estado para combater a ação dos cangaceiros. Nesse sentido o que se observa é que as narrativas dos jornais, com toda sua influência, suporte material e intencionalidade potencializavam a criminalização dos cangaceiros, sem com isso buscar causas sociais para que tais eventos ocorressem (como foi no caso da invasão a Mossoró em 1927), diferentemente da narrativa dos cordéis conforme demonstrado anteriormente. No jornal, o Cangaço se transforma tão somente em crime e na

Literatura de Cordel se revela resistência e movimento social de contestação a ordem vigente. No entanto, perpetuou-se o relato do jornal e em contrapartida, o relato da Literatura de Cordel se tornou jocoso e divertido, sendo paulatinamente desapropriado como narrativa que possui significados reais.

Havia consequências da inacessibilidade dos jornais para a maioria sertaneja. É preciso evidenciar, antes de tudo, que o problema maior não se tratava da linguagem (as formas de escrita jornalística), existia o fator decisivo do analfabetismo. Não se tratava de gosto por uma forma de escrita ou por outra, o sertanejo nordestino do início do século XX, em sua maioria, era iletrado<sup>2</sup>. Novamente fazendo uma comparação necessária com o Cordel aqui, evidenciamos, a característica estrutural do cordel: sua leitura em voz alta em feiras ou praças com grandes públicos torna sua experiência coletiva e por conseguinte popular, por ter em seu âmago ser o povo a destinação final. Diferentemente do jornal, cuja sua experiência de leitura é individual e promove diferenciação social, tanto pela lógica da alfabetização quanto pelo próprio poder de compra: o jornal era mais caro do que o cordel.

Para além das consequências da inacessibilidade dos jornais, temos intencionalidades específicas dos periódicos. A construção da opinião pública sobre um determinado tema, de acordo com Marilena Chauí (2006), passa por procedimentos altamente burocratizados, que buscam desinformar o público sobre as causas e realidades de problemas sociais. De acordo com a autora, para construir uma opinião pública, primeiramente ocorria o debate racional acerca de uma reflexão individual ou coletiva sobre um tema difícil, conferindo interesse ou direito a uma classe ou grupo. A partir daí, a opinião pública era o juízo emitido em público e definido como opinião coletiva. Entretanto, com o esvaziamento do caráter público e racional o que se eleva é o não-refletido, não pensado, sob a forma de preferências individuais. Assim, com o debate público desmobilizado e fragilizado e com a população desinformada, “autoridades” escolhidas a dedo pelo Estado serviriam de porta-vozes para construção de opiniões a serem simplesmente aceitas pela sociedade, replicadas e seguidas sem questionamentos. De acordo com a autora:

---

<sup>2</sup> O Censo de 1872 apontava que 82,3% da população brasileira de 5 anos ou mais era analfabeta (correspondendo a 7.290.293). Em 1890 essa taxa permaneceu na casa de 82,6% (correspondendo a 10.091.566). Em 1920 esses números vão para 71,2% da população (correspondendo a 18.549.085). Cf. FERREIRA, Carlos Henrique de. CARVALHO, Ana Emília C. S. *Escolarização e Analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930)*. Disponível em <[http://https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira\\_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf](http://https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf)> Acesso em 15 abr 2021.

No caso do Estado, a sutileza consiste em aumentar propositalmente a obscuridade do discurso para que o cidadão se sinta tanto mais informado quanto menos puder raciocinar, convencido de que as decisões políticas estão com especialistas – críveis e confiáveis – que lidam com problemas incompreensíveis para os leigos. (Chauí, 2006, p. 09)

Outra contribuição importante sobre a construção/destruição e interpretação de discursos vem do Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011). O autor, influenciado pelas teorias e reflexões foucaultianas, explica que os documentos vistos como “monumentos de sua construção” incitam-nos a desconfiar do movimento que construiu versões históricas sobre determinado tema. É importante refletir sobre esse apontamento de Albuquerque Júnior, pois ao analisar os artigos intitulados “Impressões do Nordeste” e “Impressões de São Paulo” do jornal *O Estado de São Paulo* o autor concluiu que para construir uma imagem de um regionalismo superior para o estado de São Paulo, cheio de qualidades positivas, progressista pela falácia criada intencionalmente desse estado ter sido colonizado por “quase exclusivamente” europeus brancos era preciso criar o regionalismo antagônico. E esse regionalismo antagônico foi criado para caracterizar a região Nordeste. Como o autor afirma que o “[...] *Nordeste era inventado, neste momento como o ‘outro’ de São Paulo*” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 57) e esse discurso foi importado porque também existia interesse de ele ser assumido no próprio Nordeste.

Nas palavras de Albuquerque Júnior.:

Não tomamos os discursos como uma verdade sobre a região, mas como monumentos de sua construção. Em vez de buscar uma continuidade histórica para a identidade de nordestino e para o recorte espacial de Nordeste [...] [buscamos] suspeitar destas continuidades, pondo em questão as identidades e fronteiras fixas, introduzindo a dúvida sobre estes objetos históricos canonizados (Albuquerque Júnior, 2011, p. 35)

A contribuição de Albuquerque Júnior (2011) e de Chauí (2006) é apropriada para esse trabalho, quando observarmos mais à frente, na análise dos jornais – principalmente – cuja construção discursiva a respeito do banditismo desenvolvido no Nordeste transformou-se como discurso válido para categorizar esse movimento. Contudo, o que foi apagado e silenciado desses discursos difundidos pelos jornais foi o emaranhado de relações entre o Estado e os cangaceiros. Assim, podemos de antemão já sinalizar que, uma vez que nos jornais não encontraremos explicitamente (literalmente) como as relações do Estado e os cangaceiros se estabeleciam é necessário, portanto, buscar no interior do silêncio dessas histórias, vestígios e intencionalidades em categorizar cangaceiros, como bandidos.

Assim podemos voltar ao pensamento de Chauí (2006) quando ela afirma que “testemunhas, participantes, protagonistas, entrevistados, ouvintes, expectadores, leitores, a nós restam apenas sentimentos e emoções porque a opinião é emitida de um lugar outro *o lugar do saber como lugar do poder*” (Chauí, p, 11). Essa categoria explica de maneira pertinente o porquê o discurso dos jornais é salutar para essa tese. É possível perceber que os jornais estão na contramão dos Cordéis sobre as representações acerca do fenômeno do Cangaço. Enquanto os cordéis colocam em dúvida conceitos canônicos como o banditismo, o Sertão, o sertanejo, a coragem, a honra, a valentia, a violência entre outros que aparecem como dados e incontestáveis, os periódicos reforçam os significantes e significados estereotipados.

Para além disso, é preciso também estar atento as intencionalidades postas nos jornais, eles revelam um discurso de poder e esse poder emana de grupos específicos, o Estado e as oligarquias rurais. Para estes grupos, o entendimento de o cangaceiro está diretamente correlacionado à categoria de criminoso comum. O mais importante nessa análise é pensar que não é possível encarar bandido, estritamente como um sujeito criminoso. Porém, no discurso subtraído da Literatura de Cordel o “ser bandido”, o “ser cangaceiro” possuía atributos muito mais amplos que a terminologia pudesse abranger.

## **2.2 – O discurso desqualificado: o Cordel não representa a realidade (de quem?)**

A partir dessa interpretação procuro analisar os significados atribuídos pela Literatura de Cordel ao ciclo do Cangaço<sup>3</sup>. Os jornais das localidades próximas do *Polígono das Secas* (principalmente das capitais nordestinas) narravam os feitos dos bandos de cangaceiros, na medida que as informações chegavam às cidades que possuíam os prelos. É importante ressaltar que a preocupação e a escrita desses jornais se fundamentam nas versões do Estado, dos governadores, dos superintendentes das forças de segurança, da polícia, dos comerciantes locais, dos grandes fazendeiros, das *volantes*. Entretanto, os poetas cordelistas escreviam no calor do acontecimento, elaborando, na maior parte das vezes, a visão popular dos acontecimentos. Assim teremos duas narrativas, ou mais, em torno do mesmo acontecimento e uma disputa de legitimação do Cordel como fonte confiável dos fatos. Uma vez que naquele

---

<sup>3</sup> O “ciclo do Cangaço” é o título dado a outra classificação criada para o grande ciclo narrativo de cordéis que possuía como mote as ações de cangaceiros e seus bandos. Luís da Câmara Cascudo utiliza essa nomenclatura assim como Ariano Suassuna e Maria Ângela Grillo. Neste trabalho também a utilizei. Sobre o ciclo do Cangaço conferir: CASCUDO, Luís da Câmara. *Vaqueiros e Cantadores*. São Paulo: Global, 2005.

momento, o jornal era considerado fiável e pretensamente imparcial e o Cordel (por ser de origem popular) era entretenimento.

Preciso voltar a uma questão e fazer um apontamento substancial acerca do da conceituação do termo *volantes*. O conceito elaborado para essa tese com o intuito de classificar *volantes* procura suprir uma carência importante dos estudos sobre o Cangaço, encontro em vários momentos, nos mais diversos documentos e na historiografia do tema, esse termo. Foi urgente a criação de uma definição que melhor explicitasse sua função e características diferenciadoras das polícias. Assim ficamos com esse: grupos paramilitares arregimentados por particulares, com conhecimento do Estado, com o intuito de caçar cangaceiros e estabelecer medo nas regiões em que a força policial ou era diminuta ou era inexistente. Dito de outra maneira, *as volantes* foram grupos armados de sertanejos financiados pelas oligarquias rurais que não eram interpeladas pelo Estado. A marca das suas ações gira em torno do uso da violência respaldada pela ineficiência do Estado, mas não legitimada pelas instituições e pela legislação. Tratava-se de grupos que se tornavam temidos pelos viventes sertanejos, tendo em vista que não existiam instituições para fiscalizarem suas ações; e muito estimados pelos potentados do interior por servirem aos interesses desses particulares.

Na matéria do Jornal de Recife de 1926, é possível identificar que forças policiais é uma categoria e as *volantes* outra. Na matéria é possível inclusive identificar que para se arregimentar as *volantes* os particulares precisavam reunir esforços monetários para a contratação.

*A Parahyba, de ha multa, bate-se, combatendo heroicamente contra os bandos armados, pela extinção propriamente dita do cangaceirismo, assumpto este que interessa a varios Estados nordestinos. Creou até, para maior facilidade das operações militares, um 2º batalhão policial, em Patos, importante cidade sertaneja e espalha por toda parte, pelas zonas limitrophes de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, pelos sitios mais longinuos lugares mais afastados e fazendas mais desguarnecidas expostas respectivamente ao flagello do cangaço, centenas de soldados sob o commando valente e briosa officialidade, E as forças volantes ingressam diuturnanenie entre as travessias as mais arrojadas e temerosas, excedendo mesmo, diga-se de passagem, ás nossas possibilidades de segurança publica e ás nossas fontes economicas, (JORNAL DO RECIFE, 12 de janeiro de 1926, p, 3)*

Nessa matéria a constatação de que forças policiais e *volantes* trabalhavam juntas na captura de Cangaceiros é reveladora para a compreensão de que não eram iguais. O Jornal do Recife, em suas edições que tratam do Cangaço, constantemente reforçava que o efetivo policial dos Sertões era diminuto. Assim a segurança particular era algo comum. Essa questão foi

abordada por Frederico Pernambucano de Melo em seu livro “Guerreiros do Sol” (2011), quando o escritor descreve as diversas categorias que se estabeleceram no Sertão pela força do trabalho. O *jagunço*, de acordo com o autor é o sujeito contratado especificamente para segurança dos coronéis e para executar pessoas sob sua ordem. Outro conhecido dessas funções é o *mateiro* que de acordo com Sérgio Adeodato (2014) é o sujeito que consegue investigar nas matas *que sabe como e onde pisar*, que era contratado para rastrear e encontrar pessoas no meio da caatinga. Esses apontamentos confluem para a constatação de que *volantes* e forças policiais eram grupos distintos, assumindo funções semelhantes. A diferença, como aponta os jornais é que as *volantes* agiam com muito mais crueldade, usando de violência que por vezes era superior a dos cangaceiros e das forças policiais.

É possível compreender que o uso da violência das *volantes* estava tendenciado aos excessos, pois como se tratava de pessoas contratadas por particulares, para exercer função de polícia, não havia instituições para fazer a vigilância e fiscalização das ações desses grupos. Casos como esses também aparecem nos jornais. Mas as ações de violência exacerbada realizadas pela polícia eram narradas nos periódicos trazendo uma constatação já conhecida pelas populações sertanejas: o ódio pela polícia.

Figura 4 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 5 de janeiro de 1922, p. 2.



Figura 4 - continuação

Se em tal ou qual ponto, os can-  
gaceiros tem o seu quartel, a força  
policial para lá se dirige e, após li-  
geiras indagações, entra a operar;  
prende por suspeita, inquieta, usa  
de todos os meios para descobrir  
o local onde, de facto estão os can-  
gaceiros. Se o inquerido ignora e  
não informa, soffre supplicios, e  
seviado até dizer qualquer coisa.  
Segundo as informações, os poli-  
ciaes chegam muitas vezes a quei-  
mar casas, ferretear, stigmatizar in-  
dividuos, cortando uma orelha, dan-  
do um golpe em cruz na testa do  
individuo. Assim exposto, á odiosi-  
dade publica, escorraçado e banido  
da commissão social, o individuo só  
tem um recurso para viver, formar  
o cangaço.

Acrescento outra fonte para análise conjunta:

Figura 5 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 13 de maio de 1922, p. 2.

O "Jornal do Recife", jus-  
tamente, observa que esse tiro

Figura 5 - continuação

não preenche as exigências legais e regulamentares., Sem mais nem menos, esmagando o regulamento, os Pessoas de Queiroz entram pelo Quartel General, que franqueia suas portas aos contrabandistas e incendiarios e de lá retiram o armamento de que necessitam para militarizar os jagunços e desordeiros da força de "Carioca".

Já tres cunhetes de munições foram retirados sem a menor reclamação. Outros tantos serão successivamente retirados como os primeiros.. Qual o objectivo da parentela Pessoa formando um tiro de guerra ? O objectivo, pelo menos, está tão claro como agua., Os Pessoa de Queiroz que nunca vale-ram nada na politica de Pernambuco, têm agora a pretenção de assaltarem o poder.,

Figura 5 - continuação

A candidatura do dr. José Henrique é a candidatura triumphante porque está apoiado pelas forças politicas de maior prestigio do Estado e pela sympathia das classes populares.

Isto faz mal aos srs. Pessoa de Queiroz que desejam, não um governo severo e honesto, mas, um governo que proteja desveladamente as suas negociatas e os seus contrabandos.

Pela força, pela desordem e pela acção do cangaço pretende a parentela do sr. Epitacio Pessoa dominar Pernambuco. Isto, no entanto, repousa somente na vontade e na intenção, porque em Pernambuco ninguem leva a serio os Pessoa de Queiroz nem a seu tiro de cangaceiros.

—○—

Em ambos os casos é preciso ressaltar que o termo cangaço é utilizado conforme a tese defendida por Queiroz, quando a autora explica que o termo é antigo e significava pessoas que andavam ostensivamente armadas, ou como se dizia em meados de 1830 “debaixo do cangaço” (QUEIROZ, 1997). Em outras palavras, no caso das duas fontes o termo cangaço não aparece como grupo organizado de homens que possuíam determinados objetivos. Cangaço aparece nas fontes para evidenciar que as seguranças particulares estavam debaixo do cangaço, ou seja, fortemente armadas e violentas.

Quanto ao conteúdo apresentado pelas duas fontes, muitas características aparecem sobre os grupos que eram arregimentados por particulares para realizar suas seguranças e caçar cangaceiros. Observando os primeiros momentos da primeira fonte, a matéria do jornal ressalta que o cangaço ainda infelicitava o coração do país e no caso, especificamente, do Nordeste. Entretanto, quando a publicação elucida como o efetivo policial tem atuado nessa região, com vistas a reprimir as ações do banditismo organizado, a explicação é que a polícia efetivava, através do *regime da legalidade*, diversos atos de ferocidade, perversidade e de violência para com os povos do Sertão.

O periódico informa que alguns dos meios utilizados pelos soldados dos quartéis era cortar orelhas dos inqueridos, proferir golpes nas testas dos indivíduos provocando os mais diversos suplícios a quem, de acordo com os oficiais, não estava ajudando nas investigações acerca dos cangaceiros.

A interpretação da primeira fonte contempla aquilo que foi defendido anteriormente quando se afirmou que as populações tinham mais medo das forças oficiais do Estado que dos cangaceiros. Os policiais e as forças legais possuíam a prerrogativa dos atos serem legitimados pelo Estado e justamente em virtude dessa legitimação, não existia a quem recorrer quando os excessos desses agentes se sucediam. Uma vez que, esses sujeitos eram a representação da lei, as categorias populares do Sertão não desenvolviam apreço pelas forças policiais, ao contrário, concebiam neles seus inimigos. Em contrapartida, enxergavam sentidos de justiça e de aproximação social com as ações dos cangaceiros. Leonardo Mota (1976) traz interpretações importantes sobre essa questão:

- Em que consiste os abusos cometidos pela polícia aos quais o Sr. se referiu, ainda há pouco?  
 - Em toda versidade de endimunhamento. Começa porque, ou porque o Gouvêrno não despacha eles com dinheiro pra se mexerem dum lugar pra outro, ou porque preferem popar o dinheiro que trouxeram, são uns ciganos, meu Sr.! são uns ciganos pra se apossarem de cavalo e burro alêio. E não fica só nisso açoitam, prendem, judiam, desonram, matam, tocam fogo, róbam, fazem tudo quanto é espritação do demônio. Imitam os bandidos desde o procedimento até o traje, e o modo presepeiro de se armarem. Viu um soldado em diligença, dê por visto um cangaceiro: chapeuzão quebrado na testa, lenço encarnado no pescoço, não sei quantas cartucheira, punhalzão à vista de quem não for cego dos ólho. Inda têm um respeitozinho andando de farda e de perneira, quando moram em beira de estrada de ferro. Sairam de lá, já sabe pra que é... (Mota, 1976, p, 28)

Sobre as ações da polícia no primeiro momento republicano brasileiro, Leal (2012) afirmou que era difícil fazer esse mapeamento, pois como a organização dessa instituição esteve dotada da regra de serem cargos de livre nomeação, essa condição reforça aquilo que a fonte

trouxe como informação. As ações truculentas das polícias serviam a interesses particulares. Nas palavras do autor:

Seria difícil examinar pormenorizadamente nossa organização policial na República. O federalismo de 1891 deixou as funções policiais a cargo dos Estados e cada um deles organizou livremente seu aparelhamento policial. Foi adotado, em regra, o princípio da livre nomeação dos chefes de polícia, delegados e subdelegados, o qual permaneceu no governo discricionário de 1930, na Segunda República, no Estado Novo e ainda prevalece nos dias de hoje. O resultado foi a subsistência da polícia partidária, que já vinha do Império, utilizada como instrumento habitual de ação política: a diferença é que passou a servir às situações estaduais, quando antes obedecia aos desígnios do governo central. (Leal, 2012, p. 190)

Já na segunda fonte ela documenta as ações das parentelas sertanejas nos anos de 1920 no Sertão pernambucano. Tais parentelas eram reconhecidas pelos seus sobrenomes como no caso apresentado que eram os “Pessoas de Queiroz”. Essa família a fim de armar os seus capangas e jagunços invadiram os quartéis gerais da região retirando os armamentos militares para a utilização particular. A reportagem segue informando a quantidade de arsenal que foi roubada por essa determinada família. Lança uma crítica feroz de como essas parentelas conseguem ter acesso tão livre a essas instituições, que são do Estado e a resposta o próprio periódico fornece: se tratam de parentelas importantes da região. Reconhecem que pelo tamanho da sua imponência regional (seja por serem detentoras de terras, seja porque são altamente influentes dentro da estrutura de poder regional) essas famílias não serão penalizadas pelas atrocidades cometidas.

O jornal revela um possível indício incentivador da família “Pessoa de Queiroz” realizar a ação de roubo de armamento do quartel oficial. A candidatura do doutor José Henrique, de acordo com o jornal, seria a motivação principal uma vez que a família “Pessoa de Queiroz” seria prejudicada com a eleição desse candidato, haja vista que as suas negociatas e os seus privilégios não seriam mantidos. A interpretação desse registro é muito rica para constatação daquilo que anteriormente já foi explicitado nessa tese: as rixas entre as parentelas inimigas pelo poder regional e a legitimação do poder regional dos coronéis pelo Estado se configura na política de aliciamento denominada por Vitor Nunes Leal (2012) como Coronelismo.

Constituída tanto em quebras de acordos como em alianças entre famílias poderosas, essa política que imperou nas primeiras décadas republicana contribui para a afirmação acerca da fragilidade federativa nacional e dos jogos políticos realizados pelo Estado, apropriando-se dos poderes regionais e das rixas familiares. Esses agentes conduziam uma política altamente personificada e repleta de vícios nos Sertões nordestinos. Tais interpretações das ações desses

agentes auxiliaram na afirmação de que o estabelecimento do Cangaço não pode ser encarado somente como produto da revolta de pessoas. Existia uma série de fatores que favoreceram o desenvolvimento do Cangaço como um *feito de reação aos vícios e as corrupções efetivadas pelo Estado brasileiro no seu início Republicano*.

As forças policiais juntamente com as *volantes* são encaradas na Literatura de Cordel como algozes do povo. As populações do Sertão não se viam protegidas por elas, ao contrário, sentiam medo porque estes grupos não promoviam segurança e paz. As perversidades cometidas, as ações de violência, o sentimento de coação fazia parte do *modus operandi* desses agentes, impedido que as categorias populares tivessem outras instâncias para recorrer.

As narrativas de cordel promovem essa reflexão:

*Como muitos trovadores  
Da Bahia ao Maranhão  
Que escreveram combatendo  
O famoso Lampião,  
Eu estou também na lista  
Porém como cordelista  
Já mudei de opinião.*

Há poucos anos atrás  
Fui a Sergipe, Alagoas,  
E ao sertão de Pernambuco  
Entrevistando pessoas  
Para ter exatidão  
Se, em verdade, Lampião,  
Na vida fez coisas boas,

Já escrevi "MEU ENCONTRO  
COM LAMPIÃO VIRGULINO"  
Agora volto a escrever  
Sobre o bravo Nordeste  
Que depois de injuriado  
E também injustiçado  
Tornou-se homem felino.

Lampião caboclo rústico  
Filho de pai virtuoso  
E a sua velha mãe  
Tinha o coração bondoso  
Pelos seus pais educado  
Era Lampião cotado  
Como um bom religioso.

Levado pela questão  
Da família Saturnino  
Com as rixas dos Chocalhos  
Foi a causa do destino  
Dele ser um sanguinário  
Porém jamais um sicário  
O terror do Nordeste.

Lampião diz muita gente  
 - Não ofendia a ninguém  
 Sem haver uma causa justa  
 Porque só fazia o bem,  
 se transformava em pantera  
 Ou a própria Besta-Fera  
 Quando existia um porém.

[...]

Era amigo e Benfeitor  
 Quem a ele não bolisse,  
 Só o bem ele fazia  
 Do Maranhão à Bahia  
 Assim o povo me disse.

A história de uma velha  
 Da Cidade de União  
 Que dizia a todo mundo  
 De todo seu coração  
 Que antes dela morrer  
 Ainda queria ver  
 Virgulino Lampião.

Dizia Dona Zefinha  
 Com 60 anos de idade  
 Que ia apertar a mão  
 De um homem, de verdade,  
 Considerava ele um filho  
 E ia pedir um auxílio  
 Pra sua necessidade.

Quando alguém dizia à ela  
 Que ele era um carniceiro  
 A velhinha protestava  
 E respondia ligeiro  
 Que o bravo Lampião  
 Era um homem de ação  
 Caridoso e justiceiro.

Lampião sabendo disto  
 Um dia se aproximou  
 Do casebre da velhinha  
 E com ela assim falou:  
 Dona de-me informação  
 Se conhece Lampião  
 E se aqui ele passou?...

Dona Zefinha de logo  
 Respondeu-lhe:- Cidadão  
 Há muito tempo que quero  
 Dar um abraço em Lampião,  
 Não o conheço é verdade,  
 Mas tenho muita vontade  
 Em dar-lhe um aperto de mão.

*No dia que encontrar  
 Terei um prazer na vida  
 E pelo seu bom coração  
 Sei que serei protegida,*

***Por ser homem valoroso,  
Valente, nobre e brioso,  
Não digo que ele é homicida.***

Nisto Lampião olhou-a  
E disse: Dona Zefinha  
Sou eu mesmo Lampião  
Por isso minha velhinha  
Tome "DEZ CONTOS DE REIS"  
São dez notas, em papéis,  
Pra comprar sua casinha.

A velha matou galinha  
Pra Lampião almoçar  
Com todos seus cangaceiros  
Mas para não demorar  
Sozinha fez a comida  
Porém do sal esquecida  
Não deu tempo temperar.

Quando ela botou o almoço  
Um cabra logo gritou:  
Velha negra relaxada  
Traga o sal que não botou.  
Pensa que sou animal,  
Nisto puxou o punhal  
E à velha amedrontou.

Lampião vendo esta cena  
Chamou a Dona Zefinha  
E falou que ela trouxesse  
Todo sal que ela tinha  
Para mostrar ao bandido  
Que pelo ato atrevido  
Ele pagava a velhinha.

O bandido nessa hora  
Na sala se ajoelhou,  
Lampião disse: - você  
O seu fim setenciou,  
Essa bacia de sal  
Você come, seu animal,  
E o cabra ali se findou.

Dessa forma Lampião  
Era um homem justiceiro,  
Se às vezes matava gente  
Na vida de bandoleiro  
Para praticar justiça  
Ou senão uma injustiça  
De qualquer um Fazendeiro. (CAVALCANTI, Rodolfo Coelho. *Lampião não era tão  
cão como se pinta*. s.d., p. 1-6). [Grifos nossos].

A narrativa desse Cordel traz algumas significações dadas aos cangaceiros sobre suas formas de agir. Logo na primeira estrofe, o autor reconhece que durante muito tempo ele foi um dos contadores de história que escreveram combatendo a mitificação acerca do cangaceiro Lampião. Contudo, depois de ir a alguns estados do Nordeste como Pernambuco, Alagoas e

Sergipe, após ter entrevistado algumas pessoas desses estados para ser mais exato em suas observações, o autor chega à conclusão que ele estava errado ao pré-julgar as ações do cangaceiro como somente ruins. Essa primeira descrição é benéfica no que diz respeito à interpretação do Cangaço aqui reivindicada: a condenação do Cangaço aos aspectos estritamente criminosos conduz ao erro interpretativo da ação dos homens e mulheres que vivenciaram esse modo de vida.

O autor continua a descrição da vida do cangaceiro Lampião e narra que a *motivação para a entrada de Virgulino Ferreira da Silva para o Cangaço foi injustiça sofrida por ele*. Antes do seu ingresso no cangaceirismo, Lampião era um sujeito de coração bondoso, criado por pais valorosos e religiosos. Aqui é preciso perceber que existe uma relação entre o abandono da vida pacata para o ingresso no Cangaço. A explicação dada é a rixa entre a família dos Saturninos e a família de Lampião. Nessa estrofe, contudo, aparecem paulatinamente diferenciações importantes no que se refere aos sujeitos que estavam no Cangaço: o autor afirma que Lampião se tornou um *sanguinário* e não um *sicário*. Pode não ser significativo numa leitura superficial, mas o termo sicário possui como significado “assassino pago, matador de aluguel”. Olhando para a trajetória do movimento do Cangaço, uma das principais diferenciações que sempre foi muito defendida pelos cangaceiros é a apartação das suas ações das dos jagunços, bandidos e capangas, esses estavam sempre a serviço de chefe de parentela compondo a *volante*. Nesse sentido e concordando com Queiroz (1997), no Cangaço independente (como é o caso de Lampião e Maria Bonita, Corisco, Antonio Silvino, Jesuíno Brilhante entre outros) os participantes não são assassinos que cumprem ordem de chefes ou que protegem representantes das oligarquias rurais sertanejas como as *volantes*, eles, pela sua própria origem, são sujeitos que estão na contramão desse perfil aristocrático. Seu modelo de ação estava comprometido em se diferenciar do Estado, pois via nele seu maior algoz.

Esse Cordel também traz uma das narrativas mais conhecidas sobre Lampião e seu comportamento referente a atos de injustiça. Conta a história de seu encontro com uma idosa chamada Zefinha na cidade de União. Desse encontro duas características são importantes de serem interpretadas a partir da narrativa do Cordel: a primeira delas é o comportamento da idosa Zefinha ao informar que o prazer que ela teria na vida seria de um dia encontrar o Lampião, pelo fato dele ter bom coração por saber que ela na presença dele seria protegida por ele ser um homem valoroso valente e diferentemente do que se perpetuava ele não é um homicida.

É importante ressaltar que essa idosa se torna a representação no Cordel, do que seriam as categorias populares. Ou seja, atribuir ao cangaceiro Lampião axiomas positivos e afirmar

que ele não é era um homicida. A mulher revela que, ao contrário, sentiria mais segurança na presença dele que de qualquer outra pessoa. Isso é significativo para interpretarmos como essas categorias populares enxergavam e davam à presença dos cangaceiros em suas localidades, significado adverso daquele difundido pelos jornais.

O outro ponto importante dessa narrativa é perceber como os cangaceiros não aceitavam atos de injustiça, sobretudo com aqueles que estavam em condição de desvantagem. No decorrer da narrativa, ao se ver atarefada para fazer a comida para o cangaceiro Lampião e os demais que estavam com ele no seu bando, a idosa Zefinha acaba esquecendo-se de colocar sal na comida. Por conta disso, um dos cangaceiros do bando de Lampião age com ela, de forma desrespeitosa e extremamente grosseira falando que ela era uma velha burra. Mediante esse comportamento de um dos seus homens (e diferentemente do que se imagine no sentido de ser complacente com um dos seus), promover a reparação de injustiça é uma característica latente no Cangaço. O cangaceiro Lampião pede para a idosa Zefinha trazer toda a quantidade de sal que ela possuía e obriga o seu cangaceiro a comer o sal, deixando muito claro que ele estaria sentenciado à morte.

Essa narrativa é também encontrada no livro do Leonardo Mota (1976) “No tempo de Lampião” cuja memória sobre as ações de Lampião foram sistematicamente apreciadas pelo autor. Ele conclui que as experiências de injustiças dos viventes do Sertão impossibilitavam ter esperança em outras resoluções de injustiças se não fosse debaixo do Cangaço (nas duas acepções do termo).

Conforme apontaram as três fontes é preciso compreender que das muitas acepções que a Literatura de Cordel rendeu ao Cangaço, a mais significativas são aquelas que aproximam os cangaceiros do povo. Isso por ver neles uma alternativa às corrupções e negociatas efetivas pelos poderosos do Sertão. Buscando superar a análise dicotômica, apresento uma constatação curiosa e talvez mais proficiente: era de interesse dos Estados a continuidade do Cangaço. Assim haveria justificativas para injeção de investimentos no combate ao cangaceirismo por parte do Governo do Estado e do Governo Federal, a continuidade dos sistemas políticos de corrupção, de desvio de verbas e armamentos e da manutenção de privilégios das oligarquias rurais sertanejas. Tais atitudes condenavam as demandas sociais e as melhorias reais para a população a uma posição subalterna.

Embora o Estado demonstrasse que a extirpação do cangaceirismo era o seu maior interesse, na prática a continuidade desse movimento fornecia importantes subsídios para a perpetuação do poder nas mãos das poderosas oligarquias rurais. Leonardo Mota corrobora com essa explicação quando afirma:

- O Sr. acha que as policias têm mesmo vontade de extinguir o banditismo?  
 - Conversa! Isso é história pra menino dormir sem ceia. *Então, eles hão de querer acabar com o meio de vida deles?* É exato que eu conheço oficiais que me parece que só não brigam porque não acham com quem. Mas a maioria querem é que o fuzú continue, p'r'eles poderem levar a vidoca de que gostam. No tempo de Antônio Silvino, eu achava até graça. Estava-se aqui em casa na santa paz de Deus quando, de repente, a meia légua de distância, se escutava o estralo da corneta. Ora, o que era isso senão um aviso pros bandidos se aquetarem nas moitas e deixarem os pariceiros deles passar em paz? São assim covardes, não querem topar com quem perseguem, mas fazem o justo pagar pelo pecador. O que mais raiva me faz é saber que só os pobres sem defesa é que padece. Duvido que eles vão tirar paluxio em Juazeiro ou em Princesa, fazendo com o Major Zé Pereira ou com o Padre Ciço aquilo que fazem com nós! (Mota, 1976, p. 28)

A aproximação das categorias populares dos cangaceiros, portanto, se deu historicamente pelo fato dessas pessoas conseguirem reconhecer os arranjos políticos orquestrados pelos detentores de poder para a manutenção dos seus privilégios. Contudo, através da Literatura de Cordel, as narrativas e interpretações do povo foram evidenciadas. Diferentemente do que ocorreu nos jornais, onde suas percepções eram silenciadas ou vistas como indignas de serem levadas em consideração, pela crença preconceituosa de os sujeitos sertanejos não conseguirem fazer análises mais profundas sobre temas políticos. Essa é a importância de ter um olhar atencioso ao silenciamento das narrativas do povo, trata-se de uma estratégia política.

### **2.3 – O silenciamento das injustiças: as narrativas que não falam do povo**

Ainda refletindo acerca das narrativas de Cordel como entretenimento: como nos chama atenção Chauí (2006) é preciso questionar esse passatempo. A Literatura de Cordel foi transformada em entretenimento para quem? Para as categorias populares sertanejas a Literatura de Cordel consegue trazer mais sentido e significado, marcando realidades profundas com suas narrativas poéticas mais próximas do cotidiano sertanejo. A desqualificação da Literatura de Cordel ao longo do tempo no Sertão Nordestino e a valorização dos jornais como único discurso de realidades sociais, fazem parte de jogos de legitimação de poder e de apropriação/desapropriação cultural. Nas palavras de Chauí:

Mais do que isso. A chamada cultura de massa se apropria das obras culturais para consumi-las, devorá-las, destruí-las, nulifica-las em simulacros. Justamente porque o

espetáculo se torna simulacro e o simulacro se põe como entretenimento, os meios de comunicação de massa transformam tudo em entretenimento (guerras, genocídios, greves, festas, cerimônias religiosas, tragédias, políticas, catástrofes naturais e das cidades, obras de arte, obras de pensamento). Visto que a destruição dos fatos, acontecimentos e obras segue a lógica de consumo, da futilidade, da banalização e do simulacro, não espanta que tudo se reduza, ao fim e ao cabo, a uma questão pessoal de preferência, gosto, predileção, aversão, sentimentos. É isto o mercado cultural. (Chauí, 2006, p. 22)

Com essa afirmativa não levanto a ideia que os cordelistas da época brigavam ou mantinham rixas com os jornais pela “verdade dos fatos”. Até porque alguns cordelistas que dominavam a escrita, por vezes, se apropriavam das histórias que eram noticiadas nos jornais como mote para seus cordéis. Entretanto, é necessário destacar os discursos que deram a versão “oficial” das ações dos cangaceiros durante muito tempo, nesse caso refiro-me aos jornais e aos telegramas que eram divulgados pelos próprios jornais. Em outro cenário, a Literatura de Cordel, repito, sendo popular na sua feitura e na recepção, propiciava outras visões do mesmo movimento cangaceiro e que eram desqualificadas como discurso válido. Quando há pouco apontei como lutas por legitimação, refiro-me a isso: reconhecer o popular, a visão do poeta do povo como uma visão válida dos fatos. Sobre a Literatura de Cordel na qualidade de obra de arte e suas ressonâncias na realidade concordo com Albuquerque Júnior:

As obras de arte têm ressonância em todo social. Elas são máquinas de produção de sentido e de significados. Elas funcionam proliferando o real, ultrapassando sua naturalização. São produtoras de uma dada sensibilidade e instauradoras de uma dada forma de ver e dizer a realidade. São máquinas históricas de saber. (Albuquerque Júnior, 2011, p. 41)

Gostaria de voltar (para avançar) na categoria do discurso, pois a todo momento este conceito clama por esclarecimento. Quando nos referimos aqui ao discurso, tenho em mente a colaboração teórica de alguns pensadores: Michel Foucault (1996), Teun A. van Dijk (2008), Stuart Hall (2016) e a já mencionada Marilena Chauí (2006).

A categoria de discurso, para van Dijk, é compreendida como um constructo social, cujas relações entre a estrutura discursiva e a estrutura social podem tanto variar como serem influenciadas e definidas pela categoria que domina a profusão do discurso. Essa concepção corresponde àquilo que aparece nas diferentes acepções que temos entre os bandidos referenciados nos cordéis e nos jornais. As estruturas sociais que produzem determinados discursos possuem interesses nas formas e no alcance dessa elaboração discursiva. Para o autor a dominação do discurso imprime valores e significados sobre a prática social. Por esse motivo

questionar os interesses de controle de quem profere o discurso é também colocar em suspeita, o poder dos grupos que o detém. Nas palavras do autor:

[...]controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de *abuso* de poder. Se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma mais específica, tratar do controle sobre o discurso de outros, que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados: pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial, ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia [...] (Van Dijk, 2008, pp. 17-18)

Neste mesmo viés temos a contribuição de Chauí (2006), quando a autora associa às categorias discursivas as maneiras pelas quais, o poder precisa ser controlado e centralizado nas mãos de grupos específicos. A filósofa afirma que os discursos “autorizados”, ou seja, que são criados por quem em tese é crível de confiança, apartam uma grande parte da sociedade, visto que esses indivíduos não têm condições de compreender o que tais discursos proferem sobre ela mesma. Esse arranjo nada mais é que a desmobilização popular visando à despolitização. Fazer a grande massa não compreender cria como consequência, a dificuldade de decidir e se manifestar. Delegando às categorias populares somente o papel de expectadores e nunca protagonistas.

Já Foucault (1996) corrobora quando lança luz à ideia da disseminação do temor, a fim de que haja interdição das pessoas que não podem pronunciar os discursos. Não são todos os discursos possíveis de serem falados, tampouco, não é qualquer pessoa que tem um discurso autorizado. Como o próprio autor explica:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (Foucault, 1996, p. 9)

Ao trazer as argumentações sobre discurso, é preciso acrescentar o diálogo com a categoria das representações. Para a narrativa que aqui teço, Stuart Hall (2016) colabora significativamente para agregar valores interpretativos para os discursos da Literatura de Cordel e dos jornais analisados. De acordo com o autor é possível pensar em pelo menos três categorias analíticas para as representações: reflexiva, intencional e construtivista. Sobre elas dissertarei brevemente com o intuito de entesourar o debate sobre discursos. A primeira categoria

explicada por Hall denominada de reflexiva, categoriza a representação como *mimeses*, ou seja, seria aquilo defendido desde a Grécia homérica que a linguagem refletiria o real tal como um espelho. A crítica feita a essa concepção é de os signos possuírem significados para a cultura que os elabora. Assim só é possível que a representação tenha significado comunicativo quando o outro conseguir dominar o código daquele real.

Para Hall (2016), a abordagem intencional possui um sentido diferente da abordagem reflexiva, uma vez que, nesta abordagem haveria a intencionalidade do interlocutor em impor seu único sentido de mundo para a linguagem. A crítica feita a essa abordagem aponta que a essência da linguagem é a comunicação e essa comunicação depende das convenções linguísticas e de códigos compartilhados. Caso a linguagem seja individualizada por aquele que a profere, esses códigos e signos não conseguiriam ser compartilhados, impedindo assim que a comunicação se efetivasse de maneira completa. Já a terceira abordagem traz uma reflexão de como as coisas não se significam em si e ao contrário, nós construímos sentidos e significados ou sistemas de representações para o mundo real. O autor afirma que na abordagem construtivista, os seus defensores não negam a existência do mundo material. A diferença é que a análise parte dos processos simbólicos, pelas quais as representações dos sentidos e as linguagens operam a ponto de dar significação ao mundo material. De acordo com o autor temos:

A representação é uma prática, um tipo de “trabalho”, que os objetos materiais e efeitos. O sentido depende não da qualidade material do signo, mas de sua *função simbólica*. Porque um som ou palavra em particular indica, simboliza ou representa um conceito, ele pode funcionar na linguagem, como um signo e transportar sentido - ou, como os construtivistas dizem, significar. (Hall, 2016, p. 49)

Não é possível fugir do debate acerca da linguagem para analisar documentos de feitura tão díspares, mas que utilizam o mesmo campo de linguagem para representar. A averiguação pelo que é dito é muito pertinente, entretanto o que não está explícito pelo campo dos signos é igualmente revelador. Assim sendo, as representações conjuntamente com a análise dos silenciamentos tornaram-se complementares a esta investigação.

O esforço de intercruzar as fontes Literatura de Cordel e jornais a partir do viés do silenciamento, corrobora para a escrita de uma historiografia mais atenta aos aspectos sociais que também possuem vozes no que se refere ao fenômeno do Cangaço. Percebe-se, portanto, que a utilização da Literatura de Cordel para as análises do movimento do Cangaço torna-se proficiente. Neste registro, encontramos a possibilidade de compreender o movimento do Cangaço, entender os silenciamentos elaborados pela historiografia e fontes a partir das

complexas relações permeadas no imaginário nordestino, mas que se presentificam neste modo de narrar tão peculiar o cotidiano sertanejo.

Os silenciamentos aos quais me refiro neste trabalho partem da colaboração teórica de Eni Orlandi (2007). A autora explica que entender o silêncio passa pela compreensão de tencionar que aquilo que não está sendo dito, não será encontrado de nenhuma forma, ou de forma implícita, ou reformulando uma pergunta a obra. O não dizer faz parte do entendimento, que tal discurso não era mesmo para estar ali e isso possui uma intencionalidade. No caso específico da análise desta tese, afirmar que o cangaceiro é um bandido, e que, ser bandido possui um significado para o jornal e outro significado para a Literatura de Cordel demonstra que as acepções possuem objetivos diferentes.

Vejamos o caso da reportagem de capa intitulada “Os horrores do banditismo” do Jornal de Recife, de 11 de março de 1924. A reportagem trata de reafirmar os terrores do banditismo que assolava a região dos sertões Nordeste, propõe que a ação do exército poderia ser bastante eficaz para extirpar as ações de cangaceiros na região e mostra como o Nordeste era desenhado pelas páginas dos jornais:

*O banditismo é reconhecidamente um dos grandes flagelos, um dos grandes infortúnios que assolam que perseguem continuamente o Nordeste do paiz.*

*Nos Sertões cálidos, distante e ilhados, aonde não chegam os rumores, a vertigem da super-civilização moderna, é que o banditismo impera desencadeia o seu vendaval de ferro e fogo sangue e lágrimas.*

*O Brasil por intermédio de seus políticos devem tomar a hombros a missão de sanar o nordeste do cangaceirismo selvagem e degradante.*

*Temos um exército que se compõem de algumas dezenas de milhares de bravos moços que em prestam a pátria no serviço militar o melhor de suas forças e esses moços dos quaes a pátria espera um dia o sacrificio de sua liberdade, de sua saúde, de sua integridade physica, de sua vida enfim, bem poderiam na paz servirem extraordinariamente ao Brasil, se os nossos políticos tivessem a nítida compreensão dos autos problemas nacionais. [...]*

*Dada a deficiência de recursos, a limitação de poderes (pois um estado não pode intervir no território) dada a extensão do bandoleirismo que avassala todo o nordeste, é preciso proclamar, que a questão affecta mais ao paiz inteiro do que a simples unidades da federação.*

*Afora o prejuízo de ordens pessoal e material deixado pelo banditismo na sua empresa empreitada sinistra há o lado moral, há o rebaixamento que nos attinge com a insolubidade do cangaço [...]*

*A polícia não deve ser uma instituição apenas para as capitais e os grandes centros do litoral. E como os Estados não têm recursos financeiros suficientes para dilatar por todos os ângulos do seu território um policiamento bastante numeroso e enérgico, de modo a levar a segurança às populações campezinas, é o caso de se chamar para a solução desse problema o concurso da União. (JORNAL DO RECIFE, 11 de março de 1924, p. 1).*

O discurso do jornal é muito interessante de observar, pois revela aspectos importantes de como o Nordeste era explicitado nos meios jornalísticos. Primeiramente observemos, quais

são as principais características apropriadas para esquadrihar o Sertão Nordestino: “*Sertões cálidos, distante e ilhados, aonde não chegam os rumores, a vertigem da super-civilização moderna*”, “*simples unidades da federação*”. É evidente que esse desenho de sofrimento, de mazela, de um lugar atrasado, arcaico e que precisa da “piedade” do Governo Federal fica latente nesse discurso. Ao se falar ainda em Nordeste, enumera-se “flagelos” que acometem essa região e soma-se a estes, o cangaceirismo. Acerca do que é hipotetizado para acabar com esse martírio na região, aponta-se alguns “benfeitores” que se “quisessem” poderiam retirar o Sertão Nordestino dessa situação: os políticos do país, o exército e o policiamento enérgico.

Ainda falando sobre o desenho de nordeste. Albuquerque Júnior (2011) contribui na discussão de que o discurso de *atraso* associado ao discurso de *piedade* do Nordeste mostrou-se muito proficiente. Ora, quando se articula um discurso de Nordeste atrasado, este só é possível de compreender a partir do seu antagonista em progresso, neste caso como estudado pelo autor, seria o estado de São Paulo. Acontece, que o discurso se torna ainda melhor elaborado, quando aparece associado à necessidade de *piedade* dessa região, uma vez que seu subdesenvolvimento é consequência *exclusiva* da incapacidade de suas gentes de se desenvolverem pelos próprios meios, e obviamente, pelos problemas causados pela mestiçagem. Entretanto o que a análise desses discursos tem apontado, que não se trata de *piedade* e sim de manter a ordem dessas populações. Essa ordem fica latente ao observar, a postura esperada das populações sertanejas em não questionarem as situações de precariedade vivenciadas, ao contrário, desenvolveram resiliência frente a elas. Nesse sentido foi preciso estabelecer a ordem no Sertão Nordestino, pelo uso legítimo da força. A ideia defendida por Albuquerque Júnior, ao analisar Euclides da Cunha, corrobora com a interpretação acima ilustrada, que o Sertão afastado das formas civilizadas e modernas precisava ser *resgatado de seu atraso*. Nas palavras o autor:

A relação entre o sertão e a civilização é sempre encarada como excludente. É um espaço visto como repositório de uma cultura folclórica, tradicional, base para o estabelecimento da cultura nacional. Para o próprio Euclides, como para Monteiro Lobato, a civilização devia, no entanto, ser levada ao sertão, resgatando essa cultura e essas populações que aí viviam. (Albuquerque Júnior, *op. cit*, p, 67)

É importante ressaltar que nesse trecho dois pontos aparecem como causas para que o cangaceirismo no Nordeste continuasse a se desenvolver: a deficiência de recursos para combater essa forma de banditismo e o impedimento das forças policiais em não poderem atuar livremente entre os diversos estados da região. É preciso atinar que ambas as situações já apareciam há tempos nessa região. Porém, e como também foi observado no discurso dos

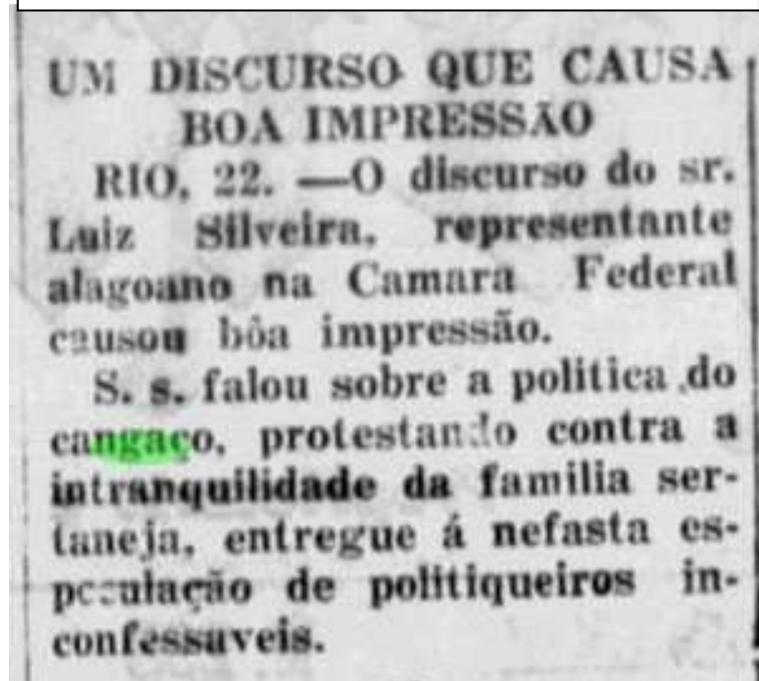
jornais analisados por Albuquerque Júnior (2011), existia todo um empreendimento voltado para valorizar pobreza no Sertão Nordestino. A plataforma política da pobreza, das secas e o cangaceirismo desde o início do século XX se tornou extremamente profícua para legitimar ações do Estado. Contudo, tais ações não visavam finalizar com esses problemas sociais, ou seja, não existia por parte dos governos estaduais e Federal, políticas públicas eficazes, havia apenas destinação de verbas para situações emergenciais. Porém, a destinação final quase nunca alcançava as populações afetadas pelas dificuldades do Sertão.

A última análise acerca desse fragmento é questionar onde estão as categorias sociais mais afetadas pelo cangaceirismo. No trecho, em dois momentos a sociedade é enunciada. O primeiro afirma: *“Afora o prejuízo de ordens pessoal e material deixado pelo banditismo na sua empresa empreitada sinistra há o lado moral, há o rebaixamento que nos atinge com a insolubidade do cangaço”*. A moralidade suscitada de prejuízo material repousa em que teria materialmente o que perder com as ações dos cangaceiros. Nesse sentido acredito que não há referência às categorias populares sertanejas, uma vez que sua vinculação, pelas relações de compadrio ou pela eficácia do coronelismo com os poderosos da região, quase sempre impedia que houvesse o mínimo acúmulo de riquezas materiais. Já os coronéis e potentados dos interiores sertanejos eram atingidos pelas ações cangaceiras de saque, ataques às propriedades e vingança.

A sociedade sertaneja ainda aparece em outro fragmento: *“E como os Estados não têm recursos financeiros suficientes para dilatar por todos os ângulos do seu território um policiamento bastante numeroso e enérgico, de modo a levar a segurança às populações campezinas,[...]”* e este particularmente importa a reflexão que desenvolvo dentro do discurso do jornal. Quem deveria lidar com as populações campezinas e suas dificuldades seria a polícia. Inclusive as de outros estados. Não se vê preocupações reais com os problemas enfrentados pelas populações campezinas, ao contrário, o que se percebe pela escrita do jornal é que a polícia (de diversos estados se fosse possível) deveria colocar em ordem os sertões. Aqui é o ponto crucial para entender que a situação real do sertanejo é *silenciada*. A verdadeira circunstância não aparece na reportagem, esse lugar não deve ser discutido, afinal de contas ele não existe nesse meio de comunicação.

Outras fontes apontam na mesma direção, reconhecendo que existem questões muito mais arraigadas sobre as necessidades dos sertanejos, que são silenciadas.

Figura 6 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 23 de dezembro de 1926, p. 1



Aqui no primeiro momento é preciso diferenciar que o cangaço referido na nota refere-se à acepção de violência e não do movimento cangaceiro. Seguindo a abordagem é preciso atinar que a nota do jornal, apesar de curta, aponta um dado muito importante: afirma que um representante alagoano foi proferir um discurso na Câmara Federal e teve sucesso, protestou contra a falta de tranquilidade à qual as famílias sertanejas estavam acometidas, pela especulação dos politiquieiros inconfessáveis. Aqui é preciso perceber que não foi evidenciada qual seria o tipo de especulação a que estavam submetidas as famílias sertanejas. O que fica evidente é que tais famílias estão submetidas a poderosos ligados à política. E não é qualquer política: é uma política na qual os seus atos não podem ser confessáveis.

Nesse sentido, insisto, mesmo sendo uma nota pequena, possui um significado importante, pois é demonstrado que existem sistemas de opressão social para com os sertanejos, que os submetem a tais situações. Eles vivem de maneira intranquila e sabem que tais arranjos opressores não serão investigados ou julgados, pois são frutos de um orquestramento político entre os detentores do poder.

Seguindo na análise desses documentos, em uma reportagem intitulada “Sertão em fome”, temos uma crítica aos efeitos nefastos da inação do estado pernambucano na resolução

das necessidades dos sertanejos em momentos de seca. Aqui também vemos o fenômeno da seca como plataforma política.

*Continuadamente os amigos do governo, os seus órgãos officiosos não cessam de afirmar, aos quatro ventos, em todos os tons, a grandeza, a prosperidade de Pernambuco, as suas condições magnificas de vida, de trabalho.*

*No entanto quem acompanha a vida pernambucana fora das influencia desse ambiente de applausos incondicionaes ao governismo sabe que tudo isso não passa de embuste, de mystificações para o fim de armar o effeito, de impressionar bem lá fora, a quem quer que tenha conhecimento dessas inverdades.*

***Falando, sobre as actuaes condições do sertão nordestino, cidadão que merece fé absoluta: disse entre outras coisas: "aos flagellados da pavorosa secca, que ha dois annos assola o sertão nordestino enchendo de horror a população sertaneja, que anda quase nua e morrendo a fome especialmente nos municipios de Petrolina, Ouricury, Bodocó, Novo Exú..." No municipio de Ouricury morreram umas 50 pessoas a fome no fim do anno passado, na maioria creanças.***

*Estão nessas palavras de uma entidade inatacavel um desmentido formal ás louvaminhas habituaes ao situacionismo.*

*Como se pode considerar que um Estado evolue, prospera, atravessa uma phase de accentuado renascimento se no interior populações estão famintas e quase nuas?*

*Como se pode acceitar que um governo é interessado pelo progresso, pelo bem estar da terra que administra se mais alem, os seus jurisdicionados morrem a fome e não tem um palmo de panno para cobrir decente mente a nudez?*

*É um corpo de delicto que se apresenta aos olhos do povo, provando a indiferença muito propria do governo na solução dos assumptos attinentes ao bem estar publico.*

***A população sertaneja torturada pelo cangaço, flagellado pela prepotencia das autoridades locaes, afastada do mundo pela falta de transporte, pela ausencia de hygiene, e instrução tem agora conhecido supplicio da fome.***

***Amanhã dir-se-á que tudo isso é inverdade, carece de fundamento, mas os infelizes sertanejos continuam a arrostar a vida da tortura, da miseria, da fome...*** (JORNAL DO RECIFE 05/06/1928) [Grifos nossos]

Nas primeiras linhas da matéria o jornal aponta a existência de uma continuada ação, por meio de órgãos oficiais do governo, em afirmar que o estado de Pernambuco estava vivendo um momento de grande prosperidade e de melhoria nas condições de vida de trabalho. Entretanto, o jornal convida a uma reflexão mais profunda, orientando o leitor a afastar-se da influência do discurso governista, que no jornal foi nominado de *aplausos incondicionais ao governismo*, para trazer à tona a situação do estado de Pernambuco, sobretudo dos Sertões pernambucanos, a partir da ótica das situações da vida dos sertanejos. O que isso quer dizer na prática é que existia um discurso oficial do estado, apresentando Pernambuco como um estado em ascensão, paralelamente havia uma análise afastada, vista de cima, indicando que a realidade sertaneja era outra.

De acordo com o jornal, as condições vivenciadas no Sertão nordestino na década de 1920 precisavam ser enunciadas, uma vez que, havia dois anos que o estado pernambucano amargava com a seca, o que condicionou as populações sertanejas viverem em extrema miserabilidade. É importante ressaltar que são as populações sertanejas as mais prejudicadas

pelo processo da seca, tendo em vista que estes cidadãos são predominantemente agrários. Assim, o advento da seca interferia fundamentalmente nas possibilidades de viver das comunidades sertanejas pobres e dependentes das terras dos grandes latifundiários dos interiores. Conforme aponta Frederico Pernambucano de Melo (2011), um ano de seca era o suficiente para arruinar muitos anos de trabalho. Mas, conforme Marco Antonio Vila (2001) aponta, é preciso frisar que os latifundiários aos primeiros sinais de seca, abandonavam o Sertão com suas famílias, rumo ao litoral, lá possuíam moradias e o conforto das relações políticas que os resguardavam. Quem permanecia no Sertão amargava a miséria e a fome, igualmente sentenciada na reportagem.

A nota do jornal aborda quais foram os municípios que mais sofreram com as secas: o município de Petrolina, Ouricuri, Bodocó, e Novo Exu. O jornal apresenta um dado importante sobre o ano anterior em 1927, pelo menos cinquenta pessoas, sendo a maioria crianças, morreram de fome. Esse dado é fundamental para a compreensão da contradição do discurso: o discurso do governo propagandeava a prosperidade, mostrando crescimento e o alavancamento de Pernambuco e do outro lado um Sertão afastado das condições mais elementares de vida, morrendo de fome e de sede.

O jornal assevera o tom da crítica quando questionado sobre seu posicionamento, que considera um processo de evolução e prosperidade do estado, sendo que no interior as suas populações estão famintas e nuas. Tal cenário desenhado pelo jornal apresenta a contradição discursiva de progresso, uma vez que no Sertão seus jurisdicionados morrem de fome e as ações do governo não existem.

A última parte da fonte chama atenção, uma vez que o jornal traz a seguinte constatação: como pode o interior se encontrar totalmente abandonado, de forma proposital. Já que o que fazia o Sertão pernambucano estar isolado e empobrecido só poderia ser findado com ações do Estado.

O jornal aponta que a população Sertaneja era torturada pelo cangaço, pelo flagelo e pela prepotência das autoridades locais. Sobre esse último ponto é interessante interpretar a intenção do jornal em apontar que as autoridades locais pouco se interessavam na resolução do problema do sertanejo e em verificar as necessidades desse povo. O periódico evidencia ainda outras características que condicionaram o Sertão do início dos anos de 1920 ao processo gradativo de esquecimento: afastamento pela falta de transporte, limitações para chegar ao Sertão, a ausência de higiene e ausência de instrução. Esse último ponto é fundamental na compreensão do interesse político que existia, em manter as populações sertanejas afastadas da compreensão de direitos e de acesso ao poder. Uma população que não possuía instrução

mantinha-se fragilizada e à mercê da politicagem arbitrária de autoridades locais corrompidas, viciadas, corruptas e extremamente violentas.

O jornal finaliza dizendo que posteriormente ainda vai se dizer que tudo isso era mentira e que necessita de fundamento para afirmar se isso estaria de fato acontecendo no Sertão. Ora, o discurso autorizado é o discurso do governo. Logo, se o Estado afirma que existia prosperidade no Sertão, que existia qualidade de vida para os sertanejos, o papel assumido pelo jornal seria de um especulador, buscando deslegitimar as ações gloriosas do Estado.

Contudo, é necessário fazer uma ponderação, pois mesmo nesse exemplo o jornal atuando como um crítico do governo, essas matérias e notas geralmente são pontuais, não aparecendo com recorrência nos jornais porque trata-se do discurso desautorizado. De acordo com Eni Orlandi (2007), é esse o discurso que precisa ser silenciado. O discurso da denúncia é transformado em caluniador das ações do governo. E como os jornais, sobretudo os do Sertão, que eram facilmente visados pelos detentores do poder, tais publicações faziam o jogo político e agiam, na maior parte das vezes como colaboracionistas do discurso autorizado.

Por esse motivo no início do século XX, os discursos acerca do movimento do Cangaço nos jornais, associaram-no como principal causador da pobreza e da miserabilidade do Sertão. Enquanto isso, os jornais desresponsabilizaram o Estado pela sua inação com sertanejos, foram colaboracionistas com as autoridades corruptas locais, amenizaram os crimes cometidos por essas mesmas autoridades transformando-as em heróicas e benevolentes.

Quanto ao imaginário nordestino preciso me deter nessa reflexão para situar a respeito de um campo muito vasto e que gera muitos problemas interpretativos. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) em suas análises sobre a construção de um discurso sobre o Nordeste explica que as elaborações discursivas sobre essa região, se deram num momento cuja região centro-sul, especificamente São Paulo, também estava se constituindo na qualidade de um “outro” que necessariamente precisava ser melhor. Na prática são disputas políticas, a constituição desses discursos seja para evidenciar e promover um regionalismo específico ou para depreciar e desqualificar outro. Albuquerque Júnior analisando os escritos de Oliveira Viana no periódico O Estado de São Paulo na década de 1920 observa como o discurso sobre o Nordeste foi admitido e assimilado estrategicamente:

São Paulo como “o centro de polarização dos elementos arianos da nacionalidade”, “local de uma aristocracia moral e psicologicamente superior”. O Sul seria o fundamento da nação, em detrimento daquelas áreas “onde dominavam as camadas plebeias, mestiças, profusas, misturas de sangue bárbaros”, inferiores psicologicamente ou desorganizadas em sua oralidade. [...]o destino do Norte era ficar

cada vez mais subordinado à influência dominadora dos grandes campos de atração do Sul. (Albuquerque Júnior, 2011, p. 71)

Essa forma de discurso não é vazia de significados, ao contrário encontrou muitos adeptos, principalmente em uma nação, que havia se tornado uma República há pouco mais de trinta anos e que precisava, naquele contexto, criar seus elementos identitários nacionais. As projeções de futuro para as populações do Norte tinham como as melhores “oportunidades” sempre orbitando partindo da região Sul. Assim, os contatos que se assentavam entre as populações de migrantes do Norte com dos moradores do Sul já se estabeleciam repletas de elementos discursivos de um imaginário criado para o Nordeste:

Os elementos mais “eugênicos” do Norte capazes de enfrentar novas condições sociais que surgiam no Sul tendiam a migrar drenando para esta área os mais ousados, ativos, ambiciosos e enérgicos. Na área Setentrional do país ficariam apenas os degenerados raciais e sociais. Estes movimentos migratórios são fundamentais para a própria reordenação das espacialidades no país. Áreas que praticamente se desconheciam e populações que pouco contactavam, embora compusessem o mesmo país, iniciavam um contato e um conhecimento mais apurado. É nesse momento que muitos dos estereótipos que marcam os diferentes espaços e populações do país se gestam. (Idem, ibidem)

Essa discussão é constantemente foco de abordagem no Jornal do Recife. Vejamos na matéria do dia 05 de outubro de 1924:

*Começa, então, a via cruce para o viajante que vem do Recife: momentos ha em que o comboio estaciona quasi, e sacoleja, e guincha tudo isto dedo da lenda vida dos cangaceiros, devastado pelo cataclisma periódico das secas e como que abatido ao pêzo de uma fatalidade inexorável. Aquele prenuncio do sertão sem fim, dezerto quasi e dezoladoramente triste, faz nascer ao viajante uma extranha piedade por todo um povo que definha e morre sobre o aguilhão terrível do "cangaco" e da desgraça inevitavel das sécas devastantes. Não ha negar. Logo a primeira vista, desde que se entra no caminho do sertão, a natureza muda. De ridente torna-se agressiva e áspera; já não corre mais a dose viração que desce de cordilheira, refrescando a terra calcinada.*

*Até no homem a diferença é brusca, E aquele tipo do sertanejo, tão bem recortado por Euclides da Cunha, nos aparece, flagrante, cavalgando uma montada pequena e seca, bambolêando sobre a sela mal segura, dezajeitado e feio. Ha acrescentar na formação do sertanejo do nordeste, para desconto, condições mezologicas desfavoráveis. E ele tom uma cor macilenta, do eterno doente, cabelos empastados e sobre a testa, um cachimbo tôsko de cumarú pendido do queixo, um ar abatido de dezaletto. Tráz sempre as costas, enfiado num porrêto de cedro ou barauna, a bolsa atochada de comestíveis – o classico tipo do sertanejo nordestino, envergando ao pêzo do atavismo de uma raça que morre lentamente antes de uma cristalização definitiva. (JORNAL DO RECIFE, 05 de outubro de 1924, p. 5)*

Logo no primeiro momento da fonte é possível observar que a forma como o autor explana a viagem de quem vem do litoral pernambucano para o interior é carregado de

sofrimento, ele faz uma analogia com a *via crucis*, o que confere ao texto mais sensibilidade. Ao argumentar a veracidade, ele narra que para chegar ao interior, comboios andam quase parando, pois as estradas eram realmente inadequadas para o transporte e por isso sacolejava muito. Toda essa devastação seria fruto do chamado cataclisma periódico das secas.

Com essa primeira análise já é possível perceber que existia um olhar praticamente viciado do que se encontraria nos Sertões. Esse olhar viciado gera como consequência a impossibilidade de verificar responsabilidades sociais do Estado, uma vez que, o autor vai atribuir somente aos cataclismas climáticos as situações de abandono dos Sertões sendo que na realidade, o principal responsável por pavimentação de avenidas e estradas é o Estado. Nesse sentido constata-se que a descrição da vida difícil do sertanejo é mais significativa do que apontar que essa situação é um produto de um acumulado tempo de colonização e de um abandono sistemático da região árida do Nordeste do Brasil. Em outras palavras associar, na narrativa dos jornais, as mazelas sertanejas exclusivamente a um produto das secas e do Cangaço é silenciar, conforme Eni Orlandi (2007) nos explica, invisibilizar outros responsáveis dessas situações. A desresponsabilização do Estado e a culpabilização da situação de miséria do Sertão a ele próprio é uma estratégia de silenciamento de desautorização do discurso do sertanejo.

No segundo momento o jornal, ao descrever o que será chamado de aquele *tipo de sertanejo* é conveniente evidenciar que existe uma leitura que fundamenta a tese que será explanada, no caso, o texto do Euclides da Cunha. O *Sertão* que Euclides da Cunha descreveu foi devastado pela Guerra de Canudos e pelas forças do Estado. Nesse sentido a apropriação da leitura euclidiana de um pós-guerra no Sertão, cujos sertanejos que lutaram não possuíam o mesmo aparato de guerra, tampouco de armamento, fragiliza uma interpretação mais ampla das realidades sertanejas. O que se deu ao final da Guerra de Canudos foi uma chacina com a destruição total do Arraial de Canudos, o governo vence e deixa claro para a sociedade que as manifestações populares em desacordo com as determinações do Estado seriam sumariamente suprimidas. Portanto, reafirmo, que em relação à descrição do indivíduo sertanejo, o jornal fez uma leitura superficial e por que não dizer leviana, da obra euclidiana. O que o veículo de comunicação fez foi apenas corroborar para uma visão preconceituosa dos cidadãos do Sertão. Esta versão além de não ter ajudado, deixou ainda mais maculada a imagem de um povo que já vivia à margem da sociedade e que vivenciava o ostracismo social.

Quando o jornal descreve o que ele vai chamar de “tipo sertanejo” seu apontamento é acerca da diferença do *tipo sertanejo* para o sujeito *típico dos litorais*. Sua constatação é que a diferença é brusca tomando como tese as fabulações Euclides da Cunha. As características são

de desqualificação do sertanejo: um homem desajeitado, feio, um homem que é desse jeito por conta das condições *mesológicas desfavoráveis*, que possui uma cor macilenta, eternamente doente, cabelos empastados sobre a testa, traz um cachimbo tosco, um ar abatido, ou seja, todas as características que o jornal afirma são de humilhação das categorias sertanejas. Asseveram que o trabalhador sertanejo assim o fosse exclusivamente por responsabilidade sua. Ao declarar que as condições climáticas são responsáveis por desenhar esse sertanejo miserável, o periódico está colocando em segundo plano a falta de assistência do Estado ou a inação deste para resolver os problemas sociais do sertanejo.

Assim sendo, associar as formas de ser do sertanejo, enxovalhando suas formas de viver e sentir, atribuindo exclusiva responsabilidade às condições do tempo e ao Cangaço, invisibiliza propositalmente os responsáveis pela situação do povo sertanejo. Nesse sentido é possível constatar que a criação de um estereótipo sertanejo e sua permanência se tornou uma estratégia frutífera para desenhar um quadro específico de associação entre os sertanejos e seu processo de empobrecimento às ações do Cangaço. Essa constatação se faz clara, pois as características de desdenho não são atribuídas aos potentados sertanejos e sim aos trabalhadores. O que isso significa na prática é que a historiografia que se debruçou sobre o tema, observando exclusivamente as descrições dos jornais, selecionando discursos e sem desconfiar dessas narrativas, entendeu a situação sertaneja como produto da ação do Cangaço e não como resultado da inação e da corrupção do Estado.

#### **2.4 - A injustiça social na Literatura de Cordel: o Cangaço como luta social do sertanejo**

O imaginário, como campo epistemológico, auxilia-nos nas interpretações sobre os significados que gravitam sobre o que chamamos aqui de Sertão e que se entrelaçam de maneira maior com as concepções da região brasileira denominada Nordeste. Bronislaw Baczko (1985) afirma que a imaginação como dispositivo simbólico leva as massas a oferecerem a si próprias identidade e coerência, seja para reconhecer ou designar suas recusas, bem como suas expectativas. Apresenta a dissociação do imaginário como algo ilusório ou quimérico e propõe a negação desse campo exclusivamente para artes (BACZKO, 1985, p. 296-298). Essa concepção se justifica, quando o autor explica a dimensão política que existe no imaginário e como os jogos de poder são orquestrados quando se domina os símbolos e o significado destes em de uma dada sociedade.

Os antropólogos e os sociólogos os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer se não a descobrir as funções múltiplas e complexas competem ao imaginário na vida colectiva e em especial no exercício do poder as ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder designadamente o poder político se rodear ações colectivas para tal poder o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico (Baczko, 1985, p. 297)

A interpretação elaborada por Baczko (1985) a respeito das contribuições de Karl Marx sobre os estudos das ideologias, especificamente no caso da marxista, contribui significativamente para entender o cenário do Sertão Nordestino principalmente no que tange às relações conflituosas entre as categorias detentoras de poder, coloca em foco a figura do coronel, o sertanejo oprimido e como o Cangaço acaba correspondendo a um imaginário criado pela poesia popular nordestina.

Baczko (1985) afirma que quando existem duas categorias sociais em disputa, a categoria social oprimida não precisa criar ou alimentar ilusões a respeito de si para camuflar ou embelezar os seus objetivos. Isso quer dizer que nessa relação, a categoria social oprimida, sabe que é oprimida e tem consciência de que essas formas de opressão são difíceis de serem combatidas (BACZKO, 1985, p. 305). O autor, portanto, assevera acerca do imaginário destacando que não se trata da imaginação propriamente dita e sim, de um campo específico de disputas de poder. Trata-se das formas como as sociedades criam valores e lugares repletos de significado e poder. O domínio desses imaginários tem uma importância real, uma vez que os discursos elaborados pelos grupos dominadores tornar-se-ão representações coletivas. Assim, o imaginário representa um campo em disputa.

Trazendo essa interpretação para nossos estudos, na prática, essa afirmação acaba por justificar a aproximação que a Literatura de Cordel faz do cangaceiro da figura do justiceiro em contraposição ao bandido. Não existe no imaginário popular nordestino problema em associar o cangaceiro à figura do justiceiro porque ele vai representar outro antagonista frente ao seu histórico opressor a figura do Estado como instituição corrompida e o potentado coronel. O imaginário criado pela Literatura de Cordel com símbolos que vão associar o Cangaço às categorias populares se explica pelo fato de as categorias populares não encontrarem nas figuras dos seus históricos opressores identidade, ou mais, quererem negar identidade ou aproximação com esses representantes. Portanto a Literatura de Cordel apodera-se da figura do cangaceiro, mesmo que ela seja violenta, utilize dos mesmos atributos de opressão do coronel, assim as categorias populares negam aliança a quem sempre as oprimiu historicamente. Para ser mais explícita, para Literatura de Cordel, se o cangaceiro pode ser encarado com um bandido (e daí é preciso categorizar e repensar esse conceito) o Estado, as *volantes*, o coronel e a polícia

também são criminosos. No cordel a seguir, observamos nos versos de Manoel D’Almeida Filho como o poeta consegue categorizar quem são os sujeitos que possuem valores no Sertão e quais foram injustiçados:

Nordeste, terra das secas,  
 Dos valentes cangaceiros,  
 Dos velhos homens honestos,  
 Dos corajosos vaqueiros,  
 Das mulheres carinhosas,  
 Das sertanejas formosas,  
 Dos famosos violeiros.

**Mais uma vez precisamos  
 Falar sobre os componentes  
 Do cangaço nordestino,  
 Homens simples e valentes -  
 Cruelmente injustiçados,  
 Perseguidos, castigados  
 Pelas forças prepotentes.**

Primeiramente falamos  
 Nos cabras de Lampião,  
 Do chefe que dominou  
 No tempo uma região –  
 Aplaudido e respeitado,  
 Por muitos até chamado  
 IMPERADOR DO SERTÃO. (D’ALMEIDA FILHO, Manoel. *Vida, vingança e morte de Corisco* s.d. p. 03.) [Grifos nossos]

O imaginário dos usos da violência associa-se ao exemplo acima explicitado. É preciso interpretar como as categorias populares, os sertanejos, conseguiram se apropriar dessas formas, desses símbolos e também souberam representar por intermédio das narrativas populares esses jogos de poder no Sertão.

Em tese, quem detém a força de penalizar, de oprimir, de acionar o uso legítimo da violência - ou seja a polícia - são os detentores do poder. É importante aqui explicitar o que entendo por poder, na qualidade de uma forma de dominação. Max Weber (1999) ao conceituar dominação disserta sobre a vontade manifesta de um dominador/dominadores influenciar tomadas concretas de ações de determinado grupo de dominados. Contudo, devemos pensar que essa dominação, que assim intitulamos aqui, existe na medida em que existe fundamentação na validade desse controle. Logo é preciso atinar que este domínio é construído socialmente. Nas palavras do autor:

A posição dominante do círculo de pessoas que constitui aquele complexo de dominação, diante das "massas" dominadas, baseia-se, quanto à sua conservação, naquilo que recentemente se vem chamando de "vantagem do pequeno número", isto é, na possibilidade existente para a minoria dominante de comunicar-se internamente com rapidez especial, de dar origem, a cada momento, a uma ação social racionalmente organizada que serve para a conservação de sua posição de poder e de dirigi-la de forma planejada. Por esse meio, uma ação social ou de massas ameaçadora

pode ser reprimida sem grande esforço, a não ser que os resistentes tenham criado para si dispositivos igualmente eficazes para a direção planejada de uma ação social também voltada para o domínio. (Weber, 1999, p, 196)

O poder deve ser analisado como uma estrutura fundamentalmente social, cujos dominadores constantemente se reorganizam com a finalidade de atualizar suas maneiras de dominação, sempre que necessário, e para que nunca percam seus privilégios. Por esse motivo, como explicou acima Weber, a chamada *vantagem do pequeno número* explica que a grande massa dominada, por continuamente permanecer desmobilizada e desarticulada, acaba por ser facilmente reprimida caso haja momentos reais de insatisfação ou revoltas.

Apropriando-me da explicação acima feita volto aos detentores do poder do Sertão Nordeste, por vezes, essa categoria, além de ser bem armada, conseguia arregimentar, contratando pessoas para fazer a segurança das suas propriedades e dos seus familiares. Frederico Pernambucano de Mello (2011) categoriza esses sujeitos, dentre tantos outros, como o *capanga* e o *jagunço*. Esses homens acabam se tornando responsáveis tanto pela segurança, como pelos crimes que os latifundiários cometiam, quando não desejavam “sujar” suas mãos com sangue. O significado que a violência adquire no imaginário sertanejo para esse tipo de ato é o de covardia, ato este muito praticado pelas *volantes*. O Cordel abaixo traz uma narrativa interessante a respeito do que acima foi apresentado. O Cordel intitulado “O Coronel Mangagá e o seringueiro do Norte” de autoria de Francisco Sales Arêda conta a história do coronel Mangagá que perseguia e mandou seus capangas matarem o jovem seringueiro por perseguição. Entretanto, o jovem reage, assassina os capangas e se mantém valente frente os atos de violência do coronel, que agia por... *covardia*:

E você vai conhecer  
Mangagá besouro máu  
Acostumado a topar  
Com cobra em ôco de pau  
Tirar serpente de loca  
E em fera passar quinau

Se prepare que eu já vou  
Daqui pro fim de semana  
Boto-lhe os cacos no mato  
**E queimo sua choupana**  
**Lhe arranco as barbas de unha**  
Pra fazer [ilegível] de cana

**Acabo com sua raça**  
**Se contra mim se alterar**  
**Tome-lhe a propriedade**  
**Faço você se encantar**  
**Deixo tudo esbagaçado**  
**Pra nunca mais se aprumar**

Pois você está pensando  
 Que vence toda questão  
 Mas o Mangagá precisa  
 Dar-lhe uma explicação  
 Como é que homem faz  
 Com um sujeito ladrão

[...]

Quando o Seringueiro leu  
 Aquela nota de asar [azar]  
 Disse ao capanga: domore  
 Que eu também vou mandar  
 Uma carta a seu patrão  
 Pra ele não se enganar

E notou dizendo assim  
 - caro senhor Mangagá  
 Você está muito errado  
 Em querer vir até cá  
 Sem eu nunca lhe ofender  
 Nas zonas do Paraná

[...]

**Nunca fui homem covarde  
 Do que diz tenho razão  
 Defendi um pobre homem  
 Da soberba do Negrão  
 E lutei com Canguçu  
 Por vir me fazer traição**

**Vivo quieto na minha casa  
 Como um cidadão honrado  
 Só lutei com dois negros  
 Porque me vi obrigado  
 E você querer vingar-se  
 Está mais do que errado**

Mas se quer vingar-se mesmo  
 Do que fiz com seu muleque  
 Se prepare qualquer hora  
 E pra meu lado sapeque  
 Mas quando eu furar a barra  
 Não se queixe do fubeque. (ARÊDA, Francisco Sales. *Coronel Mangagá e o Seringueiro do Norte..* s. d. p. 1-4)

Observo que nas narrativas populares, a construção imaginária feita do sertanejo de ser forte, valente, destemido nas apartações de gado, corajoso para lutar contra as injustiças feitas contra os seus e contra si, o uso da violência é ressignificado. A violência se torna a estratégia de luta contra as afrontas, injúrias, desaforos, agravos e desrespeitos ocasionados pelos detentores do poder. A brutalidade torna-se símbolo de abuso de autoridade, de covardia, de excesso, de ato ilegítimo. Nas narrativas de Cordel, quando a violência sai das mãos dos detentores do poder e passa para as categorias populares (sertanejo) acaba por se tornar símbolo

de resistência e desorganiza o poderio que historicamente foi estabelecido. Percebemos as mesmas associações imaginárias nas narrativas que tratam de cangaceiros a partir do seu lado justiceiro.

Acerca ainda dos usos e das significações da violência Pierre Bourdieu (1989) corrobora para a minha interpretação. Na lógica da dominação, o uso da violência partindo dos detentores do poder é considerado “legítimo”, mesmo que seja para reprimir as massas sertanejas. A dominação dos símbolos (e violência é um símbolo) não poderia ser questionada ou ressignificada por quem não tem um discurso autorizado. Assim sendo, a produção discursiva elaborada pelos Cordéis inverte a lógica de poder e dominação, ressignificando o uso da violência. Portanto, nos Cordéis a violência quando utilizada a serviço dos sertanejos ou cangaceiros não possui mais o mesmo significado que quando utilizada pelos detentores do poder. A violência é ressignificada como uma manifestação de resistência.

No Cordel a seguir, analisamos como a violência tem múltiplos significados dependendo de quem a utiliza:

Lampião chegou no inferno  
Botou mesmo pra quebrar  
Deu porrada no porteiro  
Por não deixar entrar  
Ali começou uma luta  
De fazer admirar

Esta notícia chegou  
Aos ouvidos do chefão  
Que chamou todos os negros  
Formou um grande batalhão  
Todos eles bem armados  
Pra brigar com Lampião

Uns vinham armados de rifle  
De facão e de peixeira  
Outros de mão de pilão  
Era grande cabroeira  
Lampião disse sorrindo  
Para mim é brincadeira

Para cima de Lampião  
A turma toda avançou  
Lampião meteu lhe o rifle  
Que 20 cães derrubou  
Tiro vai e tiro vem  
A batalha começou

Acabaram a munição  
Se toparam a ferro frio  
Lampião com seu punhal  
Igual um touro bravio  
Enfrentava corpo a corpo  
Esse forte desafio

Metia o punhal em cão  
 Que via o bucho rasgar  
 E o fato pelo chão  
 Na hora se derramar  
 E um golpe de Lampião  
 Nenhum podia acertar

Chegou um diabo moço  
 Com uma peixeira na mão  
 Dizendo vou arrombar  
 O peito de Lampião  
 Lampião passou a perna  
 Jogou o cara no chão

Chegou um diabo velho  
 O que se chamava prazer  
 Lampião meteu um punhal  
 Que viu o bicho gemer  
 Com a dor da punhalada  
 Viu seu calção logo encher

Veio uma diaba moça  
 Que se chamava Despacho  
 Lampião disse para ela  
 Saiba que eu sou bicho macho  
 Meteu o punhal na negra  
 Que a calça saiu por baixo.

Chegou uma diaba velha  
 Com um cachimbo na mão  
 Dizendo: eu vou rebentar  
 A cara de Lampião  
 Lampião passou a perna  
 A velha rolou no chão

Afinal todos os cães  
 Não puderam se conter  
 Saíram todos correndo  
 Pra poder se defender  
 Porque contra Lampião  
 Só iam mesmo sofrer

Lampião ficou sozinho  
 Não achou com quem brigar  
 Disse eu vou para o sertão  
 Pra ver se posso encontrar  
 Com meu amigo Curisco  
 Pra novo grupo formar. (SILVA, Minelvino Francisco. *Encontro de Lampião com Padre Cícero no Céu.*, pp. 1-3)

Aqui é preciso fazer algumas diferenciações porque, se de um lado Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) defende que os discursos produzidos para inventar o Nordeste brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX tornaram-se o discurso válido sobre essa região, do outro lado temos uma defesa de que o imaginário social também é construído pela própria coletividade e como ela se percebe.

Portanto, é preciso questionar esses discursos. Claro está, que Albuquerque Júnior (2011) observa esses discursos produzidos na região centro-sul do Brasil, referente a região Nordeste tornando-se altamente frutíferos e muito difundidos no cenário brasileiro. Entretanto, do outro lado, Baczko (1985) afirma que imaginários sociais de uma coletividade designam suas identidades e as crenças, as formas de comportamentos, os códigos, os valores e todas as formas, de viver, de sentir, de pensar de uma determinada sociedade. Esta sociedade criará suas estruturas identitárias e mais do que estruturas identitárias, criará também, espectros de negação do que não faz parte dos seus aspectos culturais. Existe uma certa autonomia nessas coletividades, ou pelo menos a resistência em continuamente criá-las.

De acordo com Baczko (1985), as relações de poder, só acontecem na medida em que este poder for considerado pela coletividade um poder legítimo. Ora, não existe um poder legítimo sem a coletividade que vive este poder aceitá-lo como suficientemente forte, poderoso e legítimo. Entretanto, o que ocorre é que a historicidade desse poder, muitas vezes, se perde com o tempo e as sociedades que o vivem num dado presente, não sabem sua origem, não sabem como ele surgiu, quem foram os agentes, os atores sociais que o constituíram, quem legitimou este poder e quem não legitimava. Por isso é importante deixar claro que, o imaginário social como dispositivo de controle do exercício da autoridade e do poder é historicamente construído e precisa ser historicizado, para que as sociedades do presente consigam interpretar a suas formas de poder no presente.

Para entendermos acerca da criação, legitimação e apropriação dos discursos que categorizaram o Sertão Nordestino é preciso atinar às intencionalidades de quem está disputando esse poder. Em outras palavras, a que ordem do discurso essa construção se alicerçou. Foucault (1996) colabora nessa interpretação ao afirmar:

Em todo caso, uma coisa ao menos deve ser sublinhada: a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante. (Foucault, 1996, p. 70)

Analisar como a ordem discursiva desnuda os interesses entre as categorias que viviam no Sertão Nordestino na vida do século XIX para o século XX se torna elementar nessa análise, pois somente observando o espectro da luta por manutenção de privilégios que se torna possível compreender as articulações discursivas encontradas em jornais e em Cordéis.

Ao interpretar que o controle discursivo é uma das principais formas de poder, a manutenção dos privilégios só se torna possível se há o controle das mentes e a influência nas

formas de interpretação social. Quando o discurso dos jornais categoriza os cangaceiros como bandidos, que o Sertão Nordestino é assolado pelo banditismo, que a miséria e a fome são exclusividades do Nordeste e consequência do cangaceirismo, existiam grupos interessados na manutenção desse imaginário. É importante reconhecer que esse discurso não fala a respeito de quem o criou, mas a respeito de quem se quer dominar. Entretanto esse dominado não tem fala no discurso, ele é silenciado.

Em contrapartida quando na Literatura de Cordel as narrativas deslocam a interpretação para o campo das possibilidades. Cria universos poéticos onde o cangaceiro não é reconhecido como um criminoso comum porque o crime naquela realidade discursiva possui outros significados. Para a realidade discursiva dos Cordéis é considerado crime a desarticulação das camadas populares por meio de ações concretas dos grupos dominantes; também é crime a completa falta de políticas públicas de assistência social, ou também a ineficiência do Estado para fazer cumprir leis que abrangem todos os segmentos sociais e não apenas os grupos mandatários; é crime na realidade poética dos cordéis, a precarização das vidas sertanejas por falta de insumos básicos como água e alimentação em épocas e pauperismo social; é também crime para o mundo sertanejo visto nos Cordéis o defloramento de moças sertanejas pobres impossibilitando seu casamento e as condicionando a se prostituírem e viverem o resto de suas vidas na marginalidade social.

Entretanto esse discurso sobre o crime na perspectiva das narrativas dos Cordéis, o qual não aparece nas páginas de jornais, é silenciado, o que contribui para torná-lo um discurso deslegitimado e desqualificado. O crime, portanto, são os atentados contra a sociedade gerados pela inação do Estado tanto politicamente quanto ideologicamente. Essa inação do Estado é o verdadeiro crime social. Uma forma de opressão social que desmobiliza as categorias populares.

A Literatura de Cordel subverte a interpretação de bandido ser o cangaceiro. Bandido, nos discursos dos jornais, seria aquele que comete crimes. Os crimes, conforme foram apontados pelas fontes, são sobretudo aqueles que atacam possibilidades de sobrevivência das categorias populares, são os que ferem a honra do sertanejo, são os que o impossibilitam ou negam o acesso ao trabalho, é o abandono da reparação das injustiças sofridas pelos sertanejos protagonizadas pelos detentores do poder.

A Literatura de Cordel também reconfigura a interpretação do que é o termo bandido ou banditismo. No jornal banditismo está correlacionado o movimento do Cangaço e as ações operadas por cangaceiros. Banditismo nos jornais não se aproxima da perspectiva de criminosos sociais, tal como foi defendida por Eric Hobsbawm (2010). O bandido no discurso dos

periódicos é o sujeito que comete o crime comum. Entretanto, nos periódicos, a inação do Estado e os prejuízos que este causa aos sertanejos, não são vistos como banditismo tampouco como crime. Na verdade, essa representação não existe nos periódicos. Ela foi silenciada.

Já o Cangaço, para a Literatura de Cordel, é a representação do antagonismo ao bandido. E nesse sentido, reforço, o contrário de bandido não é o herói. Na perspectiva da Literatura de Cordel, o cangaceiro se tornou a representação da contradição, o sujeito que se negou a aceitar o jogo de dominação imposta pelos detentores do poder. O Cangaço, na Literatura de Cordel, se tornou a representação da contraposição ao poder e a ordem estabelecida no Sertão. E essa contraposição se tornou sofisticada a ponto de os cangaceiros se apropriarem das estratégias do Estado e dos grupos detentores do poder e assim conseguirem desorganizar os jogos de poder no Sertão. O Cangaço se torna a representação das categorias oprimidas no Sertão porque a partir da perspectiva da Literatura de Cordel apresentaram para a história do Sertão um curioso ponto de inflexão: existe a força do fraco e a fraqueza do mais forte. Nem sempre o mais forte conseguirá subjugar o mais fraco.

A perspectiva do criminoso ser o Estado é abordada explicitamente na Literatura de Cordel. O folheto a seguir demonstram essa inação intencional do Estado:

**Meu pae fez diversas mortes,  
Porém, não era bandido;  
Matava em defesa propria  
Quando se via agredido,  
Pois nunca guardou desfeita,  
E morreu por ser atrevido.**

Emquanto eu era pequeno  
Aprendi a trabalhar.  
Chegando aos 14 annos  
Dediquei-me a vaquejar.  
Abracei aos 20 annos  
A profissão de matar.

No anno noventa e seis  
Meu pae foi assassinado  
Pela familia dos Ramos;  
Já sendo nosso intrigado  
Um deles, o José Ramos,  
Que era subdelegado.

**Para punir esse crime  
Ninguem se apresentou;  
A justiça do lugar  
Tambem não se interessou;  
Aos bandidos a polica  
Parece que auxiliou...**

**E eu que vi a justiça**

**Mostrar-se de fora à parte,  
Murmurei com meus botões:  
Tambem hei de arrumar-te!  
Não quero código melhor  
Do que seja o bacamarte.**

**Eu chamei pela justiça,  
Esta não me quiz escutar.  
Vali-me do bacamarte,  
Que me veio auxiliar,  
Nelle achei todas as penas  
Que um código pode encerrar!**

No bacamarte eu achei  
Leis que decidem questão  
Que fazem melhor processo  
Do que qualquer escrivão.  
As balas eram os soldados  
Com que eu fazia prisão.

Minha justiça era recta  
Para qualquer creatura  
Sempre prendi os meus réos  
Em casa muito segura;  
Pois nunca se viu ninguém  
Fugir duma sepultura! (CHAGAS BATISTA, Francisco. A história completa de Antonio Silvino, sua vida de crimes, pp. 4-5)

As circunstâncias apresentadas pelo cordel são da vida do cangaceiro mais famoso do Nordeste antes do advento de Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião. O cangaceiro o qual o cordel faz referência é Antonio Silvino, conhecido pela alcunha de “Governador dos Sertões”. Para além da fama dos cangaceiros mencionados, no relato exposto pelo Cordel muitas informações são valiosas para analisar o que afirmei ser o Estado o criminoso. O cordel afirma que a morte do pai de Antonio Silvino se fez a causa para seu ingresso no Cangaço, pois foi um crime cometido por um agente público do Estado, motivado por rixas entre famílias e Silvino ao buscar solução para o agravo encontrou os vícios e a corrupção do Estado. Quando é afirmado que “*Para punir esse crime / Ninguém se apresentou / A justiça do lugar / Também não se interessou / Aos bandidos a policia / Parece que auxiliou...*” a narrativa corrobora com a tese aqui apresentada: a inação intencional do Estado é identificável pelos viventes da região. Dito de outra forma, a população reconhece que existe um aparelhamento do Estado, que este e seus agentes são produtores de ações de violência e de crimes que jamais seriam questionados, pois a concentração de poder e a arbitrariedade dos atos são as marcas do governo deste momento.

Ainda sobre a interpretação do Cordel o trecho afirma: “*E eu que vi a justiça / Mostrar-se de fora à parte, / Murmurei com meus botões: / Também hei de arrumar-te! / Não quero*

*código melhor / Do que seja o bacamarte. / Eu chamei pela justiça, / Esta não me quiz escutar. / Vali-me do bacamarte, / Que me veio auxiliar, / Nelle achei todas as penas / Que um código pode encerrar!*”. É preciso realizar uma leitura cautelosa sobre esse fragmento para não se levar o efeito superficial de causa e consequência. É demonstrado no trecho que não existiria instâncias a serem acionadas para a resolução do caso da morte na família de Antonio Silvino. Quem havia assassinado seu pai foi o subdelegado Ramos. Não existiria jurisdição para que esse agravo fosse levado adiante. Ao contrário, como a própria historiografia do tema nos apresenta a perpetuação desse tipo de crime era geracional (FONTELES, 2019). Perceber que ao descrever que o cangaceiro antes de se entregar as armas buscou a justiça e ela ficou do lado dos bandidos releva com toda certeza que o Estado era criminoso. O importante de ser frisado é que a narrativa que atribuiu responsabilidade ao Estado é a narrativa popular: o Cordel. O apontamento que o cordel faz na sua interpretação sobre essa história é que os agentes do Estado não seriam responsabilizados pelos seus atos, assim, cabe ao sujeito comum buscar outras formas de equiparação de justiça criando um efeito contrário onde a vítima se torna o criminoso, o bandido, o cangaceiro.

Analisar o fenômeno do Cangaço pelos vieses da Literatura de Cordel e jornais deixa de ser neste trabalho apenas o já conhecido percurso metodológico de: jornais trazerem fatos precisos e circunstanciais do Cangaço e a Literatura de Cordel, por outro lado, a alegoria e exemplo de como as categorias populares inocentemente valorizavam o Cangaço. Aqui existem dois discursos que representam duas categorias de faces ora antagônicas, ora complementares: o Estado com toda sua estrutura oligárquica e as categorias populares sertanejas. De acordo com a explicação de Victor Nunes Leal, a qual eu concordo é:

O problema não é, portanto, de ordem pessoal, se bem que os fatores ligados à personalidade de cada um [do coronel] possam apresentar neste ou naquele caso, características mais acentuadas [violência, perseguição, chantagem, vingança]: **ele está profundamente vinculado à nossa estrutura econômica e social.** [Grifos meus] (Leal, 2012, p. 59)

Os discursos sobre o banditismo social categorizando o Cangaço, precisam dar conta das maneiras pelas quais outras formas de vivê-lo foram sentidas pelas categorias sociais que foram historicamente silenciadas. As narrativas silenciadas demonstram que o aparelhamento institucional e sua corrupção, a manutenção de privilégios e uma ordem discursiva de dominação ainda imperam nas interpretações historiográficas sobre o fenômeno do Cangaço.

### 3 – “Bandido não: eu tomo pelas armas!” – Cangaco como um conceito e uma interpretação possível

Gostaria de iniciar esse capítulo analisando uma fonte que traz uma abordagem ímpar para os conteúdos que serão aqui serão tratados.

Figura 7 - Imagem extraída do acervo online da Hemeroteca Digital. JORNAL DO RECIFE, 08 de janeiro de 1927, p. 1.

O governador de Pernambuco está promovendo uma reunião dos chefes de policia de todos os Estados nordestinos, para assentar o plano de um combate systematico ao cangaccirismo. A nossa situação de adversarios do sr. Estacio Coimbra nos deixa á vontade para apreciar a lembrança. Se se evidenciar sinceridade nos propositos da campanha, provando actos posteriores que ella não é apenas o pretexto para perseguições a inimigos do governo, a augmentar, pelo contraste, a hediondez do amparo official a hordas de malfeitores camaradas, não ha como negar sympathia á boa intenção.

Resta, entretanto, verificar-se a solução do problema está no simples combate aos grupos de facinoras, cujas bandeiras o governador pernambucano calcula em numero de quatrocentas, a assolar as regiões sertanejas, desde a Bahia ao Piahy. Antonio Silvino foi durante alguns lustros o terror do Nordeste. O governo do general Dantas Barreto deu-lhe caça. Sacrificou alguns contingentes da sua policia militar, mas acabou recolhendo-o á penitenciaria. As populações das cidades litoraneas, desconhecendo os costumes barbaros do sertão, suppuzeram cicatrizado aquelle canero da nossa retardada civilização. O marechal “salvador” recebeu a palma de uma victoria que interessava ao paiz inteiro, visto como o livrara de um estygma aviltan-

Figura 6 - continuação

te. Preso e processado o bandido-herói, a que a lenda emprestava uma aureola de rasgos generosos --,ahi temos ainda o mesmo estado de intranquilidade, as mesmíssimas scenas de outr'ora agravadas aqui e ali pelo caracter de requintada perversidade da figura central do cangaceirismo moderno. Ahi temos "Lampeão", a quem já se deram até fóros de nobreza, amarrando-lhe ao peito a fita auri-verde de uma comenda e emprestando-lhe á flamula de guerra o lemma de ordem e progresso, escolhido arbitrariamente por ideologos dos fins do seculo passado. Quantos Antonios Conselheiros, Antonios Silvios, Lampeões, "Camilões" parecerão ainda? Exterminando-os, conseguir-se-á a pacificação do interiorland brasileiro?

A nosso ver, o cangaço não é uma doença, mas um symptoma; não é uma causa, mas um effeito. Combatel-o pela dominação dos bandos conhecidos é o mesmo que visar a cura da syphilis pelo tratamento local das ulcerações.

O sr. Costa Rego, focalizando a questão em sua mensagem do anno passado, diz com clareza o que é o cangaceiro:

"Praticado o primeiro crime -- escreve o governador de Alagoas -- houve quem protegesse o criminoso, occultando-o ou conservando-o acintosamente em sua companhia. A policia quiz ir buscal-o. O protector recorreu ao chefe politico. A justica

Figura 6 - continuação

pretendeu submettel-o ás pennas da lei. O chefe politico recorreu ao governo. O governo, por meios indirectos, attendeu ao chefe politico, porque tinha a illusão — e quantos ainda a continuam tendo! — de que só ha uma fórma de governar: condescender com os abusos das influencias locais para que estas alimentem a popularidade do governo. O criminoso, assim amparado, recebe o estímulo para o seu segundo crime. e para o terceiro e os demais".

Essa, a origem do cangaceiro e do cangaço. E' uma sobrevivencia do regimen feudal, na feudalissima sociedade do interior, baseado no agrarismo, sob o dominio absoluto dos senhores latifundarios. O canga-

O jornal do Recife na sua matéria do dia 8 de janeiro de 1927 traz uma abordagem interessante falando acerca do combate ao cangaceirismo no estado de Pernambuco. Logo nas primeiras linhas, o jornal explica que estava se formando uma nova política cujo objetivo era um plano de combate sistemático ao cangaceirismo com vistas a ser implementado no Nordeste. O periódico, contudo, traz uma irônica interpretação: de acordo com o jornal, se o propósito do plano for de fato exterminar o cangaceirismo, o plano ganhará a simpatia de todos. Entretanto restavam dúvidas acerca da empreitada, pois se acreditava na existência de outras intencionalidades por trás desses discursos propalados pelo jornal. De acordo com o jornal, as intencionalidades se guiavam por outros propósitos de campanha, que seriam, em vez de somente caçar cangaceiros, apropriarem-se da violência que seria usada no combate ao cangaceirismo. Tal combate, em verdade, era para perseguir inimigos do governo e aumentar ainda, mais pelo contraste, a situação hedionda de tomarem para si as ações das forças oficiais para executar atos de violência contra inimigos de governo.

Ainda pensando na lógica dos contrastes, mais uma vez encontramos no discurso dos jornais a perspectiva de um *litoral desenvolvido e civilizado* e na contraposição um *sertão arcaico e extremamente afastado das formas mais evoluídas de sociedade*. Tal leitura é possível de ser abstraída quando a notícia afirma que as populações das cidades litorâneas “desconhecem” tais costumes bárbaros do Sertão ao se referir à caça aos cangaceiros.

Quando o jornal afirma que o Cangaço não é a doença e sim um sintoma, podemos perceber a intencionalidade em não tratar esse fenômeno enquanto causa, mas sim compreender o efeito que ele produz na sociedade. Quando observo tal comentário verifico que ele corresponde às interpretações que discorro ao longo deste estudo. Quando afirmo que o Cangaço não pode mais ser visto como a causa das situações de violência que ocorriam no interior do Sertão nordestino entre os anos de 1890 até 1940, defendo que ele precisa ser observado como um produto das políticas do Estado Brasileiro, ou a ausência delas na região do nordeste desde a segunda metade do século XIX.

Por mais que o exemplo utilizado pelo jornal nos pareça grotesco, ele nos serve para fazer uma apropriação a respeito do Cangaço. A interpretação minuciosa da fala que diz que combater o Cangaço da forma como estava sendo proposto, equivaleria à ideia de procurar a cura para uma doença de pele tratando apenas o local e não a sua causa de dentro para fora. A análise deste fragmento específico se faz elementar, ao afirmar que o Cangaço já se encontrava em praticamente todos os estados do Nordeste, da Bahia ao Piauí, a caça aos cangaceiros seria o remédio errado, haja vista que a ferida não estaria sendo curada da forma correta, na sua origem. Afinal, com esse procedimento, sabe-se que na realidade não seriam as causas atacadas, sendo assim, para aquele momento era uma estratégia insuficiente.

A parca eficácia dessa ação, antes já explicitada por meio da análise da apropriação da luta contra o cangaceirismo para fins particulares de opressão a inimigos do Estado, bem como o fato de o governo se apropriar do Cangaço como palanque eleitoral e plataforma política nos leva a perceber sob qual campo de ação, as campanhas contra os cangaceiros eram edificadas. Tais campanhas se tornavam muito prósperas para quem detinha o poder, na medida em que se apropriavam das verbas e dos contingentes policiais (sejam os oficiais ou sejam as *volantes*) não para fazer a extinção dessa forma de banditismo, mas para fazer terrorismo contra adversários políticos.

A matéria ainda expõe um passo a passo de como se dava a proteção aos verdadeiros criminosos e o aparelhamento do Estado para manter os abusos do poder perpetuando a sensação de impunidade a diversos crimes cometidos nas localidades sertanejas. O jornal afirma que uma pessoa comete um crime, busca um poderoso para lhe acobertar; a polícia é acionada e vai buscar o criminoso; a justiça prende e o submete às penas corretas; o chefe político que foi acionado pelo criminoso recorre ao governo; este por sua parte, usando de meios ilícitos, atende o chefe político em vez de penalizar quem primeiro transgrediu a lei. A justificativa para todas essas ações é aumentar a popularidade do governo nas localidades; é como se dissesse para quem assiste tais atos: “este governo consegue passar por cima da lei, por isso é mais vantajoso legitimá-lo do que acionar os poderes legais, pois ele consegue estar acima da lei”. De acordo com o jornal, a ilusão que se tem é de que a justiça faria aquilo que era correto. Contudo se percebe que a influência local, o regime de favoritismo e a troca de influências são muito mais fortes do que aquilo que se pleiteia a ser o justo e correto. Talvez por isso o jornal conclua a notícia afirmando que: “*O criminoso, assim amparado, recebe o estímulo para o seu segundo crime, e para o terceiro e para os demais.*” (JORNAL DO RECIFE, 8 DE JANEIRO DE 1927)

Volto à análise do Cangaço concordando com a fonte: não é concebível vê-lo como causa dos problemas sociais que assolaram o Sertão! É preciso encará-lo como uma consequência. E na medida em que aqui o interpreto como consequência, preciso retornar algumas análises importantes que já foram feitas por alguns que me antecederam.

Frederico Pernambucano de Mello (2011) e Eric Hobsbawm (2010) confluem no pensamento e defendem que a violência e o banditismo social são enraizados numa cultura de honra que ainda persiste no Nordeste. Entretanto, acredito, sobretudo, pelos apontamentos que as fontes desse trabalho trouxeram, que essa violência não é somente um produto de uma cultura de honra, minha defesa é que a violência efetivada pelo Cangaço é fruto da inação do Estado na resolução de contendas sociais.

Ainda sobre essa perspectiva, e discordando de Pernambucano de Mello (2011), não acredito que o cangaceirismo nordestino foi exclusivamente uma forma de desafiar a autoridade formal criando os seus próprios códigos de conduta e de justiça. Ao contrário, a análise e interpretação das fontes, sobretudo a Literatura de Cordel, apontam na direção de que a criação de uma justiça para a resolução de conflitos sociais foi a maneira pela qual, as categorias populares sertanejas do final do século XIX e início do século XX criaram para obter justiça em seu favor. Mesmo com a existência do aparato judiciário e suas instâncias, esta era

aparelhada pelos detentores do poder e pelos coronéis e não havia correspondência com a ideia de equidade social. Tais agentes buscavam, na verdade, sua perpetuação no poder, a negação de direitos básicos à sociedade campesina, o silenciamento de revoltas ou de exigências sociais básicas e, sobretudo, a demonstração de poder como forma de amedrontamento e de imobilização para sociedades mais humildes que viviam nessa região.

Concordo com Eric Hobsbawm (2011) quando este afirma que jamais se identificou incontestavelmente a existência real de um *Robin Hood*. Essa ideia mitificada de bandido herói, mesmo em todos os casos que estudou em seu livro, nunca foi encontrada na realidade daquilo que se espera de um real investigável (HOBBSAWM, 2010, p. 177). Essa constatação particularmente me interessa porque, ao longo de toda essa tese, não é a mitificação do cangaceiro que me interessou propriamente dita, mas sim a constituição política desse sujeito, esse sujeito enquanto uma tradição, enquanto uma memória, um símbolo, um significado e uma representação para categorias sociais específicas.

Sobre o campo do simbólico é importante recuperar o pensamento de Pierre Bourdieu (1989) haja vista que o processo da mitificação dos cangaceiros se tornou durante muito tempo o principal ponto de crítica às análises da Literatura de Cordel e acabou lhe conferindo um lugar de desconfiança, no meio da pesquisa sobre o Cangaço, pelas suas manifestações sinalizarem um favoritismo às ações do Cangaço.

Conforme tenho apresentado as ações do Cangaço ganharam camadas de significados singulares na Literatura de Cordel, pelo fato de nesse espaço se transformar em um instrumento de integração social. As narrativas que exclusivamente criminalizaram os cangaceiros também são instrumentos de integração social. A diferença entre um e outro está quando se observa os sentidos de dominação de poder. Interessava às camadas dominantes significados de criminalização dos cangaceiros, mesmo que na prática houvesse por parte do Estado aliança com aqueles. Já o discurso que evidencia os aspectos de luta social para o movimento do Cangaço está relacionado às camadas dominadas. Nesse sentido Bourdieu (1989) contribui para entendermos que a relação que existe no campo do simbólico é perceber que as disputas de poder são responsáveis pelo deslocamento de sentidos e pela valorização de determinados discursos em detrimento de outros. Nas palavras do autor:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da «integração social»: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a

reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”.  
(Bourdieu, 1989, p. 10)

As representações que os cangaceiros acabariam por ganhar dialogaria efetivamente com a categoria que proferia o seu discurso, inclusive com seus anseios e expectativas. O discurso encarnado pelos grupos dominantes, ao criminalizar o Cangaço, repousava na intenção de efetivar um imaginário sobre as ações desse grupo. O domínio do imaginário, conforme explica Bronislaw Baczko (1985), não corresponde a imaginação ou as ilusões de uma categoria, mas desnuda a intencionalidade de apropriação dos símbolos para continuar garantido a obediência dos dominados.

Quando analisamos as poesias de Cordel e trazemos o simbólico para a interpretação, essa narrativa se apresenta como um espaço de resistência. Pois pelos meios já dominados pelos grupos detentores de poder, narrativas apresentando outros regimes de verdade sobre as ações do Cangaço foram sumariamente silenciadas ou colocadas como anedóticas. Por esse motivo, o imaginário e o campo do simbólico como espaços de luta e de poder, possibilitaram enxergar no Cangaço, narrado pelo Cordel, representações diferentes daquelas defendidas pelos dominadores. Nesse sentido aproprio-me das explicações de Baczko (1985) sobre o imaginário como campo de disputa que revela intencionalidades e manifestações de poder:

Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efectiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada têm de irrisório e não existem, efectivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objecto de lutas e conflitos encarnizados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras. Os dispositivos de repressão que os poderes constituídos põem de pé, a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico, provam, se necessário fosse, o carácter decerto imaginário, mas de modo algum ilusório [...] (Baczko, 1985, p. 299)

Analisar o Cangaço sob a ótica do bandido herói foi uma abordagem explorada durante muito tempo. Como consequência, as respostas que essa abordagem forneceu para a historiografia, revelavam a sua incompletude e colocavam em xeque as próprias interpretações consolidadas a respeito da História do Brasil. Talvez, por isso que ao longo de muito tempo na historiografia foi se rejeitando a ideia de pensar o banditismo cangaceiro como um movimento social.

A complexidade desse tema exigiu um enfrentamento por parte da historiografia. Por mais que se encontre estudos que apontam que a Literatura de Cordel foi a responsável pelo

processo de mitificação dos cangaceiros, a análise dos jornais e da Literatura de Cordel apontam outro caminho. De um lado, assim como foi demonstrado na matéria do Jornal de Recife, era possível verificar outros traços interpretativos sobre o banditismo cangaceiro, contudo estes raramente apareceriam no meios oficiais. O que se viu com o desenvolvimento do interesse por esse tema foi que a historiografia do Cangaço e os pesquisadores, para conseguirem se afastar da mitificação que acreditava-se ser exclusivamente realizada pela Literatura de Cordel, privilegiaram o uso de outras fontes para tratar do movimento do Cangaço.

Obras como de Oleone Coelho Fontes (1988), Eric Hobsbawm (2010), Luiz Bernardo Pericás (2010), Rui Facó (1965), Maria Izaura P. de Queiroz (1997) e Frederico Pernambucano de Melo (2011) mencionam a Literatura de Cordel em seus estudos, contudo, o Cordel aparece de maneira lúdica, estritamente ficcional ou como um exemplo para legitimar outras fontes mais “confiáveis”. Essa historiografia acabou por legitimar para os estudos do Cangaço um direcionamento de que em fontes oriundas do Estado (autos policiais, telegramas oficiais, jornais, documentos cartoriais) conteriam interpretações mais profundas e reais sobre o Cangaço. Era necessário, porém, questionar as intencionalidades desses discursos, visto que tais narrativas configuravam – quase exclusivamente – criminalidades aos atos dos cangaceiros.

A perspectiva que a Literatura de Cordel possibilita é perceber esse movimento a partir da inação do Estado, da opressão dos agentes governamentais, da desresponsabilização das ações do governo, a aparelhamento das instituições governamentais e o código de valores sociais que era tão importante para os viventes sertanejos. Assim observo que o Cangaço deixa de ser prioritariamente uma ação de grupos armados e criminosos comuns e passa a ser interpretado de outra maneira.

Cangaço é, portanto, um movimento de resistência ao coronelismo e as estruturas políticas opressoras do Brasil Republicano, que utilizou como estratégia a apropriação dos mesmos jogos de poder e opressão do Estado. Tais ações garantiram para o Cangaço e, sobretudo, para aqueles que o legitimavam, possibilidades de se opor às políticas do primeiro momento Republicano Brasileiro. Mais ainda, foi uma maneira de confrontar de forma equiparada as forças políticas que estavam se perpetuando no poder desde o Império. Provavelmente, por estas razões o movimento cangaceiro obteve uma longevidade que rompeu o século XX até pelo menos os anos de 1940.

A Literatura de Cordel apresenta perspectivas de valores, sociais e políticas que foram silenciadas nos jornais e em outros documentos, refiro-me à perspectiva de o Cangaço ser visto como um movimento de contestação social à ordem vigente. Aqui é preciso atinar que suas ações não correspondiam ao que no presente entendemos como movimentos sociais. As fontes

apontam que ele foi a criação de uma forma de justiça paralela ao Estado. Os motes para o estabelecimento do Cangaço estavam alicerçados nas finalidades de aquilatar as contendas e as demandas sociais.

No que tange aos valores e às condutas que são importantes no Cangaço, a Literatura de Cordel é um documento imprescindível nesse quesito. Nas narrativas de Cordel é recorrente histórias que demonstram os valores e as formas pelas quais os cangaceiros diferenciavam o sertanejo comum dos potentados e as oligarquias do Sertão. Essa diferenciação não aparece nos jornais, pois nesses, as narrativas priorizam o discurso da violência efetivada contra o Sertão. Mas seria necessário apontar a quem as ações dos cangaceiros direcionavam sua violência. Conforme defendido pelo autor Leonardo Mota (1976), quem agia com extrema violência para com o povo era *as volantes*. Assim podemos verificar intencionalidades diferentes no que se refere a valores e honra. No Cordel a seguir é possível compreender a conduta e os valores que conduziam as ações no interior do Cangaço:

Alli deu-me uma vertigem  
Perdi de tudo o sentido  
Porque faziam trez dias  
Que nada eu tinha comido,  
Além de nada comer  
Nem agua tinha bebido,

Me arrastei de gruta abaixo  
Adeante uma fonte achei,  
Bebi agua até fartar-me  
Porem depois vomitei,  
Tornei a beber de novo  
Então ahi melhorei.

[...]

Fui de madrugada em casa  
De um inimigo que eu tinha  
Por fortuna achei cerrada  
A janella da cozinha  
Tirei café, rapadura,  
Carne guizada e farinha.

Achei detraz de uma porta  
Um rifle já carregado  
Esse eu não pode deixar  
Que estava necessitado  
Fiz de conta que era o meu  
Que a onça tinha quebrado

**Ouvi o ressono delle**  
**Passei sem alteração**  
**Achei trez contos de réis**  
**Em cima de um marquezão**  
**Contei vi o que tinha**

**Mas nesse não puz a mão.**

**E deixei em cima d'elle  
A bainha do punhal  
Dando a conhecer a elle  
Quem era eu afinal  
Vi o dinheiro e deixei  
Aquillo como signal.**

Carreguei uma marmita  
Uma chicara uma coité  
Cheguei na ilha fiz fogo  
Tratei de fazer café  
Então estava alli pensando  
O homem que bicho

A mulher do fazendeiro  
De manhã se levantou  
Fez um alarme tão grande  
Que o marido se assustou  
Porque não achou a carne  
Nem o café que guardou.

Gritou ao marido homem  
Acorde que está roubado  
Elle for ver o dinheiro  
Aonde tinha deixado  
Achou tudo e a bainha  
Que eu tinha depositado.

**Como diabo foi isso?  
Disse elle em desatino  
Aqui não entrou ladrão  
Entrou cangaceiro fino  
E uma ação como essa  
Só faz Antonio Silvino.**

Passei alli doze dias  
Tratando do ferimento  
No risco de ser cercado  
Exposto a chuva e ao vento  
Tirando casca de angico  
Dellas fazendo unguento.

Uma tarde descuidei-me  
Esse tal poude me ver  
Me disse eu sou inimigo  
Mas não quero offender  
Apenas uma pergunta  
Desejava the fazer.

**Foi o senhor uma noite  
Que entrou em na minha cozinha  
Eu disse: foi! de la trouxe  
Carne guizada e farinha  
Uma chaleira de flandres  
café moido que tinha**

**Não fui la por ser ladrão**

**Só fui porque carecia  
A necessidade impoz-me  
Ou eu roubava ou morria  
Se eu não achasse isso lá  
Não botava mais um dia.**

[...]

As vezes dormindo sonho  
Que me vejo em liberdade  
Alli penso em entregar-me  
Porem imagino que é tarde  
Pau em quem nunca apanhou  
Acha o couro fino, arde.

(BARROS, Leandro Gomes. *Todas as Lutas de Antonio Silvino, 1912, pp. 10-14*)  
[Grifos nossos]

No Cordel fica evidenciado a forma diferente de tratamento realizado pelo cangaceiro Antonio Silvino. De acordo com a narrativa, o cangaceiro se encontrava ferido por causa de luta que havia travado com uma onça. Isolado, muito ferido, sem apoio e recursos, o cangaceiro invade uma casa no período da noite. De lá subtrai mantimentos e um rifle. Aqui um quesito é significativo de ser mencionado, o Cordel afirma que a residência invadida é de um inimigo de Silvino. Mesmo assim, o cangaceiro ao ver o dinheiro do seu inimigo, não pega, ao contrário deixa sobre o montante seu punhal como assinatura de sua presença no local.

Essa explicação é significativa, pois valores sociais aparecem nesses trechos. A honestidade do cangaceiro, a consciência de apropriar-se apenas do necessário para aquela situação. Poderia sugerir que o cangaceiro não teria feito nenhum mal ao seu inimigo por estar ferido, contudo, a manifestação clara dos valores que são significativos para esse sujeito é a assinatura que este deixa no local, o punhal sobre o dinheiro.

Tempos depois, afirma o cordel, o seu inimigo encontra o cangaceiro já recuperado e também sem atacá-lo pergunta se era dele a autoria. Silvino assume a responsabilidade e reafirma que “**Não fui lá por ser ladrão / Só fui porque carecia / A necessidade impoz-me / Ou eu roubava ou morria / Se eu não achasse isso lá / Não botava mais um dia.**” O quadro de valores observado nessa narrativa é muito significativo, revela-nos que as formas de ação de cangaceiros como Antonio Silvino não eram condizentes com a ferocidade sem limites descrita dos periódicos. Por mais que as narrativas dos jornais incriminassem as ações dos cangaceiros, valores, símbolos e significados diferentes das atitudes dos cangaceiros podem ser encontradas nos registros de Cordel. É sobre esse imaginário e o simbolismo existente no Cordel, que as ações dos cangaceiros assumem significações diferentes das que se estabeleceu como verdades absolutas sobre esse movimento.

As leituras mítica, justiceira e heroica que esteve no primeiro plano das interpretações do Cangaço pela Literatura de Cordel afastaram muitos pesquisadores de verem nesse documento suas potencialidades para pensar o movimento. A própria constituição do Cordel, como categoria poética, exigia análises mais profundas e que buscassem, mesmo nos aspectos imaginativos, capturas de realidade. Conforme explicitarei:

Por esse motivo, as narrativas [de cordel] se tornaram tão especiais para nossa reflexão. Para evidenciar os valores sertanejos, as estratégias que garantem a vitória dos mais fracos, o imaginário [...] lançou luz nessas experiências no campo prático da vida desses sujeitos. A subjetividade e a imaginação, ao criarem realidades possíveis, demonstram os desejos e as angústias sentidas por esses sujeitos. Por fim, percebemos que as pesquisas em história, que abordem sentimentos, experiências, vivências, práticas cotidianas e estratégias de sobrevivência, contribuem para os estudos das sociedades e dos sujeitos. Atinar o olhar e o fazer histórico para esses elementos subterrâneos, com certeza, exige um esforço maior. Entretanto, essa prática lança luz sobre elementos sociais vivos, os quais demandam, insistentemente, por apuradas pesquisas. (Sarmiento, 2023, p. 79).

Ao ser entendida como muito difícil de ser levada em consideração justamente pelo fato de potencializar as ações dos cangaceiros aproximando-os de um estereótipo de um *bandido herói*, as análises historiográficas foram paulatinamente evitando o enfrentamento dessa fonte, mesmo contendo várias capturas de realidade. O próprio Eric Hobsbawm (2010) em seu estudo sobre bandidos sociais ao se apropriar da Literatura de Cordel a transforma em documento lúdico e exemplificador:

Entre os cangaceiros do Nordeste do Brasil havia aqueles que, como o famoso Antônio Silvino (1875-1944, ativo como líder em 1896-1914), são lembrados, principalmente por suas boas ações, e outros, como Rio Preto, que se tornaram conhecidos pela crueldade. Contudo, num sentido amplo, a "imagem" do cangaceiro combina os dois tipos. *Ilustremos este ponto seguindo a narrativa de um dos poetas populares que cantou os feitos do cangaceiro de maior renome*, Virgulino Ferreira da Silva (1898?-1938), conhecido em toda parte como "O Capitão" ou "Lampião". (Hobsbawm, 2010, p. 86)

Contrária à perspectiva de utilização da Literatura de Cordel como documento lúdico ou ilustrador, acredito que analisar o banditismo social brasileiro, por meio do fenômeno do Cangaço, a partir das leituras da Literatura de Cordel, faz emergir um significado totalmente diferente para essa categoria. Ao pensar os cangaceiros, a partir da ótica de um movimento social de contestação à política e ao Estado brasileiro, o Cangaço ganha outros significados.

Ainda para compreender o Cangaço, considero importante engendrar duas explicações acerca do abandono governamental do Nordeste em fins do século XIX e início do século XX para associarmos a lógica da dominação que se instaurou no Sertão. Para tanto recorro a *Invenção do Nordeste e o Coronelismo*. Recuperando a interpretação de Albuquerque Júnior (2011) sobre o orquestramento de uma valorização da região centro-sul, especificamente o

estado de São Paulo, e criar um outro desvalorizado e o oposto ao desenvolvido estado paulista, ratificando a interpretação que aparece no *Jornal do Recife* com frequência. Essa explicação, contudo, responsabiliza o Cangaço pela piora das condições de vida dos sertanejos (revezando sempre com o fenômeno climático das secas), mas invisibiliza o Governo, desresponsabilizando-o. José Murilo de Carvalho (1996) discute que é importante questionarmos a lógica da dominação, até porque a contestação dessa lógica opera as interpretações dos comportamentos dos agentes dominadores e dos dominados. Esse recorte epistemológico contribui para legitimar aquilo explicitado no conceito sobre o Cangaço.

O movimento do Cangaço, ao se apropriar da conduta que o Governo, deveria tomar frente aos problemas sociais do Sertão questiona a lógica da dominação. Essa afirmação é feita para responder às perguntas que orbitam sobre a violência dos atos dos cangaceiros. Lógico que existia violência e negá-la seria um erro. O que penso, assim como pensado por Carvalho (1996), é que na lógica do uso da violência e das ações equiparadas as do Estado, os cangaceiros questionaram o fundamento da dominação do poderosos, pois eles – os cangaceiros – se fizeram poderosos. Nas palavras de Carvalho:

O importante em todo o debate não é discutir se existiu ou se existe dominação. Ninguém nega isto. O problema é detectar a natureza da dominação. Faz enorme diferença se ela procede de um movimento centrado na dinâmica do conflito de classes gerado na sociedade de mercado que surgiu da transformação do feudalismo na moderna sociedade industrial, via contratualismo, representação de interesses, partidos políticos, liberalismo político; ou se ela se funda na expansão lenta do poder do Estado que aos poucos penetra na sociedade e engloba as classes via patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, populismo, corporativismo. (Carvalho, 1996, p.7)

O diálogo com a Literatura de Cordel possibilita a compreensão dessas afirmações sobre a lógica da dominação e da desorganização dos jogos de poder realizada pelos cangaceiros, a partir da apropriação dos recursos de dominação e opressão do Estado. Acima disso, permite uma compreensão do movimento do Cangaço para além da criminalidade. Nessa ordem de pensamento penso que se olharmos o Cangaço exclusivamente sob a ótica da criminalidade, a historiografia continuará reproduzindo a desresponsabilização do Estado e dos grupos políticos que disputavam o poder como os principais agentes causadores de instabilidade social no Sertão. Vejamos o próximo cordel:

Leitores, eu vou contar-vos  
A minha biographia:  
Contar-vos que eu outr'ora  
Não fui quem sou hoje em dia:  
Fui um homem mui pacato,

E sou uma féra bravia!...

Da minha vida de crimes  
Nada vos occultarei,  
Tudo quanto tenho feito,  
Vos juro que contarei;  
Quero que o mundo saiba  
Quem fui, quem sou, quem serei.

No anno mil oitocentos  
E setenta e cinco eu nasci  
No districto de Afogados  
De Ingazeira-onde cresci  
Junto aos meus progenitores  
Com quem criei-me e vivi.

Pedro Baptista d'Almeida  
E Balbina de Moraes,  
(Casados pela egreja)  
São os meus legitimos paes  
Ambos 'stas mortos, por isto  
Commetti crimes sem iguaes!

Como ninguem ignora,  
Na minha patria natal  
Ser cangaceiro é a coisa  
Mais commum e natural.  
Por isto herdei de meu pae  
Esse costume brutal...

Até os vinte anno  
Vivi calmo e socegado,  
Desfructando a mocidade  
Como um sertanejo honrado,  
Porém nesta idade o crime  
Quiz me fazer desgraçado.

No anno de mil oitocentos  
E noventa e seis (lebrado  
Inda estou ) em Janeiro  
Meu pae foi assassinado,  
Por José Ramos da Silva  
E um subdelegado

**O José Ramos foi preso  
E p'ra casa de Detenção  
Da capital do estado  
Desceu escoltado, então  
Ficou o subdelegado  
Sem a menor punição.**

**Apenas foi demittido  
O tal subdelegado,  
Que é filho de José Ramos;  
E foi então nomeado  
P'ra o cargo, Francisco Braz  
Um valentão afamado.**

**Vendo eu que a justiça  
Procedia d'esta sorte,**

**Resolvi então ir mesmo  
Vingar de meu pae a morte;  
Fez se toda a sociedade  
Minha inimiga forte !...**

**Então me vi obrigado  
A cingir a cartuchera.**  
E no mesme anno em Junho  
Eu fiz a morte primeira:

[...]

Foi somente pra vingar-me  
Que fiz a primeira morte  
A polícia perseguiu-me  
Eu abracei a má sorte!...  
Hoje em dia me conhecem  
Pelo bravo heroe do norte!

**Depois que fiz essas mortes  
O novo sudelegado  
Francisco Braz de Carvalho  
Fez-se então meu intrigado:  
Perseguiu-me e protegeu**

**Seu collega exonerado.** (CHAGAS BATISTA, Francisco. *Desastre de Aquibadan – A história de Antonio Silvino (novos crimes) / A formosa Guiomar*. Recife 1898, p. 7-10)

Pondero que os diferentes momentos do Cangaço tiveram ações diferentes. Em reafirmação frente às possibilidades de interpretação dadas pelo Cordel, a caracterização de Antonio Silvino, que aparece com muita frequência nos cordéis e que ganhou leituras importantes, pois suas atuações foram inspiração para inúmeras narrativas da poesia popular, pode nos permitir chaves de leitura importantes na compreensão do Cangaço enquanto esta forma de justiça paralela àquela perpetrada pelo Estado Brasileiro.

Acreditar que as narrativas de Cordel não conseguem trazer interpretações da realidade social do Sertão pelo fato de determinadas categorias sociais apontarem que seu objetivo seria o entretenimento ou fazer gracejo das situações cotidianas silencia, assim como explica Eni Orlandi (2007), discursos potenciais e desautoriza categorias sociais de expressarem suas verdades de mundo conforme afirma Michel Foucault (1999). No verso ao qual o poeta faz referência ao assassinato do pai do Antonio Silvino é muito significativo observar que é descrito que o delegado e subdelegado da cidade de Afogados de Ingazeira são pai e filho e que o subdelegado (filho), mesmo sendo comparsa do crime, não sofreu nenhum tipo de sanção, sendo apenas demitido do cargo. Aqui é preciso atinar que a “punição” do crime de homicídio foi penalizada com uma demissão. O desequilíbrio de penalidades despertava em quem não fazia parte dos grupos que detinham poder, não somente a sensação de impunidade, mas também a revolta de saber que existiam categorias que desfrutariam de privilégios e teriam seus crimes

omitidos. Essa explicação é corroborada como o silenciamento por meio do exercício do poder. Silenciar como um signo, pode ser manifestado por meio de uma ação que incapacidade de reação do sujeito. Como explicita Orlandi:

O silêncio significa de múltiplas maneiras [...]. Além disso, há silêncios múltiplos: o silêncio das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, **o da revolta, o da resistência**, o da disciplina, **o do exercício do poder, o da derrota da vontade** etc. (Orlandi, 2007, p. 42)

O Cordel continua a narrativa afirmando que, o filho do delegado que assassinou o pai de Antonio Silvino foi nomeado como delegado e um *valentão* foi nomeado como subdelegado. No Cordel fica evidente que a revolta toma conta de Antonio Silvino e este faz uma leitura de sociedade interessante: *“Vendo eu que a justiça / Procedia d'esta sorte, / Resolvi então ir mesmo / Vingar de meu pae a morte; / Fez se toda a sociedade / Minha inimiga forte !... / Então me vi obrigado / A cingir a cartuchera.”*. A leitura social que o poeta fez acerca do momento da vida de Antonio Silvino em que ele decide entrar para o Cangaço, por saber que as instituições não acolheram sua demanda, humilharam as necessidades dessa família, pois não resolveram o caso, apenas silenciaram os envolvidos seja por meio da morte ou da instauração do medo. Isso demonstra que o povo conseguia compreender esses aspectos sociais. Não foi o Cangaço que precedeu Silvino, mas sim, a inércia do Estado frente sua demanda social. Rui Facó (1965) ratifica essa interpretação ao afirmar:

Como poderia haver justiça, simples recursos jurídicos, sem falar em justiça social, para explorados e oprimidos em tais condições? O aparelho judiciário estava sob o controle direto dos sobas locais, o juiz lhes era um dependente, muitas vezes do que isso, um lado. Diz Xavier de Oliveira, em 1919: "No sertão não há lei, não há direitos, não há justiça [...] Quanta vez, ali, não é removido de uma para outra comarca, um juiz que proferiu uma sentença contra um político influente, cabo eleitoral ou chefe de bando do presidente ou do governador do Estado?...". E narra episódios de demarcações de terras mandadas fazer por certo magistrado sob uma chefia local, e desfeitas pelo mesmo magistrado quando o município se encontrava sob outro governo. (Facó, 1965, p. 41-42)

Precisa ficar evidenciado que as atitudes do Estado colocam em suspeição suas ações. A quem o povo sertanejo do início do século XX poderia recorrer em casos como o da família de Silvino? Quais instituições levariam a cabo a resolução desse tipo de problemática? A narrativa poética aponta que somente as armas poderiam ser capazes de resolver. Claro está que, essa resolução não finalizaria o problema, uma vez que sujeitos se tornariam cangaceiros, mas pelos modos de vida sertanejos, a vingança eram umas das poucas artimanhas que as categorias populares ainda dispunham contra os poderosos ou as instituições corrompidas.

Aquilo que foi amplamente explorado sobre os modos de vida dos sertanejos, sobretudo pelos jornais, que faziam uma grande divulgação dos modos de vida modernos e *civilizados* das capitais litorâneas e da capital da República, também apareciam nos cordéis, inclusive como ponto de crítica. Conforme aponta Albuquerque Júnior (2011) a ideia propagandeada de um Sul desenvolvido era explorada e serviu como chamariz somado às características de comparação. O resultado descredibilizava as formas de viver sertaneja. Vejamos a narrativa a seguir:

**Quem é rico nada sofre  
só o pobre é quem se aperta  
p'ra todo lado que vai  
luta muito e nada acerta**  
agarra os mulambos e queima  
no Pau de Arara deserta.

Em direção ao sul  
vive o povo em reboição  
sem encontrar proteção  
a procura de serviço  
leva o tempo de entra e sai  
como abelhas de cortiço.

[...]

Todos pobres do nordeste  
só falam em Rio e S. Paulo  
Paraná e Mato Grosso  
p'ra ele é um regalo  
se ajunta, 30 ou 40  
e arribam comendo um galo.

Os vantajosos que veem  
de S. Paulo e Paraná  
chegam aqui iludindo  
disendo que a coisa lá  
é para ajuntar de rôdo  
vai enricar tudo já.

**Disem êles que a fartura  
e o dinheiro lá é mato  
fulano já está rico  
sicrano pegou o pato  
é u'a mina sem dono  
tudo lá custa barato.**

E os nortistas que vivem  
num cipoal de taquara  
na ganancia de enricar  
formam logo um Pau de Arara  
dão adeus ao norte velho  
e para o sul metem a cara.

[...]

Mas quando chega em S. Paulo  
acha a coisa mascarada

correm para o Paraná  
também não arruma nada  
aí o couro vadeia  
no lombo dessa negrada.

**E assim caros leitores  
vive o nortista em tormento  
vai ao sul e volta ao norte  
Sem encontrar aposento  
nem ganha lá nem aqui  
fica nas azas do vento.**

[...]

**Portanto caros nortistas  
o bom é nosso lugar  
eu mesmo prefiro  
ele e um conselho vou dar  
é melhor sentir com pena  
que sem remédio chorar.**

(ARÊDA, Francisco Sales, *Pobresa em reboição e os paus de arara do Norte*, p. 2-3;7-9) [Grifos nossos]

O Cordel desenvolve a narrativa descrevendo as migrações de nordestinos para a região centro-sul do Brasil. Embora o movimento migratório seja importante, não é o objeto de estudo desta tese, portanto não é sobre esse aspecto que deterei a interpretação desse Cordel. Priorizo analisar as formas de viver, sentir e pensar dos sertanejos influenciados pelo discurso de prosperidade da região centro-sul. A situação inversamente proporcional entre um Sul desenvolvido e um Norte (leia-se Nordeste) precário ou arcaico é desenvolvida durante toda a narrativa do Cordel. Quando se apresenta um quadro em que, a região Nordeste é descrita como palco de falta de emprego e de miséria, tal discurso é confirmado quando no cordel se afirma que pessoas retornavam para o Sertão informavam que existia muita fartura, dinheiro e que o custo de vida no Sul era mais barato, essas informações despertavam uma vontade no sertanejo de migrar para buscar possibilidades diferentes de vida daquelas que eles estavam vivendo no Sertão Nordeste.

Nas primeiras linhas do Cordel se explica qual é a situação vivenciada pelos sertanejos que desejavam a migração: é feita uma diferenciação pelo autor do Cordel quando este afirma que quem é rico nada sofre, somente o pobre que se aperta, tenta de várias maneiras prosperar, luta muito, mas, absolutamente nada consegue. Essa explicação se contrapõe ao discurso dos jornais, o qual apontava uma outra direção. Conforme vários periódicos analisados nessa pesquisa, o Nordeste estava vivendo um período de prosperidade relacionada às políticas públicas efetivadas nos sertões desde a Proclamação da República do Brasil. Assim, a comparação entre os discursos das duas fontes, demonstra um contrassenso: de um lado o

discurso que legitima os feitos do Estado expondo a imagem de um Nordeste próspero eram encontrados nos jornais; do outro a Literatura de Cordel aponta que o sertanejo passava por tamanhas dificuldades em sobreviver no Sertão que este sujeito veria na migração uma oportunidade de mudança de vida.

É nesse contexto que as afirmações de Eni Orlandi (2007) nos auxiliam na compreensão do silenciamento do discurso. Os jornais apresentariam a perspectiva de um Nordeste em progresso correspondendo aos anseios de uma nação Republicana que também acreditava estar em progresso. Porém as políticas públicas, assim como as ações do Estado refletiam uma herança cultural da política do Brasil Imperial e Colonial, na qual, as categorias populares sofriam com os descasos e o abandono pelos detentores do poder e se viam obrigadas, a se atrelar à proteção e aos desmandos das parentelas ligadas ao poder local.

A Literatura de Cordel, ao ser delegada somente como discurso desprovido de camadas de consciência social tem sua potencialidade reduzida e as capturas de realidade silenciadas. É preciso ver o político no Cordel:

Para torná-lo visível, é preciso observá-lo indiretamente por métodos (discursivos) históricos, críticos, desconstrutivistas. É preciso aqui lembrar que pensamos a relação indireta entre o produto e sua "origem", sua "causa". Sem considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos, é impossível compreender o silêncio. (Orlandi, 2007, p. 45)

Continuando as análises de Cordel sobre o Cangaço, tratamos agora de analisar um Cordel de Gonçalo Ferreira da Silva cuja interpretação aborda facetas complexas sobre estruturas políticas e sociais.

**Política, religião,  
cangaço, - estavam formadas  
três correntes que histórias  
dubiamente contadas  
negam que essa trilogia  
caminhasse de mãos dadas.**

[...]

**Vaqueiros de uma fazenda  
protegiam o fazendeiro  
este elegia o prefeito  
que amasse o cangaceiro  
e este pedia ajuda  
ao Santo do Juazeiro.**

**Além das secas que trazem  
tanto clamor e flagelo**

**foi por causa deste tipo  
de tão duradouro elo  
que volantes e cangaço  
travavam tanto duelo.**

Se no limiar do século  
houve o crucial problema  
do cangaço que empresta  
tão imorredouro tema  
vamos falar de Corisco  
ponto central do poema.

[...]  
Antes de ser cangaceiro  
Corisco foi, no sertão  
ambulante vendedor  
de couro de criação  
vendia couro de bode  
de tejo e camalião.

Foi padeiro, no entanto  
um padeiro vendedor  
não foi como muitos pensam  
simples panificador  
conheceu na própria carne  
da fome o seu dissabor.

[...]  
Corisco sofreu o mais  
cruel martírio, indefeso  
quando Herculano Borges  
mandou conduzi-lo preso  
todo tipo de torturas  
sofreu Corisco, e desprezo.

Estando no norte em  
vigência a lei do mais forte  
quem dessa forma humilhasse  
o valente homem do norte  
com sua mão assinava  
sua sentença de morte.

[...]  
No rude nordeste o homem  
possuía tal dureza  
que estando sem saída  
não suplicava defesa  
pra não mostrar ao carrasco  
nenhum sinal de fraqueza.  
(FERREIRA DA SILVA, Gonçalves. Corisco: sucessor de Lampião, 1940, p. 4-6; 8-9)  
[Grifos nossos]

A primeira estrofe do Cordel apresenta uma leitura complexa acerca das estruturas que organizavam a sociedade sertaneja. Aqui é importante apontar que a liberdade da qual a Literatura de Cordel gozava para poder discutir determinadas questões repousa naquilo que

outrora foi dito: essa narrativa não poderia ser levada a sério, pois ela não trazia *a verdade dos fatos*.

O poeta ao estabelecer o elo entre *política, religião e Cangaço* avisa ao leitor que as pessoas, ao negarem a existência de ligações profundas entre essas três categorias fazem uma leitura superficial da sociedade sertaneja. Logo, na segunda estrofe, a estrutura do coronelismo e da política das oligarquias rurais, que foram marcadamente presentes no primeiro momento republicano brasileiro são descritas em seis versos. Nestes é possível identificar que as categorias menos abastadas como a dos vaqueiros, precisavam manter vinculação de proteção com os fazendeiros, para a sua subsistência ser garantida. Os fazendeiros, por sua vez, sabiam do seu poder local e conseguiam eleger prefeitos. Apesar de a narrativa apropriar-se desse cargo é possível compreender que não se trata somente de prefeitos, se trata de toda uma lógica eleitoral, cujo voto de cabresto se tornou símbolo de arranjos políticos e eleitorais durante pelo menos as primeiras três décadas de República.

O prefeito por sua vez via-se obrigado a manter relações com o cangaceiro. Acrescento a interpretação que essas relações são de convivência e conivência política. Aqui ressalto a importância desse sujeito — o cangaceiro — dentro da sociedade sertaneja. O poeta é categórico em sua afirmação: não haveria política sem a análise sistemática desses três elos.

Por fim, na terceira estrofe são associadas às categorias já destacadas, o fenômeno climático da seca. Aponta o autor que a conjunção desses fatores tornou longa e duradoura a relação entre religião, política, cangaço e o fenômeno da seca. Dessa maneira, analisar a organização da política Sertaneja passa necessariamente por pensar tais elos estabelecidos entre essas categorias. As três estrofes conseguem conferir dimensão dessa complexa relação que se torna importante na medida em que a pesquisa, utilizando os Cordéis, conseguiu constatar que associar as ações dos cangaceiros à dimensão política, religiosa e ao fenômeno da seca traduziu outros significados às ações do movimento do Cangaço. Dessa maneira não é possível pensar que esses sujeitos agiam somente como criminosos comuns.

Assim, dissociar o cangaceiro do criminoso comum é perceber o uso da violência como um símbolo. A violência que foi naturalizada como uma ferramenta cujos detentores do poder eram os únicos que poderiam utilizá-la em seu favor, com o advento do Cangaço, o uso da violência é ressignificado. Agora, seu controle não está somente nas mãos de quem oprime. O uso da violência por parte dos cangaceiros, como forma de efetivar uma justiça paralela, se torna ainda mais confrontador à ordem estabelecida. Pois como se não bastasse, os cangaceiros — que na sua maioria eram oriundos das categorias populares — apropriaram-se dos dispositivos de controle, que ao longo do tempo foram de exclusiva posse dos dominadores,

o Cangaço representaria a justiça levada a cabo, cujo aparelhamento do Estado e as corrupções nas diversas esferas do poder, não alcançavam o sertanejo. O Cangaço desenvolveu uma sagacidade astuta e igualmente afrontosa.

### 3.1 – Onde se via crime, a Literatura de Cordel viu política

A Literatura de Cordel possibilita uma leitura que amarra dois vieses que foram separados pelas escritas historiográficas: o coletivo e o individual. A historiografia como a de Bernardo Pericás (2010), Gustavo Barroso (1930) e Frederico Pernambucano de Melo (2011) sobrepujaram a interpretação do individual sobre o coletivo. Ao tentar olhar para dentro do movimento do Cangaço, separando os cangaceiros da coletividade maior, que é o povo sertanejo, esses autores fundamentaram suas teses corroborando com a visão de esvaziamento de sentidos de coletividade. Quando a historiografia se preocupou exclusivamente com as ações individuais dos cangaceiros, perdendo de vista o sentido macro-histórico, as versões de criminosos individualistas ganharam maior destaque.

Sobre essa questão trago um fragmento de Bernardo Pericás (2010) que confirma o que anteriormente foi dito: ao se desprezar determinadas interpretações, as maneiras de viver, sentir e pensar do sertanejo se tornam algo menor. Essa convicção dentro da historiografia traz como consequência um esvaziamento de sentido para a categoria sertaneja que possuía interpretações de mundo e de vida diferentes daquelas vividas no litoral e nas capitais.

Alguém poderá dizer que as brigas entre famílias se davam por questões de terra. Em realidade, os motivos eram vários, incluindo certamente disputas por propriedades, mas podendo ser detonadas **também por motivos aparentemente fúteis, como um suposto desrespeito verbal ou físico a algum parente, ou o furto de uma cabra ou bode. As questões de honra muitas vezes sobrepassavam as questões fundiárias em algumas instâncias.** São muitos e variados os exemplos de entreveros entre homens da mesma posição social, que acabavam não "roubando" ou "anexando" as terras do rival. Em diversas ocasiões, depois de consumada a vingança (ou seja, o assassinato do inimigo), o executor voltava à sua rotina de antes ou se mudava da localidade e recomeçava a vida em outra profissão, sem nenhuma glória, nem ganho econômico. De qualquer forma, num ambiente em que pouco se poderia esperar da Justiça, que em geral era falha, lenta e tendenciosa, **é compreensível que os homens resolvessem decidir suas querelas de armas na mão.** (Pericás, 2010, p. 37) [Grifos nossos]

Nesse excerto fica evidente que ao dar mais importância aos aspectos fundiários e baseado na normativa e na lei, o autor equipara as questões de honra à motivos de futilidade. O equívoco do autor em não conseguir perceber que, as formas de comportamento sertanejas

possuíam particularidades acaba por reafirmar na historiografia sobre o Cangaço, a visão de que as motivações que levavam os sertanejos a buscarem reparação de justiça eram frivolidades. Além acrescentar que as ações de vingança poderiam ser interpretadas como excessos, a meaculpa que o autor tenta fazer é dizer que pelo fato de a justiça ser falha é *compreensível que o sertanejo resolvesse suas questões de armas na mão*. Tal afirmação relega à insignificância todas as necessidades, dificuldades, violências, tristezas e descasos que o povo sertanejo sofria em fins do século XIX e início do século XX e que não foram frutos das ações de cangaceiros.

Mas é totalmente coerente a afirmação desse autor, já que em seu livro os documentos analisados são basicamente documentos oficiais do Estado, alguns periódicos e poucos depoimentos (e dentre eles, os descendentes de oficiais que estavam na caça aos cangaceiros). O lugar desse discurso é *a memória de quem venceu*. Por isso que encontraremos em muitos estudos sobre a historiografia do Cangaço análises frágeis sobre a figura do sertanejo, associando-o ao arcaísmo, a um sujeito que nega o processo de modernização inevitável e que resolve suas contendas de maneira embrutecida por falta de instrução.

Outra perspectiva para justificar os modos de violência e *embrutecimento* da sociedade sertaneja foi defendida por Frederico Pernambucano de Melo (2011). Na perspectiva o autor, o período de colonização violento unido ao abandono sistemático da região sertaneja culminou em um uso de violência mais acentuado como única maneira de sobreviver aos desmandos da região e como herança cultural:

A excessiva tolerância para com o desforço violento de caráter pessoal ou familiar encontra suas raízes nos primeiros tempos da colonização sertaneja, quando seu emprego se fazia necessário à difícil sobrevivência em face dos ataques de índios e animais bravios. Com o controle posterior desses fatores adversos, ela vai sendo liberada da canalização primitiva que se continha na relação colonizador-índigena ou colonizador-animal selvagem, para situar-se já agora numa relação em que o colonizador antagoniza o próprio colonizador. [...] Uma vez canalizada para a violência, a energia humana permanece gerando violência ainda por muito tempo, mesmo quando os inimigos naturais que foram responsáveis pelo seu surgimento já não existam. Quando isto ocorre, o que se dá é uma reorientação do sentido dessa violência em busca de rumo diverso e não o seu amortecimento súbito. Quanto mais demorada tenha sido a fase cruenta de um processo de colonização, tanto mais duradoura se mostrará, via de regra, a permanência dos hábitos violentos, numa fase em que racionalmente já não mais se justificam. (Pernambucano De Melo, 2011, p. 63-64)

É de se questionar a relação de causa e efeito que o autor traz em sua constatação. Além de colocar a violenta colonização portuguesa na condição de que *era a única coisa possível a se fazer frente ao índio bravo*, a comprovação de que com o passar do tempo no lugar de violência diminuir – já que não havia mais índios para aprisionar – ela permaneceu como prática social. A explicação dada pelo autor não dá conta da dimensão social. A violência permaneceu

pelo fato de a condução política e social não terem desenvolvido condutas específicas para os viventes da região. Conforme já dito em outro momento dessa pesquisa, a implementação de leis que não davam conta da realidade sertaneja, que eram pensadas pelos padrões de vida e costumes que se desenvolveram no litoral e nas capitais do centro-sul, ao serem levados para o Sertão entravam em choque com a cultura regional que, na maioria das vezes dava mais importância à palavra de honra que no papel passado, reconhecido em cartório.

Ao que parece, os autores quando defendem que os sujeitos que viviam no Sertão desenvolviam uma natureza violenta, estão reforçando os estereótipos que prosperaram no Sertão ao associá-lo ao arcaico. Por isso era assim resolvidas as contendas, de forma violenta, e no litoral ou nas capitais, a ideia de *civilização* afastava esses sujeitos da selvageria da violência. Conforme Gustavo Barroso aponta:

A energia barbara do homem do sertão nordestino, precisando manifestar-se **por injunção da própria força e não achando como, naquelle meio atrasado e pobre, vae naturalmente perder-se no crime**. Eis ahi a primeira causa do banditismo que continuamente assóla aquellas paragens. (Barroso, 1930, p. 11) [Grifos nossos]

Não concordo com a naturalização da violência. Naturalizar a violência é o mesmo que responsabilizar os viventes do Sertão pela sua condição de precariedade e abandono social.

Sendo o banditismo o resultado de uma energia barbara e sem direcção, não póde ser vencido por outra energia barbara e tambem sem direcção. **As policias lançadas contra os cangaceiros são geralmente peores do que elles e taes violencias praticam que o sertanejo pacifico contra ellas se revolta e prefere acoutar os criminosos que a desafiam**. (Barroso, 1930, p. 14) [Grifos nossos]

Apesar de discordar da naturalização da violência e com a perspectiva que só é possível combater violência gerando mais violência, o final do excerto é elucidativo para a tese: As polícias que caçavam cangaceiros não tinham limites para suas ações, assim como aponta a fonte, o sertanejo via nas ações da polícia maior ferocidade a ponto de preferir estar do lado dos cangaceiros. O que precisa ser dito é que as ações da polícia eram as ações do Governo. Por isso que não é possível dissociar o surgimento e estabelecimento do Cangaço como uma forma de resistência às ações políticas. Não se trata de bandos independentes sem um mínimo de leitura de sociedade. Ao contrário, é consequência das ações de violência, perseguição, imposição de poder dos mandatários do Sertão.

Observo que as perspectivas dos autores convergem em sentido e significado: quando se trata de pensar em modelos civilizatórios para o Sertão. Gustavo Barroso apresenta sua constatação da seguinte forma:

**É necessario e urgente dar trabalho organizado ás populações do interior nordestino, dar-lhes onde, como e em que empregar suas energias.** Para isso, sanêe-se o sertão, captem-se as aguas fugidias e irriguem-se as terras ferazes que a sêcca torna inuteis. **O problema é, antes de tudo, talvez, de natureza econômica. Dêm-se-lhes comunicações, transportes, instrução e justiça.** Somente um conjuncto de medidas dessa ordem acabará de vez com os cangaceiros, productos de uma causalidade complexa que unicamente uma serie complexa de providencias poderá extinguir (Idem, 1930, p. 15) [Grifos nossos]

A confirmação do preconceito, a responsabilização do sertanejo pela sua condição de vida miserável e a desresponsabilização do Estado aparecem nesse parágrafo. A economia precarizada, a concentração de renda e a inacessibilidade fundiária ao sertanejo devem ser consideradas culpa desses sujeitos ou da política de privilegiamento de oligarquias rurais? Penso que oferecer como solução de problemas sociais para os sertanejos pobres mais trabalho, revela a continuidade da interpretação de que os sertanejos estavam *reclamando de barriga cheia*. Acreditar que o que faltava para os sertanejos era mais trabalho é continuar negando possibilidades de emancipação desses sujeitos obrigando-os a permanentemente estarem atrelados à estrutura opressora consolidada no Sertão. Investir na interpretação de que os cangaceiros ingressavam nessa vida por falta de instrução, emprego e transporte é depreciar a capacidade de leitura de mundo e de si, que esses sujeitos conseguiam fazer. Acrescenta-se ao exposto, o desmerecimento das necessidades reais dos sertanejos.

Conforme tenho defendido, o fator político como estrutura fundamental para se pensar o movimento do Cangaço, o aparelhamento do Estado na resolução de contendas sociais aparece como uma condição marcante para o ingresso no Cangaço. O mesmo autor consegue reconhecer essa condição e a dimensão que a falta de justiça gerava e os problemas sociais que surgiam da ineficácia governamental:

A boa distribuição da justiça é uma das principaes dellas. **Em oitenta por cento dos casos, o bandido começou sua criminoso carreira por vindicta. E esta só prolifera onde o homem sabe que não conta com a acção do policial e do magistrado.** (Idem, ibidem) [Grifos nossos]

Admitir que a falta da justiça é um fator preponderante para o ingresso no Cangaço é ratificar uma outra forma de pensar o fenômeno ainda pouco verificada na historiografia. Ao reconhecer que as ofensas cometidas contra as pessoas simples do Sertão, só conseguiriam ter uma forma de justiça realizada quando a vítima retrucava o autor causando-lhe um agravo no mesmo porte, não demonstra um comportamento arcaico do sertanejo, ao contrário, demonstra que este conseguia fazer uma leitura de realidade social. A leitura que o sertanejo fazia atestava

que, somente por meios próprios sua realidade poderia ser transformada, pois, a justiça do Estado considerava sua desforra como algo menor.

A perspectiva de ressocialização dos cangaceiros é um indício que colabora com essa constatação. Leonardo Mota (1976) aponta que existia interesse em Lampião, sobretudo na segunda metade da década de 1930, em abandonar o Cangaço e voltar a trabalhar como agricultor. A vontade de ressocialização existia dentro do Cangaço. Entretanto, a maneira como o Estado resolvia problemas sociais, como o do Cangaço por exemplo, acabava conflitando com a perspectiva de uma sonhada ressocialização. Em um cordel já analisado nesse capítulo isso aparece explicitamente, embora o cangaceiro em questão seja Antonio Silvino:

As vezes dormindo sonho  
**Que me vejo em liberdade**  
**Alli penso em entregar-me**  
**Porem imagino que é tarde**  
 Pau em quem nunca apanhou  
 Acha o couro fino, arde.

No caso específico do Cangaço, o Estado, aliado aos interesses de particulares, não agia como a letra da lei exigia e sim, garantia a vingança dos seus conchavos. Dito em outras palavras, não bastava prender, julgar e condenar os cangaceiros, era necessário matá-los. E matá-los de maneira exemplar. Tal como se viu na hecatombe de Angicos em 1938, com a morte de Lampião, Maria Bonita e o grupo que se encontrava com eles.

Nesse sentido não é possível defender, tal como fez Frederico Pernambucano de Mello (2011) e Bernardo Pericás (2010), entre outros, que as ações cangaceiras eram meramente frutos de uma idiosincrasia de caráter totalmente individualista, com vistas exclusivas ao enriquecimento individual. Também não é possível defender que as ações dos cangaceiros visavam uma revolução sertaneja, de substituição governamental por um governo cangaceiro. O que a pesquisa mostra, por meio da análise de Cordéis, é que o Cangaço foi uma forma de resistência que teve que se ressignificar com o passar do tempo. Para garantir sua sobrevivência precisou estabelecer alianças que em uma análise superficial, davam contornos ambíguos às suas ações. Contudo, os cangaceiros se viam antagônicos tanto das forças do Estado como dos detentores do poder. Isso justifica por que na Literatura de Cordel estes sujeitos serem descritos de forma diferente.

Dentro dos sentidos de coletividade que a Literatura de Cordel aponta, no Cangaço, a necessidade de demonstrar para o povo que era possível se contrapor aos grupos detentores do poder se concretizou na utilização de táticas para desorganização desse domínio.

Pedagogicamente, o movimento do Cangaço ao estabelecer jogos e relações com os poderosos conseguiu superar a visão de que eram grupos a serem simplesmente combatidos, os poderosos precisavam enxergar no desenvolvimento do Cangaço a sua aproximação com as categorias populares e suas possibilidades de alianças. A capacidade de articulação de sujeitos, que durante muito tempo eram vistos apenas como embrutecidos, radicais, fugitivos, conseguiu fazer com que o Cangaço se perpetuasse por décadas no Sertão, além de apresentar para o sertanejo simples uma oportunidade: a oportunidade de contestação. A Literatura de Cordel permite perceber uma representação do Cangaço ímpar, na qual, o retorno pedagógico às interpretações das ações do Cangaço se constitui como possibilidade de diferenciar as ações e estratégias dos cangaceiros nos processos de enfrentamento do poder do Estado.

Algumas narrativas sobre o modo como os próprios cangaceiros se viam corroboraram com a definição acima construída. De acordo com o autor Nertan Macedo (1964) o cangaceiro Jararaca em Mossoró, depois de ter sido preso, ao ser indagado pelo coronel Saboia se era um *ladrão* respondeu-lhe da seguinte forma:

Não sou ladrão, não, senhor, coronel. Me chame de assassino, mas não me chame de ladrão. **Eu não furto, coronel, eu tomo pelas armas!** E quando encontro um mais forte, veja o que acontece: estou preso. (Macedo, 1964 p. 58) [Grifos nossos]

A declaração do cangaceiro Jararaca, que inclusive dá nome a esse trabalho, apresenta as perspectivas silenciadas sobre os discursos que definiram o movimento Cangaceiro como exclusivamente criminosos. Os códigos de valores e honras que eram defendidos no Sertão possuem uma configuração de importância diferente. Matar no Sertão possui um significado que equiparado ao roubo, de acordo com o cangaceiro, tinha um valor menor. Os Cordéis explicam essa condição ao olhar atentamente para a estrutura de vida dos sertanejos pobres. Reunir algum tipo de patrimônio era lamurioso demais, significava para as categorias sertanejas um esforço que superava a questão do mundo do trabalho. Como já foi explorado, anteriormente, o sertanejo pobre precisava se submeter aos chefes de parentelas nos interiores para poder garantir sua subsistência e a da sua família. Reunir patrimônio (que muitas vezes era uma criação, um terreno pequeno, uma pequena casa, uma rês, um bode, um jumento, uma saca de farinha ou de feijão) implicava no suor e muitas vezes em sangue que o sertanejo era obrigado – inclusive pelas relações de compadrio – a derramar de inimigos que não eram seus. Bulir no que não era seu, ou seja, roubar, era considerado mais grave que matar, no Sertão.

Assim, observo que a fala do cangaceiro Jararaca possui uma leitura de si e de valores sertanejos, dos quais ele era tributário. Contendo leituras de sociedade muito mais complexas e

ressignificações de valores sociais, a declaração do cangaceiro possibilita a compreensão que legislações importadas da capital para o Sertão, não conseguiam dar conta da atravessada maneira de viver dos sertanejos. E as leituras que se apropriaram exclusivamente da letra da lei para entender os povos do Sertão geraram uma leitura esvaziada dos comportamentos dos viventes dos interiores do Nordeste.

Ler o Cangaço afastado da sua correspondência com a sociedade sertaneja o coloca como uma forma de criminalidade comum, todavia, na medida em que são analisadas as narrativas da Literatura de Cordel é possível perceber que o cangaceirismo nordestino era um movimento que possuía ressonância social.

Analiso outra declaração de um cangaceiro sobre sua leitura de mundo e das vivências que os sertanejos tinham da sua realidade:

O governo é bandido, porque mata a gente de fome. No sertão, mata-se à faca, ou com bacamarte, mas não se mata de fome. Isso é perversidade. Aqui, os presos passam dias sem comer e, quando soltos, são obrigados a furtar. Cadeia é a escola do crime. (Idem, *ibidem*)

A fala acima descrita é do cangaceiro Antonio Silvino depois de já ter sido preso. A realidade vivenciada pelo cangaceiro, que obteve perdão presidencial de Getúlio Vargas e conseguiu se ressocializar, enuncia leituras de mundo. Ao afirmar que o *governo é bandido porque mata as pessoas de fome* remete a uma experiência que não é só da prisão. Ele afirma posteriormente que matar as pessoas de fome é uma perversidade. E demonstra que o código de valores que se vivencia no sertão é diferente daqueles da capital, pois no Sertão se mata com armas, mas não se mata o sujeito comum de fome, pois isso significaria uma perversidade inominável. Dito de outra maneira, existem valores de perversidade nas maneiras pelas quais, o Estado tratava o seu povo no contexto descrito pelo cangaceiro.

Voltando ainda a tratar da moral sertaneja, valores e práticas sociais que perderam sentido e significado para os intérpretes do Cangaço precisam ser recuperados. A tese, na busca de compreender as razões que faziam parte dos discursos tão diferentes entre os jornais e a Literatura de Cordel incorpora o entendimento de que esse movimento não pode ser distanciado do quadro de valores e éticas que compõem a vida dos sertanejos. Pois esses valores aparecem na Literatura de Cordel e são valorizados. Já nos jornais, conforme vimos, eles são considerados arcaicos e símbolos do atraso social.

Na moral da sociedade sertaneja um acto pautado por essa regra é perfeitamente logico. O jornalista da cidade vê tudo com outros olhos. Para elle, o cangaceiro é um

facinora, um bandido tôrpe. Assim o faz a mentalidade do littoral. Para o sertanejo, não. Elle vive e pensa como ha dois seculos atraz. No seu modo de vêr, é um heróe, em primeiro logar pela sua valentia, pelo numero de mortes praticadas e pelos combates em que se cobrio de gloria; em segundo logar, é um perseguido merecedor de sympathia, um revoltado contra os governos, dos quaes o matuto é figadal inimigo, porque, na sua miseria, no seu abandono, na sua ignorancia, só chegam ao alcance de sua compreensão as duas faces antipathicas dos poderes publicos: a policia e o imposto. (Barroso, 1930, p. 92)

São as fontes que conseguem dar dimensão do que acima foi descrito. Vários Cordéis apresentam histórias de entrada no Cangaço por vindita, mas apresentando leituras complexas sobre a ineficiência do Estado na resolução dos conflitos. A vindita era uma maneira comum no Sertão de obter o mínimo de dignidade nas resoluções de contendas, era forma de reparação de uma ofensa em que o ofendido retruca ao seu ofensor com uma ação que lhe traga igual dano. Os Cordéis que se seguirão são de autoria de Gonçalo Ferreira da Silva e contribuem sobre aquilo que a argumentação tem apresentado, o Cangaço interpretado pelo Cordel possui sentidos de resistência as arbitrariedades do Estado.

**Quem conhece do nordeste  
os dados oficiais  
contados por escritores  
em volumes colossais,  
depois de lidos, relidos  
não acha os dramas vividos  
pelos nossos ancestrais.**

Principalmente em razão  
das longas secas seguidas  
que ceifam a fauna e deixam  
as florestas ressequidas  
e os camponeses tristonhos;  
destruidoras de sonhos,  
dizimadoras de vidas.

Escravo da gravidade  
tinha o homem nordestino  
que ter do governo ajuda,  
que ter socorro divino,  
não tinha a quem apelar,  
nem asas para voar  
em busca de outro destino.

Foram as frentes de trabalho  
a primeira providência  
pelo governo adotadas  
como plano de emergência,  
mas quando estas chegavam  
os homens já se encontravam  
sem nenhuma resistência.

**Porém era a salvação  
para o crucial momento,  
com trabalho garantido,  
com precário mantimento  
o trabalhador sabia  
que teria ao fim do dia  
o necessário alimento.**

**Inescrupulosamente  
às vezes o encarregado  
querendo roubar metade  
do grande estoque enviado  
parava o atendimento  
dizendo que o mantimento  
já se achava esgotado.**

**Era em tais ocasiões  
que a massa enfurecida  
derrubava as frágeis portas  
e era a casa invadida  
em fulminante resposta  
pela multidão disposta  
a não voltar sem comida.**

**Em razão do que chamamos  
injustiças sociais,  
as grandes calamidades  
e outros fatores mais  
de tempo em pequeno espaço  
apareceu o cangaço  
com bandoleiros locais.**

Entre os homens de comando  
destaque a Lucas da Feira,  
o potiguar Jesuino Brilhante,  
Sinhô Pereira e com o mesmo destino  
também Antonio Silvino e  
Virgulino Ferreira

Ainda teve Corisco  
cujo nome era Cristino,  
como Lampião também  
se chamava Virgulino  
Manoel Batista Morais  
que por princípios leais  
tornou-se Antonio Silvino  
(FERREIRA DA SILVA, Gonçalo. *Jararaca o cangaceiro militar*. S.d., pp. 2-4)  
[grifos nossos]

A narrativa apresentada pelo Cordel endossa os argumentos levantados, especialmente aqueles que tratam da relação existente entre o Cangaço e as injustiças sociais. Conforme apontado na fonte o período de secas no Sertão trazia consequências catastróficas para os *camponeses*. Esse ponto é demasiado importante para diferenciar uma questão que às vezes não fica explícita na historiografia do tema: quem sofre com as intempéries de clima são os trabalhadores do campo que vivem da agricultura. Os latifundiários, perdiam criações e

lavouras, mas conseguiam créditos em bancos ou iam embora para as cidades (VILA, 2001). Já os camponeses, que não possuíam patrimônio nenhum, amargavam o período das secas no Sertão, na esperança de auxílio governamental. A indústria da seca, termos cunhado por Antonio Calado (1960) serviu para aquilo que o cordel aponta: a transformação de um fator climático em um mito, cujo objetivo era transferir a culpa da miserabilidade social do sertanejo nordestino para a seca e desresponsabilizar o governo pela falta de investimentos e pelo sistemático abandono da região nordestina brasileira.

A corrupção é tratada de forma explícita no Cordel quando este afirma que os mantimentos e as ajudas que chegavam ao sertão eram sorrateiramente subtraídos por encarregados. E essa condição, somada às péssimas condições e a fome, geravam revolta nas populações camponesas que assistiam, conforme afirmou Antonio Silvino na cadeia, *ver o governo matar o povo de fome*.

O ponto crucial do Cordel é a ligação que o poeta popular faz das injustiças que o trabalhador sertanejo sofria com o surgimento do Cangaço. Aparece de forma explícita que o movimento cangaceiro surgia na medida em que as injustiças sociais se asseveravam nos sertões. Confirmando o que a pesquisa tem demonstrado: primeiro, que os cangaceiros se mantinham vinculados às categorias sertanejas empobrecidas que sofriam injustiças sociais; segundo o Cangaço aparece com mais ênfase nos momentos em que se estabelece crises de pauperismo social; terceiro, os sertanejos percebiam mais compatibilidade com o Cangaço que com os agentes públicos. Percebamos que a revolta descrita no Cordel é manifestada quando um agente do governo age de má fé com o povo. E, de acordo com o folheto é nesse momento que os sujeitos do Cangaço aparecem atrelados à comunidade e não aos agentes do governo. O que isso nos fornece enquanto categoria analítica é pensar que o sertanejo descrito pelo poeta popular consegue fazer uma leitura estrutural do seu contexto e compreende no cangaceiro, um personagem diferente daqueles que lhe massacram.

A interpretação contida nesse Cordel é corroborada com a afirmação de Adalberto Perdigão (2022) quando pensamos que a Literatura de Cordel consegue explorar esses campos de significado porque ela constrói significados para categorias sociais que foram invisibilizadas por outros meios discursivos. Concordo, portanto com o autor, ao explicar os motivos de existirem significados distintos, muitas vezes encontrados nas narrativas de Cordel:

É finalmente, sobretudo no caso do folheto da literatura de cordel, um tipo de literatura que se constrói intersubjetivamente com o povo, sendo objeto, luz e reflexo, causa e efeito, antecedente e consequência da expectativa de um contingente de leitores que, necessariamente, não se satisfazem por completo com outro tipo de literatura. Ela é

representante e representada, é significante e significado, é o sujeito, o verbo e o predicado de territórios como tal, imaginados - que ganham existência e se fazem resistência, por meio de uma literatura que lhe é própria e apropriada. (Perdigão, 2022, p. 113)

No Cordel a seguir temos outra contribuição da entrada de sujeitos no Cangaço estar atrelada à vindita.

**O cangaço no Nordeste  
exerceu um forte domínio  
por mais de um longo século  
até chegar o declínio  
com a morte de Cristino  
mas legou ao nordestino  
imorredouro fascínio.**

[...]

Premiamos neste opúsculo  
Asa Branca, o cangaceiro  
pela viva inteligência  
fiel ao chefe e ordeiro,  
que além do que sabia  
respeitava a hierarquia  
do regime bandoleiro.

Era ele escravizado  
pelo mais fraterno laço,  
falava com eloquência,  
lia com desembaraço;  
vem daí a coerência:  
Asa Branca A Inteligência  
a Serviço do Cangaço.

Tinha o nome de batismo  
Antônio Luiz Tavares,  
amava a hierarquia,  
era amigo dos seus pares  
e também por ser sabido  
declamando era aplaudido  
nos mais diversos lugares.

Nasceu ele em Cajazeiras,  
Cidade paraibana  
em mil novecentos  
e oito, altura mediana,  
tipo autentico nordestino  
tinha o refinado tino  
do homem que não se engana.

**Asa Branca quando tinha  
só dois anos de idade  
teve o pai assassinado  
e a curiosidade  
de luminoso menino  
o fez saber o destino  
do pai e todo o passado.**

Tanto fez tanto insistiu  
a curiosa criança,  
com grande obstinação,  
com tanta perseverança  
que a mãe cordial e franca  
abriu para Asa Branca  
as Janelas da vingança.

**Tinha treze anos quando  
Inteirou-se do ocorrido,  
ao ver em frente ao oitão  
o criminoso temido,  
depois de um salto felino  
disse Asa Branca: Assassino  
considere-se perdido.**

Como nos antigos filmes  
do Oeste americano  
o homem riu com desprezo  
cometendo grave engano,  
tendo naquele momento  
total desconhecimento  
da força do odio humano.

**Subestimando a presença  
algo insignificante  
do jovem de treze anos  
o assassino arrogante  
deu asas demais à sorte  
e antecipou sua morte  
por um precioso Instante.**

**Asa Branca percebendo  
distração do marginal,  
com um pau tão precioso  
quanto providencial  
desferiu golpe certo  
no crânio do bandoleiro  
que calu no matagal.**

**Quando o criminoso sente  
que a morte se consuma  
antes de morrer segundos  
ainda profere uma  
frase: Você me matou  
com a sorte que me faltou  
e sem necessidade alguma.**

**Você matou meu pai  
sem piedade e sem dó,  
eu estou vingando um homem  
hoje reduzido a pó...  
Vendo que o homem morreu  
Asa Branca percebeu  
que estava falando só.**

Depois daquele episódio  
uma primeira saída  
para o valente Asa Branca

era tentar acolhida  
no andarilho cangaço  
ou buscar segundo espaço  
na polícia combalida.

Quando a notícia, entretanto,  
ganhou maior dimensão  
foi Asa Branca acolhido  
no grupo de Lampião;  
não, porém, sem passar antes  
por testes muito importantes  
para uma avaliação.

(FERREIRA, Gonçalves. Asa Branca: a inteligência a serviço do Cangaço., pp. 2-5)  
[grifos nossos]

As narrativas de Cordel trazem recorrentemente a vingança e a vindita como motes para suas histórias. O cangaceiro Asa Branca ingressa nas fileiras do Cangaço após descobrir que seu pai foi assassinado. Percebe-se, pela narrativa do Cordel, que se quer ele busca aparato na justiça oficial para tentar esclarecer com caso. A descrença do sertanejo das instituições oficiais era latente.

Outro ponto interessante desse Cordel é a descrição dos valores. Quando são descritas as características do cangaceiro, uma delas ressalta que se trata de um homem que não se pode enganar. Aqui vemos o reforço de valores que são apreciados no Sertão. Pela cultura sertaneja, mesmo sendo um sujeito sem posses e sem instrução, sua honra e seus valores se tornam extremamente preciosos. A cultura sertaneja ao valorizar tais características e comportamentos, acabava sendo considerada arcaica frente aos costumes das capitais e do litoral cujo valor pessoal estava atrelado a posses.

### **3.2 – Banditismo Social na perspectiva do Cangaço**

A interpretação da vasta documentação e a análise das diferentes vozes dos discursos possibilita a compreensão da ação do Cangaço por outra lógica diferente daquelas mais recorrentes, sobretudo a que afirma que os cangaceiros, ao criarem alianças com coronéis, afastavam-se da ligação com as categorias populares. Não é que os cangaceiros ao ganharem fama e notoriedade com suas ações viam na sua aproximação com os coronéis uma possibilidade de se perpetuarem no Sertão. A lógica é inversa. Existia um interesse real dos grupos de poderosos investirem na relação com os cangaceiros.

A Literatura de Cordel demonstra que os cangaceiros, mesmo sendo considerados criminosos à luz da letra da lei, mantiveram sua vinculação com as categorias populares. E os

poderosos coronéis e as oligarquias detentoras de poder enxergavam vantagens em terem por perto esses homens, em vez de simplesmente caçá-los. Pois eles representariam uma ligação maior com o povo. E, uma vez que, os detentores do poder eram odiados pelo sertanejo, contar com a aliança dos cangaceiros deixou de ter o significado de somente não ter seus bens roubados ou terras invadidas, ganhou o sentido político. Tanto que os grupos detentores do poder compreenderam, paulatinamente, que precisavam ter um representante que intermediasse, mesmo de maneira sutil, relações com as categorias populares.

Nesse sentido acredito ser possível agregar mais uma camada de sentido ao conceito de banditismo social na perspectiva do Cangaço. Tal conceito elaborado por Eric Hobsbawm (2010) conceitua os bandidos sociais como sujeitos queridos e ajudados pelo povo, que são considerados heróis, mas criminalizados pelo Estado. O banditismo social cangaceiro tem uma característica peculiar: existia um interesse significativo de alguns detentores do poder local e regional (ou seja, as forças do Estado) com os cangaceiros para estes se manterem próximos do povo. Essa estratégia garantiu sua perpetuação por longos anos no Sertão. Contudo, é preciso ratificar que, nesse contexto, existe uma inversão na lógica interpretativa: os detentores do poder tinham interesses em manter essa vinculação, pois o povo dava legitimidade aos cangaceiros e não às forças do Estado. Ou seja, os cangaceiros sempre mantiveram ligação com o social, e foi justamente essa ligação, com as categorias populares, que obrigava as oligarquias rurais manterem relações com os Cangaceiros.

O que ocorre é que ao longo do tempo, a historiografia ao apropriar-se fundamentalmente das documentações como jornais, telegramas, documentos cartoriais, autos policiais entre outros, constatou erroneamente que a aproximação entre cangaceiros e coronéis seria um declínio dos cangaceiros ao poder dos coronéis e uma artimanha de serem acobertados pelos grupos políticos. Entretanto, e conforme a interpretação dos Cordéis demonstrou, o afastamento do sertanejo das forças policiais e a deslegitimação do Governo obrigou os detentores do poder a se aproximarem politicamente dos cangaceiros estabelecendo relações com eles para, minimamente, conseguirem ganhar alguma estima pelo povo.

Nesse sentido, é preciso agregar, ao banditismo social na perspectiva do Cangaço, a camada de sentido que afirma que os coronéis e os grupo poderosos ligados ao poder buscavam alianças com os cangaceiros para além de sua proteção particular ou dos seus patrimônios. O estabelecimento das relações, entre grupos de poder com os cangaceiros era uma estratégia política dos coronéis para estreitamento de laços com os camponeses, sertanejos e as categorias populares.

Um dos casos mais emblemáticos e que nos auxilia nessa compreensão foi o convite feito, pelo padre Cícero à Lampião e seu bando para visitar Juazeiro do Ceará no ano de 1926. Mas essa visita tinha sido uma solicitação feita pelo Governo Federal ao padre, com o intuito de que padre Cícero chamasse Lampião e seu bando para lutar no Sertão contra a Coluna Prestes. José Ferreira Júnior (2021) destaca que o Governo Federal sabia do grande alcance político do Padre no Juazeiro e da total reverência e respeito que Lampião tinha pelo sacerdote.

Sob a promessa que Lampião receberia uma patente de capitão das forças federais, Lampião foi até o município de Juazeiro e não houve nenhum tipo de conflito armado, embora existissem forças policiais no local, absolutamente nada ocorreu com o cangaceiro e seu bando. Ao contrário, a presença do cangaceiro foi alvo de muitos jornalistas que queriam descrever a ilustre visita e de diversos populares que desejavam conhecê-lo. Contudo, não houve, por parte do governo, o cumprimento da honraria e Lampião foi embora. Entretanto, saiu do município com mais armamento, munição e dinheiro. O cangaceiro e seu bando, não agia nas redondezas próximas da localidade governada pelo padre (a pedido do sacerdote) e realizou o sonho de conhecer o padre do qual era devoto.

Essa história é muito conhecida nos interiores nordestinos, mas sua interpretação acaba ficando, geralmente, no âmbito superficial. O que ganha destaque desse acontecimento é a ideia de dois grandes nomes sertanejos da época terem se encontrado e o governo do estado do Ceará não ter prendido o principal bando de cangaceiros que estava fazendo turismo no município. Outros pontos que merecem destaque são os meios de comunicação fazerem a cobertura do evento e as categorias populares terem ainda mais convicção de que se tratava de homens de valor, tendo em vista que absolutamente nada fizeram com a cidade ou com seus moradores.

No entanto, a análise sobre a qual debruço busca pensar ainda outro tópico: o político. Primeiramente é preciso destacar que o Governo Federal deixa evidente sua relação real com o mandonismo local a ponto de pedir para o Padre Cícero que era um líder religioso (posteriormente se torna um líder político) intermediar situações complexas. Segundo ponto a ser explorado: as marcas da ineficiência do Governo Federal na contenção de problemas, como é o caso da Coluna Prestes. A constatação dessa ineficiência é demonstrada pela solicitação de intermediação do sacerdote junto ao bando de cangaceiros para tentar que estes conseguissem impedir o espraiamento das ações das forças tenentistas pelo Sertão.

Os jogos de interesses que se estabeleceram entre grupos detentores do poder com o Cangaceiro demonstram que o interesse superava questões particulares ou, proteção de patrimônio

ou mesmo segurança individual. O governo, grupos poderosos e forças policiais compreenderam que, era muito mais vantajoso para eles tentarem agregar o Cangaço ao poder, pois os cangaceiros detinham uma característica que os grupos acima mencionados não tinham: legitimidade frente ao povo sertanejo. E a presença do cangaceiro e seu bando no Juazeiro ratifica essa interpretação.

A historiografia recorrente do tema contou essa história a partir da perspectiva de mão única, como se somente os cangaceiros fossem buscar relações com os coronéis. No intuito de se perpetuarem no poder, por meio do estabelecimento de relações intrínsecas com coronéis, a historiografia tradicional do tema afirmou que os cangaceiros, com o tempo, até teriam esquecido as vinganças que outrora motivaram a entrada de vários deles no Cangaço. Tal constatação leva o movimento cangaceiro a um vazio de significados, relegando suas ações, e inexistência real para suas formas de ser conforme defende Pernambucano de Melo

A análise dos principais fatos do cangaceirismo não revela a existência de um sentido finalista na atividade dos grupos em geral final. Jamais foi possível surpreender orientações de caráter político ou ideológico, refletindo se tais ausências em flagrante reforço a ideia de que o cangaceiro vivia o presente, preocupando-se tão somente com sua existência imediata. (Pernambucano De Melo, 2010, p. 119-120)

Contrária a essa afirmação, a Literatura de Cordel corrobora com as afirmações de que as ações dos cangaceiros continham interesses políticos e de tentativas de equiparação de justiça social. Tal convicção é atestada pela memória do povo sertanejo, que se vê tanto representado por essa narrativa, quanto pela legitimação dada aos cangaceiros. A convicção é vista também na deslegitimação e falta de crença do povo pela justiça oficial e os atos do governo. Acrescento que interpretações como as defendidas por Pernambucano de Melo (2011) induzem à falsa convicção de que o movimento do cangaço só sobreviveu por largos anos pela benevolência e pelos interesses dos poderosos.

Sobre a história de Lampião e Padre Cícero, o Cordel lança luz ao que tratamos:

**No limiar deste século  
houve o recrudescimento  
do cangaço no nordeste  
com o aparecimento  
de Lampião, entre todos  
talvez o mais violento.**

Quando dizemos talvez  
temos medo de engano

porque o homem do campo,  
o pesquisador insano  
mostraram de Lampião  
seu lado bom e humano.

Só por Lampião ter sido  
muito voluntarioso,  
por ter tido, já adulto  
a fama de corajoso  
não eram razões concretas  
para se tornar criminoso.

Para presente edição  
foram relacionadas  
obras por meticulosa  
peneira crítica passadas  
e delas só as verdades  
foram selecionadas.

Defeitos nas várias obras  
que pesquisamos não pomos  
porque somos imperfeitos  
e principalmente fomos  
com as faltas inerentes  
ao ser humano que somos.

Liderando muitas vezes  
mais de cem homens armados  
ao chefe servis, ordeiros,  
por volantes odiados,  
por fazendeiros temidos  
por humildes respeitados.

**Também protegidos por  
sacerdotes importantes  
evitando o choque com  
famigeradas volantes  
provocando um clima nunca  
experimentado antes.**

**Envolvendo do nordeste  
os mais renomados vultos,  
homens de conduta dúbia  
e supostamente cultos,  
ora acoitando bandidos,  
às vezes trocando insultos.**

**Mas na vida criminosa  
de Virgulino não há  
registro de uma só luta  
travada no Ceará  
pois seu protetor nasceu,  
viveu e faleceu lá.**

**É comprovado e notório  
que o grande capitão  
guardava muito respeito  
ao padre Cicero Romão  
tido no nordeste como  
padrinho de Lampião.**

**Igreja, seca e cangaço  
geram inquietação  
provocando em nossa alma  
uma estranha sensação  
desconhecida pra quem  
nunca viveu no sertão.**

(FERREIRA DA SILVA, Gonçalo. Lampião o capitão do Cangaço) [grifos nossos]

O Cordel apresenta a forte relação que existia entre Lampião e padre Cícero comprovando que o cangaceiro jamais invadiu o município do Juazeiro por grande respeito que tinha pelo sacerdote. As relações entre fé como comportamento do Cangaço correspondiam as estruturas sociais da época. O povo sertanejo via nisso mais outro motivo de aproximação com os valores do Cangaço.

É muito importante perceber como a Literatura de Cordel consegue transparecer sua capacidade de realizar leituras sobre o político. Ao afirmar que existem homens de comportamento dúbio e supostamente cultos, a narrativa se refere aos grupos que estão no poder. O Cordel continua dizendo que esses homens alternam, intencionalmente, suas ações para aproximarem-se dos cangaceiros em um momento e em outro rejeitá-los. Essa é uma marca importante para comprovar o que anteriormente foi descrito sobre a inversão da lógica das relações entre governo e líderes com os cangaceiros. Existiam aspectos políticos como catalisadores de atos por parte do governo de manter estrategicamente cangaceiros do seu lado. O objetivo era manter proximidade com o povo.

Por mais que a historiografia sobre o tema tenha se apropriado da ideia de que o Cangaço não pode ser visto como um movimento que possuía causas populares em seu bojo, essas interpretações não dão conta de uma totalidade complexa. Essas interpretações conseguiram demonstrar que os cangaceiros estabeleceram relações com o Estado e representantes das oligarquias. Mas essas análises sobrepujaram a interpretação dos discursos oficiais, dos meios de comunicação, dos representantes das forças policiais, das *volantes* e dos documentos do Estado.

A genealogia das causas do Cangaço demonstra que os cangaceiros estiveram, na sua maioria, ligados a algum tipo de contenda que envolveu morte, desforra ou desonra. Logo, grande parte das motivações para a entrada do Cangaço esteve relacionada a alguma demanda social. Essa demanda social não foi solucionada pelos meios institucionais e oficiais. Ainda que em uma primeira análise pareça que são demandas individuais, a ressonância é no coletivo. Pois

diversas contendas que não resolvidas no Sertão assolavam as vidas dos sertanejos mais simples. E é nessa dinâmica que se origina a revolta dessa categoria.

A dinâmica retroalimentada pela não solução das demandas sociais, o descaso do Estado e a corrupção das instituições pelos detentores do poder não conseguiu ser silenciada na Literatura de Cordel que tem como objeto o Cangaço. Portanto, não considerar que existe uma relação intrínseca da inação do Estado para com os sujeitos que entraram no Cangaço, fragiliza a sua interpretação. Tampouco deve-se desconsiderar as zonas de interesse unilateral do Estado no estabelecimento das relações para com os cangaceiros que supõe uma leitura ingênua dos jogos de poder no Sertão Nordeste.

A associação dos interesses políticos do governo no estabelecimento de relações com o Cangaço, agregou novas camadas de sentido e significado ao conceito de Banditismo Social. A saga de compreender que não partiu exclusivamente dos cangaceiros o interesse em manter relações com Estado e com os grupos que estavam no poder, evidenciam interpretações que superam a ótica de retirar do Cangaço sua ligação com a sociedade sertaneja.

Aniquilar narrativas das camadas mais vulneráveis da sociedade, que vivem à margem, foi e continua sendo um dos principais propósitos dos mais poderosos, relegar essas pessoas a uma condição social inferior, criando barreiras, muitas vezes intransponíveis, infelizmente não está no passado. Essas ações continuam a permear o mundo em que vivemos, mesmo que com outras nuances.

Muito embora a historiografia que trata do tema permaneça insistindo em uma abordagem cuja folclorização do Cangaço seja resistente, a perspectiva nessa pesquisa foi outra. A insistência em conseguir compreender que a abordagem, por meio da poesia popular, possibilitaria outras interpretações sobre o Cangaço, sempre foi o objetivo precípua dessa tese.

## Conclusão

A Literatura de Cordel desempenha um papel importante no que tange à preservação e disseminação de narrativas sobre o Cangaço. Esses folhetos populares capturaram as histórias do Cangaço e dos cangaceiros, não apenas vangloriando seus feitos, mas fazendo críticas severas às injustiças que os levaram a adotar uma vida *debaixo do cangaço*.

Articular os conceitos de Literatura de Cordel, silenciamento, Sertão, Cangaço e Banditismo Social revela um panorama complexo e multifacetado da realidade Nordestina do início do século XX. A Literatura de Cordel emerge como uma forma significativa de expressão popular que, ao mesmo tempo em que narra as histórias dos cangaceiros, denuncia as injustiças sociais vividas pelos sertanejos. Essa literatura não apenas entretém, ela é também resistência e conscientização, no caso da pesquisa em tela por nos permitir perceber as tensões e os conflitos do Sertão Nordestino, muitas vezes silenciados.

As narrativas dos folhetos de Cordel ao retratarem o cenário político do Sertão Nordestino cujas leis e ações do Estado eram falhas, precárias, ineficientes corrompidas, possibilitaram outras leituras sobre o período em que o movimento do Cangaço se estabeleceu em solo brasileiro. No Cordel, a imagem do cangaceiro, distante de ser considerada exclusivamente uma representação de criminalidade, ganhou nos versos as identidades de sujeitos que contestavam os lugares sociais aos quais foram alocados historicamente. Nesse sentido, a Literatura de Cordel se coloca como uma possibilidade de fazer despontar outras possibilidades de interpretações sobre o Cangaço. Sobre a possibilidade de o Cordel fazer via à tona narrativas com outros regimes de verdade acredito que:

Trata-se, então, de crônica popular porque expressa a cosmovisão das massas de origem nordestina e as raízes do Nordeste na linguagem do povo. É história popular porque relata os eventos que fizeram a história a partir de uma perspectiva popular. Seus poetas são do povo e o representam nos seus versos. Nesse sentido, o cordel pode ser considerado o documento popular mais completo do Nordeste brasileiro. (Grillo, 2015, p. 23)

A narrativa popular do Cordel registrou os acontecimentos de determinados lugares e transformou esses registros em memória. A documentação que ela faz marca formas de interpretação de mundo que foram negligenciadas. O silenciamento das narrativas de Cordel está vinculado diretamente à construção de uma maneira de compreender o movimento do Cangaço. Ao ser desconsiderada por tanto tempo como um registro significativo das representações sociais na historiografia sobre o Cangaço, os estudos acabaram por alicerçar suas matrizes em

fontes distantes dos saberes populares. Esses saberes, conforme Grillo (2015) defende e sou tributária do pensamento, são possuidores de vivências e experiências que questionam narrativas tradicionais sobre os eventos do Sertão. Por isso, nesta tese, entendo o Cangaço sob a ótica da Literatura de Cordel como um movimento de resistência e de contestação às formas de organização política e social do Sertão na virada do século XIX e no início do século XX.

Ainda sobre a defesa da narrativa de Cordel como uma possibilidade de desvencilhar conceitos estabelecidos e verdades incontestáveis, essa narrativa se torna elementar para chegar a outras interpretações, carregando em seu bojo, significados e símbolos especiais para a cultura popular. A valorização das narrativas populares nos exige desconstrução das formas tradicionais de interpretar a História. Sobre essa perspectiva Grillo salienta:

[...] embora possamos ter um modo de vida racionalizado e refinado, não podemos esquecer que muitas práticas culturais populares pontilham nosso cotidiano. Uma atitude de descaso para com as coisas populares, muitas vezes, está associada a raciocinar o fazer das classes populares a um fazer desprovido de saber. (idem, p. 24)

O engendramento que estabeleci na tese sobre como alcançar, pelas narrativas populares, outras verdades sobre o Cangaço se ancora na proposta de enxergar nas categorias populares, saberes, memórias e experiências de viver que possuíam interpretações singulares sobre esse movimento. A lacuna historiográfica sobre os motivos que levam o Cordel a descrever o Cangaço, na maioria das vezes como um movimento de resistência e parte da historiografia sobre o tema o criminalizar, deve ser respondida com a sistemática e laboriosa análise dos Cordéis como uma vertente que possui significados ímpares e saberes do povo. A valorização dos discursos oficiais e das narrativas do Estado por parte de correntes historiográficas sobre o Cangaço resultou em um positivo confronto epistêmico: A necessidade de buscar em outros saberes e outras fontes significados diferentes. A reescrita da historiografia do Cangaço, trazendo para a centralidade interpretativa a narrativa popular e a crítica política permitiram a desconstrução da consolidada análise sobre o Cangaço e a superação do discurso dual de *herói ou bandido*. Nesse sentido concordo com Grillo (2015):

Em um certo sentido, o cangaço é recorrente na literatura de cordel, não porque representa uma face heroica, dentre muitos outros temas, mas porque ele é central para se compreender como se processam os mecanismos de poder no sertão, as críticas construídas ao coronelismo e, ao mesmo tempo, a violência simbólica que colocam em circulação, ao assimilarem e reproduzirem dessa forma muitos dos valores da cultura dominante. Assim o cangaço não entra como tema circunstancial, mas central de nossa análise. Trata-se da face pública dos mecanismos do poder simbólico em ação. (idem, p. 268)

O Sertão Nordestino retratado ao longo da história como uma região marcada por desigualdades e pelo abandono, por meio das narrativas da Literatura de Cordel, ganhou novas camadas de sentido e de possibilidades. No Cordel ele surge também como um lugar que supera condições geográficas e interpretações que se resumem a um lugar seco e inóspito. E é a partir das interpretações do Cordel que nesse trabalho utilizamos a concepção do Sertão como *beira mundo*.

Pensar o Sertão *beira mundo* contribuiu para a tese no sentido de reconhecer este lugar para além dos seus sentidos geográficos, mas também como um lugar de afetividade. A contribuição para ver a *beira do mundo* com capacidades inventivas e um chão que possibilita criatividade. O Sertão *beira mundo* se torna um expoente interpretativo para essa tese, pois contraria o significado de negação do Sertão. Não interpretamos o Sertão nessa tese como um lugar de falta, inóspito, de fome ou de seca. Enxergo o Sertão como *beira mundo* porque nessas beiras a criatividade e a inventividade operam no sentido de desconstruir sentidos e significados impostos. É na *beira do mundo* que outras formas de viver, sentir e pensar florescem e reescrevem sentidos para a história.

É importante afirmar que pensar o Sertão *beira mundo* não deve ser interpretado como um *não lugar*, ou como o *último lugar*. O *beira mundo* aqui é interpretado como um espaço afetivo que ganha originalidade pelo fato de maneiras de se viver singulares se desenvolverem. Pelo fato de que na *beira do mundo* a lógica tradicional se reconfigura, sendo capaz de movimentar estruturas há muito alicerçadas e fazer surgir movimentos que superam a binária lógica do certo e errado; bom e mau. O Sertão *beira mundo* não é o lugar esquecido no tempo e na história. É o lugar que para além do esquecimento ao longo do tempo continuou sua história. Uma história forte, potente e desafiadora.

Concordo com Starling (2008) quando penso nos desafios e nas potências criativas advindas de lugares em que a História parece não chegar, ou chega de forma enviesada. É preciso pensar o Sertão como *meio e não como fim*:

Nesse Brasil encharcado de ficção, onde o sertão é a única esperança de modernidade política para a República, brota uma continuidade temática e uma perspectiva original de interpretação do Brasil que organiza, no interior de uma mesma tradição [...] (STARLING, 2008)

É nessa *beira do mundo* que o Cangaço surge no Sertão como uma forma de respostas às opressões sofridas. Visto sob a lente da Literatura de Cordel, deixa de ser considerado

somente como um movimento criminoso e se torna um fenômeno social que se relaciona profundamente com as lutas de resistência das classes populares. O movimento de ressignificação do Cangaço se tornou acessível pela leitura do campo simbólico das ações do Cangaço.

De acordo com Pierre Bourdieu (1989), quando nas disputas de poder os dominados se encontram isolados e desarticulados, a única alternativa que lhes resta é a resignação. Mesmo que essa resignação seja revoltada, ainda assim, a desarticulação do coletivo enfraquece as forças individuais. Uma vez que a luta se torna coletiva, a apropriação simbólica permite a reconquista da identidade apagada e a negação da dominação.

Observando a partir dessa perspectiva, a situação dos sertanejos da virada do século XIX para o século XX possibilita-nos compreender que as forças dominadoras do Sertão, estabeleceram a subjugação desses sujeitos desqualificando seus saberes e suas formas de vida, como estratégia de admoestá-los, engessá-los, extingui-los, nulificá-los. O movimento do Cangaço, na medida em que consegue se apropriar dos meios simbólicos dos dominadores, inverte a lógica da opressão e se torna articulado o suficiente para fazer frente ao *modus operandi* de dominação das forças políticas do Sertão. A ação articulada dos cangaceiros negava a perpetuação das formas de dominação que, durante muito tempo, foram vistas como dado posto.

Assim o simbolismo que o Cangaço vai adquirir também será objeto de uma duplicidade de sentido: para aqueles que foram dominados o movimento representava uma possibilidade reformuladora e de equiparação das injustiças; já para quem estava com o seu poder ameaçado via suas ações como uma afronta a ser dizimada, pois os cangaceiros intimidavam a ordem estabelecida. Bourdieu colabora com a interpretação:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação colectiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer. (Bourdieu, 1989, p. 125)

Mediante essa explicação o Cangaço na qualidade de um movimento de contestação da virada do século XIX e início do século XX foi defendido nessa tese como uma possibilidade concreta de resistência ao coronelismo e as estruturas políticas que eram opressoras.

Compreendo que, ao se apropriar dos mesmos jogos de poder do Estado foi possível para o Cangaço confrontar as forças políticas dominantes e estabelecer-se como uma contestação social e uma forma de justiça paralela. Tais ações se desenvolveram especialmente no contexto de ausência ou negligência do Estado frente às demandas sociais. É preciso ratificar que nessa perspectiva, o Cangaço deixa de ser visto exclusivamente como uma ação criminosa e adquire a representação de um movimento que nasce como uma resposta às ações políticas da época.

Neste contexto, o conceito de Banditismo Social desenvolvido por Eric Hobsbawm (2011) e abordado neste trabalho, ganhou outra camada de sentido, quando analisada sob a perspectiva do Cangaço. Ao dissociar a aproximação unilateral dos cangaceiros com os detentores de poder surge uma explicação importante: os cangaceiros foram o elo que o Estado precisava garantir para ter uma maior proximidade com as categorias populares. O povo, não desenvolvia nenhum apreço ou confiança no governo, justificado pelo próprio histórico de exclusão e marginalização que o Estado mantinha.

Sobre as camadas de sentido do conceito de Banditismo Social, esse sofreu ao longo do tempo várias críticas quando foi associado ao Cangaço. A principal delas foi minimizar, como o próprio Hobsbawm aponta, o caráter de classe ao movimento. Após a análise empreendida nessa tese me ocorre uma explicação que se faz plausível. A historiografia ao constatar que cangaceiros e coronéis estabeleceram relações se mostrou durante muito tempo o campo mais fértil e elucidativo sobre os estudos do cangaceirismo, se não dizer o mais usado como norteador de análises. Embora seja uma constatação significativa ela não pode se tornar absoluta. O que quero dizer é que, não é possível afirmar que a sobrevivência do Cangaço no Sertão Nordeste, por tantas décadas, seja consequência exclusiva da relação estabelecida com os coronéis. Não foram os coronéis que permitiram a presença dos cangaceiros no Sertão. Assim como é preciso desconstruir a ideia de que a relação era de mão única, pois não se pode afirmar que os cangaceiros só viam nas alianças com os potentados possibilidades de perpetuação.

Conforme as análises apresentaram, o Estado tinha muito interesse em manter relações com os cangaceiros. Para além das relações mais imediatas (como evitar saques em fazendas, destruição de propriedades e produção agrícola, danos materiais dos mais diversos tipos), o poder regional via no estabelecimento de aliança com os cangaceiros, o meio para poder alcançar as categorias populares. Porque essas categorias populares viam nas ações dos cangaceiros, uma aproximação real aos símbolos e significados de justiça e reparação das iniquidades por eles sofridas em virtude do aparelhamento do Estado e das instituições.

A ressonância final do interesse do Estado para com os Cangaceiros era o povo. Mas não no sentido de priorizá-lo ou de reaver a confiança das categorias populares para com os poderosos, mas sim, como continuadas propensões de manter o povo sob seus domínios e subjugá-lo. Contudo, o movimento do Cangaço conseguia compreender que tais ações possuíam interesses políticos e de perpetuação de poder. Por esse motivo ainda que a crítica aponte esse fenômeno como uma prova de distanciamento dos cangaceiros das causas populares, quando trazemos para a cena a inversão da lógica do estabelecimento das alianças e vemos que existiam interesses políticos, a explicação sobre esse aspecto ganha outro sentido.

Não há distanciamento dos cangaceiros do povo e essa constatação pode ser observada pela análise dos Cordéis. O povo continua sendo o ponto de confluência das ações de justiça do Cangaço. Conforme explicou Eric Hobsbawm:

Entretanto, qualquer que fosse a natureza do público original desse ou daquele ciclo de baladas, a essência do mito do bandido é a redistribuição social e a justiça para os pobres. E em sua maioria os pobres eram camponeses, como também a grande maioria dos que se tornavam bandidos. (HOBSBAWM, 2011, p. 201)

Quem contribui com essa perspectiva de verificar nas ações do Estado o interesse em manter a sociedade na sua condição subalternizada e sem condições de organizar-se é Antonio Fernando de Araújo Sá (2019). O autor afirma que a tradição de mando garantia para os coronéis a permanência em seus lugares de poder e na contrapartida fragilizava e minorava o povo. Nas palavras do autor:

Desse modo, o exercício da tradição de mando era legitimado pelo aparelho de estado por conta da capacidade de angariar votos por meio de compromissos de fidelidade pessoal em um meio marcado pela precariedade das condições de vida material das classes subalternas. [...]. No interior do estado, "os coronéis, representando os interesses do patronato rural, com tenacidade conservadora, proporcionavam a base fundamental de sustentação das oligarquias e dos partidos". (Sá, 2019, p. 272)

O silenciamento das vozes populares, especialmente nas narrativas oficiais e na mídia da época, contrastava com a vivacidade e a crítica presente nos Cordéis. Ao ressignificar e amplificar as perspectivas das classes oprimidas, a literatura de Cordel não só preserva a memória coletiva do Sertão, mas também desafia as estruturas de poder estabelecida, revelando a importância das vozes sertanejas nas narrativas, às quais foram historicamente silenciadas.

Sobre a perspectiva do silenciamento Eni Orlandi (2007) elucida que todo discurso possui um sujeito e que todo sujeito possui uma ideologia. Esse pensamento merece destaque, visto que ao se debruçar sobre vozes populares silenciadas, necessariamente encontramos jogos de poder de legitimação e deslegitimação. O que existe no campo da deslegitimação do discurso das categorias populares é o interesse em quem está legitimado no poder de mantê-las longe

das esferas de decisão. Esse processo de disputa de poder, ao longo do tempo, cria uma falsa ideia de naturalização das formas de opressão. E é no contexto de naturalizar o silenciamento do discurso das categorias populares sobre o movimento do Cangaço, que busquei compreender como as narrativas de Cordel traziam outras verdades sobre o Cangaço e as razões dessas perspectivas serem minorizadas e não consideradas verdades sobre o cangaceirismo.

Quando se trata do político, e sobretudo do político tal como ele se representa atualmente, a questão da "credibilidade" se impõe, trazendo, em consequência, o problema da relação entre verdade e falsidade na linguagem. [...] Para a análise de discurso, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. [...] Colocando-se nesse contexto disciplinar, a análise de discurso procura desfazer o falso dilema entre forma e conteúdo, criticando tanto o formalismo como o conteudismo. Ela se propõe trabalhar a forma-sujeito, isto é, o sujeito tal como é definido historicamente no imaginário da sociedade, e a forma-do-sentido, considerando que os dois são determinados historicamente em seus processos de constituição e funcionamento. (Orlandi, 2007, pp.96-97)

Compreender a historicidade discursiva do Cangaço somente enquanto crime revelou que o no âmbito político, esse discurso correspondia ao objetivo de manutenção de privilégios e pela disputa de uma memória que colocasse o Estado e seus interesses em lado oposto ao dos cangaceiros.

O desmantelamento das narrativas populares e os significados que o movimento do Cangaço recebeu por elas pode ser interpretado como extratos de resistência. A autora Orlandi explica esse fenômeno a partir da análise do que é dizível nos discursos. A autora defende que o dizível no discurso social revela o sentido daquilo que será apontado como um consenso. Esse discurso é o conformador de posições e opiniões. Na pesquisa aqui empreendida, penso o discurso como conformador de um consenso para o evento do Cangaço em que este é carregado de sentido e significado por quem estabelecia os mecanismos de dominação. Tal constatação responde ao questionamento de observar nas narrativas de Cordel significados diferentes sobre o Cangaço. O dizível está correlacionado aos mecanismos de dominação. O silenciamento também. Nas palavras da autora:

Levando em conta a relação com o dizível, podemos dizer que essa definição de discurso social recorta o modo de existência e de circulação dos sentidos sem, no entanto apreender sua dimensão constitutiva, formadora. Assim, quando consideramos o discurso social como consenso posto em funcionamento em um estado da formação social, podemos ver que ele recobre apenas um dos aspectos dos processos de significação; o discurso social assim concebido é já um efeito do já-dito. A noção de discurso social é, pois, função do horizonte imaginário social já produzido. Ele já se encontra no domínio da formulação e não no da constituição do discurso. Tais observações servem para precisar que o uso que fazemos dessa noção leva em conta essa característica, o que produz, de certo modo, um deslocamento em relação a sua definição original (IDEM, p. 110)

Sertão e Cangaço se tornaram profundamente interligados na história e na cultura Nordestina. Cada um contribuindo para moldar identidades regionais e refletir suas complexas dinâmicas sociais, políticas e econômicas. O Sertão, é mais do que uma simples região geográfica; é um símbolo poderoso da resistência, da luta pela sobrevivência e das adversidades enfrentadas pelo povo nordestino.

Diferentemente da conceituação elaborada e amplamente divulgada sobre o Sertão (principalmente nas obras clássicas que tratam do Sertão Nordeste da primeira metade do século XX e o discurso das mídias) apresentando somente características negativas, foi possível compreender, a partir da Literatura de Cordel, que as categorias populares enxergam outras características no Sertão.

A vida no Sertão exigia resiliência, engenhosidade e, muitas vezes, a adoção de práticas que desafiavam as normas impostas pelas elites e pelo Governo. Também sendo um espaço de contrastes, onde as estruturas de poder opressivas criaram um ambiente no qual, a injustiça social era constante. Foi possível perceber no Sertão muito mais possibilidades do que limitações. A astúcia, como estratégia de desorganização dos jogos de poder se tornou uma ferramenta de resistência utilizada por sertanejos e cangaceiros, que historicamente, foram marginalizados dos fazeres políticos.

Falar sobre as estruturas que ajudaram a compor uma fisiogonia nos termos de Walter Benjamin do Cangaço que passa pela história dos fenômenos políticos. Os coronéis como grandes latifundiários e as elites locais que exerciam controle sobre quase todos os recursos existentes (terra, empregos, água, produção agrícola) conseguiram perpetuar seus poderes, principalmente, por exercer seu domínio sobre a população. Esse domínio assegurado pela violência e a falta de direitos básicos, levaram vários sertanejos a perceberem no Cangaço uma forma de justiça paralela ao Estado e também como uma forma de resistência contra as injustiças que o povo sofria. Nesse sentido assinalou Rui Facó (1965):

Não se compreendia, ou não se queria compreender, pois que interesses materiais do mais abjeto egoísmo não o permitiam, que se havia aquela convulsão, abrangendo tão grandes massas humanas por todo o Nordeste — e não só no Nordeste — é que deviam existir necessidades sociais que as instituições entorpecidas não podiam satisfazer. Não se tratava de crimes individuais não era, portanto um crime, mas um problema social a enfrentar. [...] O cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo que saíam [...] para as lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, de seu próprio destino. (Facó, 1965, pp. 44-45)

Compreender, assim como demonstra Facó (1965), que o problema ser enfrentado era o social desloca o entendimento que o Cangaço era o responsável pelas causas dos problemas sociais sertanejos. Encará-lo como um sintoma problematiza o que seriam ou quem seriam os causadores dos dilemas e mazelas sociais sertanejas. Ao engendrar essas características chegamos à constatação de que os fatores políticos e a manutenção de privilégios são potenciais responsáveis pelos verdadeiros crimes cometidos no Sertão: o descaso com o povo.

A relação existente entre as categorias de Sertão, Cangaço e Banditismo Social foram operacionalizadas pelas interpretações a partir do silenciamento. O silenciamento das narrativas do Cangaço e do Sertão foi uma ferramenta poderosa, utilizada pelas elites e pelos meios de comunicação oficiais do Estado para controlar e perpetuar as desigualdades sociais daquela região. Todavia, a Literatura de Cordel surge nesse cenário, como uma resistência a esse silenciamento. Ao denunciar o que o poder dominante tentou suprimir, tornou-se uma fonte que possibilitou acessar histórias e experiências diferentes. Esse compromisso da Literatura de Cordel propiciou compreensões mais complexas da história nordestina e revelou outras facetas de luta por justiça social no Sertão.

A poesia de Cordel foi a estrada que permitiu essa caminhada, pois ela colocou em suspensão prévias constatações e exigiu sensibilidade para compreendê-la. Por fim, continuo acreditando que a melhor maneira para conhecer o Cangaço é não desprezar a perspectiva do povo.

## Fontes

### Periódicos

#### JORNAL DO RECIFE

Ano 1919 – ed. (218) – (14/08/1919)

Ano 1920 – ed. (266) – (27/09/1920)

Ano 1922 – ed. (04) - (05/01/1922)

Ano 1922 – ed. (62) - (16/03/1922)

Ano 1922 – ed. (109) – (13/05/1922)

Ano 1922 – ed. (164) – (20/07/1922)

Ano 1922 – ed. (243) (21/10/1922)

Ano 1923 – ed. (03) – (05/01/1923)

Ano 1923 – ed. (45) – (24/02/1923).

Ano 1923 – ed. (208) – (06/09/1923)

Ano 1924 – ed. (59) – (11/03/1924)

Ano 1924 – ed. (195) – (23/08/1924)

Ano 1924 – ed. (232) – (05/10/1924)

Ano 1926 – ed. (9) – (12/01/1926)

Ano 1926 – ed. (101) – (04/05/1926)

Ano 1926 – ed. (298) – (23/12/1926)

Ano 1927 – ed. (06) – (08/01/1927)

Ano 1927 – ed. (137-2) – (15/06/1927)

Ano 1927 – ed. (138) – (16/06/1927)

Ano 1928 – ed. (130) – (05/06/1928)

Ano 1928 – ed. (141) – (19/06/1928)

## **Cordéis**

### **Antonio Ferreira da Cruz**

Visita de Lampião a Juazeiro. História de 3 irmãs que queriam casar. s.d., s.l. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Antonio%20Ferreira%20da%20Cruz&pesq=&pagfis=4705>>. Acesso em 24 jul 2024.

### **Francisco das Chagas Batista**

Antonio Silvino: vidas, crimes e julgamento. s.d, s.l. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Antonio%20Ferreira%20da%20Cruz&pesq=&pagfis=3030>>. Acesso em 02 jun 2022.

Desastre de Aquibadan – A história de Antonio Silvino (novos crimes) / A formosa Guiomar. Recife, 1898. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Antonio%20Ferreira%20da%20Cruz&pesq=&pagfis=3158>>. Acesso em 02 jun 2022.

A história completa de Antonio Silvino, sua vida de crimes. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Antonio%20Ferreira%20da%20Cruz&pesq=&pagfis=5229>>. Acesso em 02 jun 2022.

### **Francisco Sales Arêda**

Pobresa em reboição e os paus de arara do Norte. s.l., s.d. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Antonio%20Ferreira%20da%20Cruz&pesq=&pagfis=22283>>. Acesso em 02 jun 2022.

O verdadeiro encontro de João cobra choca com o sertanejo valente. s.l., s.d. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Antonio%20Ferreira%20da%20Cruz&pesq=&pagfis=22699>>. Acesso em 02 jun 2022.

Coronel Mangagá e o Seringueiro do Norte. s.l., s.d. Disponível em <<https://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Francisco%20Sales%20Ar%EF%BF%BDda&pesq=&pagfis=21206>> Acesso em 01 set 2024.

### **Gonçalo Ferreira da Silva**

Asa Branca: a inteligência a serviço do Cangaco. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Joao%20Martins%20de%20Ataide&pesq=&pagfis=43589>>. Acesso em 09 jun 2022

Corisco o sucessor de Lampião. 1940. s.l. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Joao%20Martins%20de%20Ataide&pesq=&pagfis=43872>>. Acesso em 09 jun 2022.

Jararaca o cangaceiro militar. s.d. s.l. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Francisco%20Sales%20Ar%EF%BF%BDda&pesq=&pagfis=44723>>. Acesso em 09 jun 2022.

Lampião o capitão do Cangaco. s.d. s.l. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Francisco%20Sales%20Ar%EF%BF%BDda&pesq=&pagfis=44810>>. Acesso em 09 jun 2022.

**João Martins de Athayde**

Entrada de Lampião acompanhado de 50 cangaceiros na cidade de Padre Cícero. In.: ATHAYDE, João Martins de. Coleção Cordel – João Martins de Athayde. São Paulo: Hedra, 2005.

**Manoel de Almeida Filho**

Vida, vingança e morte de Corisco. Fonte digital do acervo da autora. Ed. Luzeiro.

**Minelvino Francisco da Silva**

O encontro de Lampião com Padre Cícero no Céu. s.d. s.l. Disponível em: < <https://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Ant%EF%BF%B Dnio%20Ferreira%20da%20Cruz&pesq=&pagfis=36736> >. Acesso em 02 set 2024.

**Rodolfo Coelho Cavalcante**

Crueldade dos donos de terras com os pobres lavradores. s.d. s.l. Disponível em: < <https://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Ant%EF%BF%B Dnio%20Ferreira%20da%20Cruz&pesq=&pagfis=47721> >. Acesso em 02 set 2024.

Lampião não era tão cão como se pinta. s.d. s.l. Disponível em: < <https://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CordelFCRB&pasta=Ant%EF%BF%B Dnio%20Ferreira%20da%20Cruz&pesq=&pagfis=49493> >. Acesso em 09 jun 2022.

**Leandro Gomes de Barros**

Todas as lutas de Antonio Silvino. Recife. 1912. Disponível no acervo da biblioteca digital:< <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=RuiCordel&pasta=&pesq=LC6061&pagfis=841> >. Acesso em 26 ago. 2024.

**José Pacheco**

A chegada de Lampião no Inferno. s.d. Bezerros - PE. Fonte física do acervo da autora. Ed. J. Borges.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSARÉ, Patativa. *Patativa do Assaré uma voz no Nordeste*. São Paulo: Hedra, 2000.

ATHAYDE, João Martins de. *Coleção Cordel – João Martins de Athayde*. São Paulo: Hedra, 2005.

BACZKO, Bronislaw. In.: \_\_ ROMANO, Ruggiera. (dir.). *Enciclopédia Enaudi – vol. 05 – Anthropos – Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 296-327.

BARROS, José d' Assunção. *Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica*. *Revista Portuguesa de História – t. LII (2021) – p. 421-443*. Disponível em: <[http://doi.org/10.14195/0870-4147\\_52\\_18](http://doi.org/10.14195/0870-4147_52_18)>. Acesso em 16 out. 2024.

BARROSO, Gustavo. *Almas de lama e de aço*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

BARROSO, Maria Helenice de. *Os cordelistas do DF: dedilhando a viola, contando a história*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

\_\_\_\_\_. *No palco das reminiscências: as cores do cordel no Brasil e em Portugal*, 2013. 258 f., il. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BHABHA, H.K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CALADO, Antonio. *Os industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *Mandonismo. Coronelismo. Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt>> Acesso em 21 fev 2023.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Vaqueiros e Cantadores*. São Paulo: Global, 2005.

CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CORRÊA DE ARAÚJO, Antônio Amaury. *Lampião, as Mulheres e o Cangaço*. São Paulo: Traço Editora, 1984.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

DIJK, Teun A. van. *Discurso e Poder*. Org. HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina. São Paulo: Contexto, 2008.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. *A Arte do Povo: Histórias na Literatura de Cordel (1900-1940)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FERREIRA, Carlos Henrique de. CARVALHO, Ana Emília C. S. *Escolarização e Analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930)*. Disponível em <[http://https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira\\_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf](http://https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf)> Acesso em 15 abr 2021

FONTES, Oleone Coelho. *Lampião na Bahia*. 2ª ed. XXX: Vozes, 1988.

FONTELES NETO, Francisco Linhares; BRETAS, Marcos Luiz; FLORES, Mariana F. da C. Thompson. *História do Banditismo no Brasil: novos espaços, novas abordagens*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019.

FOUCAULT, Michel de. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Trad. Daniel Miranda; William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016

HERMANN, Jacqueline. “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado” In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889- 1930)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

JAKOBSON, Roman. “Do Realismo Artístico”. In.: *Teoria da Literatura: Formalistas Russos*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1970.

JÚNIOR, José Ferreira. *Lampião, um desconhecido em seu lugar de origem: a invisibilidade histórica lampiônica no ensino de História em escolas públicas de ensino fundamental, em Serra Talhada – PE*. 140 f. Dissertação (Mestrado PROF - HISTÓRIA) Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato – CE, 2021.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

LESSA, Orígenes. *Getúlio Vargas na Literatura de Cordel*. Rio de Janeiro: Documentário, 1973.

LIMA, Luiz Costa. História, ficção, literatura. Uma breve apresentação. *Eutomia*. Recife, ano 1. v. 1, jul. 2008.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. (org). *Fontes Históricas*. 2.ed.- São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, Daniela Maria Barreto. Daniela. A tessitura intersubjetiva dos entre-lugares: o que pode um grupo?. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. 2009. Disponível em <<http://www.aacademica.org/000-062/1255>>. Acesso em 13 out. 2024

MELO NETO, João Cabral de. Morte e vida Severina e outros poemas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MOTA, Leonardo. *No tempo de Lampião*. 3ª ed. Brasília: Ed. Cátedra, 1976.

NASCIMENTO, Luiz. *História da Imprensa de Pernambuco 1821-1954: Diários de Recife (1829-1900)*. Vol. II. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1966.

NEGREIROS, Adriana: *Sexo, violência e mulheres no cangaço*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

NEVES, Margarida de Sousa. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889- 1930)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas: Unicamp, 2007.

PERDIGÃO, Adalberto. *Política e Literatura de Cordel: o folheto como mídia informativa alternativamãe, popular e contra-hegemônica*. Fortaleza: RDS, 2022.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PERNAMBUCANO DE MELO, Frederico *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 5.ª ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

\_\_\_\_\_. *Estrelas de Couro: A estética do Cangaço*. São Paulo: Escrituras, 2010

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Literatura: uma velha-nova história*. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Debates, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do Cangaço*. 5.ª ed. São Paulo: Global, 1997.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. São Paulo, Martins, 1973.

ROSA, Guimarães João. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SARMENTO, Layra de Sousa Cruz. A força do fraco: a astúcia como estratégia de desorganização dos jogos de poder no sertão nordestino. 2017. 124 f., il. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 82, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/626>. Acesso em 25 jan 2024.

TORRES FILHO, Geraldo Ferraz de Sá. *Pernambuco no tempo do cangaço (Antonio Silvino, Sinhô Pereira e Virgulino Ferreira “Lampião”): Theophanes Ferraz Torres: um bravo militar: 1926-1933*. 1ª ed. Recife: Bagaço, 2011.

VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no Sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

VASCONCELOS, Claudia Pereira, *Ser-Tão Baiano: O Lugar Da Sertanidade Na Configuração Da Identidade Baiana*. SciELO – EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523212339>. 2004.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

## **Anexos**

Saber sobre a história dos poetas cordelistas, autores dos cordéis que compuseram essa tese é muito importante para esse trabalho, pois eles tiveram desafios para se consolidarem nessa carreira. A Fundação Casa de Rui Barbosa, após uma pesquisa muito difícil disponibilizou uma espécie de compilado da vida e história desses poetas. Justifico que é difícil essa pesquisa realizada pela referida Fundação Casa de Rui Barbosa, pois grande parte desses cordelistas nasceram em fins do século XIX e morreram na primeira metade do século XX. E os dados desses poetas se perderam ao longo do tempo.

### **Antonio Ferreira da Cruz**

Antônio Ferreira da Cruz nasceu na cidade de Ingá (PB), em 1876. Foi operário e contramestre de tecelagem numa fábrica de tecidos até os anos 30, quando se tornou cantador e poeta.

Há pouca bibliografia sobre esse cantador, visto não ser, naquela época, comum a feitura desses registros. O que se tem são informações transmitidas oralmente por outros poetas e também por pesquisadores interessados. Algumas de suas obras foram catalogadas sem a referência de autor, diante do fato de ter, muitas vezes, assinado com Antonio F. da Cruz ou simplesmente Antonio Cruz.

Usou o acróstico ANTONIOFERREIRA, o que gerou ainda mais controvérsias sobre a autoria de seus folhetos. Inspirou vários outros poetas que compuseram, de memória, muitas cantorias, desafios e pelepas envolvendo suas apresentações. A mais conhecida, composta pelo poeta João Ferreira de Lima - Discussão de dois poetas, Antônio da Cruz com Cajarana.

É constantemente citado em vários folhetos como um dos maiores cantadores de sua época. Autor de inúmeros folhetos, composto de 8, 12, 16, 24 e 32 páginas, setissilábicas. Entretanto, destacou-se como glosador em décassílabos, na modalidade de martelo agalopado e mourão de oito pés dentre outras.

Também abordou temas e personalidades religiosas como Frei Damião em A grande profecia de Frei Damião ao povo brasileiro; e dentre as pelepas encontramos Peleja de Antonio F. da Cruz com Manoel dos Santos e Peleja de Antonio F. da Cruz com Manoel Barauna Neto.

Sua verve de poeta não deixou de fora os grandes romances, como Nequinho e Adelina ou a marreca encantada.

O poeta Manoel Camilo dos Santos, no folheto “Os dois amantes no cárcere”, de 1954, fez, em sua última página, uma advertência intitulada A um mentiroso, em que cita o nome de Antonio da Cruz, dentre outros que tiveram sua autoria usurpada.

### **Francisco das Chagas Batista**

Nasceu na Vila do Teixeira, PB, em 05/05/1882 e faleceu na capital do Estado da Paraíba em 26/01/1930. Em 1900, vendia água e lenha e estudava, em Campina Grande; em 1905 vendeu folhetos no Recife, e em Olinda passou pouco tempo no seminário; depois, trabalhou na ferrovia de Alagoa Grande.

Em 1907, pioneiramente, versejou o romance **Quo vadis**, de Henryk Sienkiewicz; em 1909, residiu em Guarabira, onde trabalhou com o irmão, o editor Pedro Batista e casou com a prima Hugolina Nunes - tiveram 11 filhos, dentre eles os poetas populares Paulo, Pedro, Maria das Neves e o folclorista Sebastião Nunes Batista, que produziu obras referenciais do cordel).

Em 1911, vivia na capital da Paraíba e negociava com livros; em 1913 fundou a Livraria **Popular Editora**, editando paródias, modinhas, novelas, contos, poesia, e se firmou comum dos intelectuais da época. Em 1929 publica o livro **Cantadores e poetas populares**, imprescindível para a pesquisa em literatura popular em verso por conter as mais antigas e confiáveis informações sobre esta forma poética. Ele foi dos primeiros editores de cordel e imprimiu produções de muitos poetas populares da época, exceto de João Martins de Ataíde.

Conquanto se o tenha como dos maiores autores do cordel, o estágio atual da pesquisa não permite precisar quantos folhetos produziu. Ruth Terra identificou em coleções 45 inquestionavelmente escritos por ele, dentre os quais 19 sobre a nascente gesta do cangaço e clássicos que criou ao dar forma poética à **História da Imperatriz Porcina**, de Balthazar Dias, **Escrava Isaura**, de Bernardo Guimarães e **História de Esmeraldina**, baseada em novela do **Decameron**, de Boccaccio.

### **Francisco Sales Arêda**

Francisco Sales Arêda, natural de Campina Grande (PB), em 1916. Transfere-se, em 1927, para Caruaru, agreste pernambucano, onde atuou como cantador de viola, fotógrafo de feira (lambe-lambe), e vendedor de folhetos.

Cantou de 1940 a 1954, quando abandonou a viola, dedicando-se, exclusivamente, à poesia de composição. Esses poetas conhecidos como poetas de bancadas ou de cordel - pessoas que escrevem folhetos rimados, tradicionalmente vendidos em feiras populares, onde são expostos dependurados em barbante.

Publicou o primeiro folheto em 1946 - O casamento e herança de Chica Pançuda com Bernardo Pelado. Como os bons poetas, percorreu várias temáticas: aventura – As preseçadas de Pedro Malazartes, em que aborda a astúcia e a malandragem; cantorias, desafios e emboladas - A malassombrada peleja de Francisco Sales com o Negro Visão.

Sua obra é extensa passando de uma centena de títulos publicados por várias tipografias e editoras como a Folhetaria Borges, em Bezerros (PE); Art-Folheto São José, em Caruaru (PE); Luzeiro do Norte (PE); e, Luzeiro (SP). Costumava usar o acróstico FSALES no final de seus poemas. Faleceu em Caruaru (PE), na casa da filha, em 2005.

### **João Martins de Athayde**

João nasceu em Cachoeira de Cebolas, povoado de Ingá do Bacamarte, Paraíba, segundo ele próprio em 23 de junho de 1880. Devido à seca de 1898, migrou para Pernambuco, radicando-se no Recife. Faleceu em Limoeiro (PE), em 1959. Publicou o seu primeiro folheto impresso na Tipografia Moderna: *Um preto e um branco apurando qualidades*. Embora seja da primeira geração dos poetas de cordel, não pertenceu ao grupo que frequentava a Popular Editora, de Francisco das Chagas Batista.

Sua admiração por Leandro Gomes de Barros não era correspondida. Ao contrário: por duas vezes foi destrutado (na resposta ao folheto *Discussão de Leandro Gomes de Barros com João Athayde* e na contestação que recebeu o seu poema *O marco do meio mundo*). Para Ruth Terra, as respostas de Leandro, apesar de serem contraditas, revelam o seu reconhecimento da importância de Athayde. Em 1918, Athayde escreveu *A pranteada morte do grande poeta Leandro Gomes de Barros*. Em 1921, adquiriu os direitos de publicação de toda a obra de Leandro e iniciou a republicação, inicialmente, se indicando como editor e, posteriormente,

retirando a informação da autoria de Leandro. A identificação dos folhetos acima referidos e outros, publicados antes de 1921, registra a criação poética de Athayde, não havendo dúvidas de que, além de editor, ele foi, efetivamente, um poeta da literatura popular.

Além de Leandro, vários poetas foram editados por Athayde. É com ele que se realizam profundas mudanças: a) na relação entre os poetas e o proprietário da gráfica; b) na apresentação gráfica dos folhetos. Ele fez surgir os contratos de edição com o pagamento de direitos de propriedade intelectual, o uso de subtítulos e preâmbulos em prosa e a sujeição da criação poética ao espaço disponível, fixando-se o padrão dos folhetos pelo número de páginas em múltiplos de quatro.

João Martins de Athayde, no ano de 1949, após haver passado por um acidente vascular cerebral, se afastou da atividade de editor, vendeu a sua tipografia para José Bernardo da Silva, repassando-lhe os estoques e os direitos de edição sobre tudo o que publicou.

### **José Pacheco**

José Pacheco da Rocha, ou José Pacheco, como é mais conhecido, nasceu no Município de Corrientes, em Pernambuco, residindo algum tempo na cidade de Caruaru, naquele mesmo estado.

Viveu muitos anos em Maceió, Alagoas, vindo a falecer naquela cidade, provavelmente em 1954. Folhetos de sua autoria foram publicados pela Luzeiro Editora, de São Paulo. Recentemente, a Editora Queima-Bucha, de Mossoró (RN), publicou o folheto *A intriga do cachorro com o gato*. Além disso, há edições de suas obras pela Catavento, de Aracaju (SE); Lira Nordestina, de Juazeiro do Norte (CE); Coqueiro, de Recife (PE), e por outras editoras.

Seus folhetos mais importantes são *História da princesa Rosamunda ou a morte do gigante* e *A chegada de Lampião no inferno*. As histórias de gracejos são um dos aspectos marcantes dos cordéis de José Pacheco, considerado um dos maiores cordelistas satíricos do Brasil. Mas o poeta se dedicou também a outros temas, como histórias de bichos, religião e romances.

## **Leandro Gomes de Barros**

Leandro Gomes de Barros, paraibano nascido em 19/11/1865, na Fazenda da Melancia, no Município de Pombal, é considerado o rei dos poetas populares do seu tempo. Foi educado pela família do Padre Vicente Xavier de Farias, (1823-1907), proprietários da fazenda, e dos quais era sobrinho por parte de mãe. Em companhia da família "adotiva" mudou-se para a Vila do Teixeira, que se tornaria o berço da Literatura Popular nordestina, onde permaneceu até os 15 anos de idade tendo conhecido vários cantadores e poetas ilustres.

Do Teixeira vai para Pernambuco e fixa residência primeiramente em Jaboatão, onde morou até 1906, depois em Vitória de Santo Antão e a partir de 1907 no Recife onde viveu de aluguel em vários endereços, imprimindo a maior parte de sua obra poética no próprio prelo ou em diversas tipografias. Vale a pena transcrever o aviso no final de um poema, *A Cura da Quebradeira*, que demonstra suas constantes mudanças e o grande tino comercial: "Leandro Gomes de Barros, avisa que está morando em Areias, Recife, e que remeterá pelo correio todos os folhetos de suas produções que lhe sejam pedidos".

Sua atividade poética o obriga a viajar bastante por aqueles sertões para divulgar e vender seus poemas e tal fato é comentado por seus contemporâneos, João Martins de Ataíde e Francisco das Chagas Baptista.

## **Manoel de Almeida Filho**

Manuel d'Almeida Filho nasceu em 1914, no município de Alagoa Grande, próximo a Campina Grande. Era filho de agricultores, tendo vivido exclusivamente no campo até por volta dos oito anos, quando foi levado pela primeira vez à cidade, onde se deu seu encontro decisivo com a literatura de cordel.

Quis aprender o ABC para decifrar as palavras nos folhetos, tornando-se, com isso, leitor habitual do gênero. Já por volta de 1936, vivendo como operário na capital paraibana, publicou seu primeiro folheto: *A moça que nasceu pintada, com unhas de ponta e sobranceiras raspadas*, que versava sobre um caso polêmico ocorrido no interior do estado. Logo depois, tornou-se autor-proprietário e mercador ambulante nas feiras entre Pernambuco e o Estado da Paraíba. Foi admirador declarado de João Martins de Ataíde e da roda de cantadores que se reuniam no Recife, em torno do poeta-editor pernambucano.

Em 1940, fixou residência em Aracaju, capital de Sergipe, tornando-se, na década de 1950, um dos mais respeitados autores do gênero. A partir de 1955, passa a negociar o direito de publicação de suas obras com a Editora Prelúdio de São Paulo (hoje Editora Luzeiro, situada na mesma capital), tendo sido, até meados da década de 1990, um dos principais colaboradores da casa. Aos oitenta anos, ainda em atividade no Mercado Municipal de Aracaju e envolvido com o trabalho de revisão de diversos originais, veio a falecer no dia 8 de junho de 1995. Escreveu romances de amor e aventuras passados no Nordeste, biografias de cangaceiros, histórias baseadas em produções diversas da cultura de massa, bem como contos de encantamento, de exemplo e faceciosos, alguns desses, de cunho erótico, publicados com o pseudônimo Adam Fialho.

Integram a coleção da editora paulistana em torno de 200 títulos publicados, dentre esses: *Vicente, o rei dos ladrões* (1953), *Josafá e Marieta* (1956), *Os cabras de Lampeão* (1966), *Os três conselhos da sorte* (1970), *Gabriela* (1976) e *A troca das esposas* (1982). As informações sobre Manuel d’Almeida foram colhidas em depoimento do autor, gravado em vídeo em 1993, e em pesquisas realizadas nos acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, do Museu do Folclore e da Editora Luzeiro.

### **Minelvino Francisco da Silva**

Minelvino Francisco Silva nasceu no povoado de Palmeiral, Município de Mundo Novo (BA), em 1926. Criado em Jacobina (BA), trabalhou como garimpeiro, radicando-se posteriormente em Itabuna (BA). Seu primeiro contato com a literatura de cordel foi com o clássico *Romance do pavão misterioso*, de João Melquíades Ferreira da Silva (*N.E.: até hoje permanece a dúvida, na verdade, sobre quem foi o real autor dessa obra, se Melquíades ou José Camelo de Melo Resende*).

Começou a versejar aos vinte e dois anos de idade e sua primeira sextilha, segundo a professora Edilene Matos, foi improvisada durante o I Congresso Nacional de Trovadores e Violeiros (1955) e dedicada a João Martins de Ataíde: “Até eu cheguei na hora / Como humilde trovador / Abracei ele, dizendo: / Parabéns meu Professor / Por todas as suas obras / de grandioso valor.”

Poeta popular e xilógrafo dos mais talentosos na poesia e no talhe, compôs, basicamente, em sextilhas e setilhas. Viveu intensamente o universo do cordel, passando por todas as

modalidades e deixando a marca da qualidade e do rigor em tudo o que escreveu. Percorreu uma variedade de temas, como contos de encantamento (trazendo para o folheto popular a tradição oral dos contos de fadas), de amor, de animais e fatos políticos e do cotidiano, dentre outros. Publicou o primeiro folheto em 1949 – *A enchente de Miguel Calmon e o desastre do trem de Água Baixa* -, editado pelo amigo e companheiro de lutas em prol da causa dos poetas populares, Rodolfo Coelho Cavalcante.

Em 1980, venceu o concurso Prêmio Literatura de Cordel, promovido pelo Núcleo de Pesquisa e Cultura da Literatura de Cordel como parte das comemorações do centenário de João Martins de Ataíde, com o folheto *Vida, profissão e morte*, de João Martins de Ataíde. Fascinado pela arte da composição e da impressão tipográfica, adquiriu uma impressora manual, onde confeccionava seus folhetos, inclusive as capas, conforme mostra nos versos: “Eu mesmo escrevo a estória / eu mesmo faço o clichê / eu mesmo faço a impressão / Eu mesmo vou vender / e canto na praça pública / para todo mundo ver”.

Seu interesse o fez mudar para uma impressora elétrica, mas em 1979 sofreu um acidente, perdendo três dedos. Este fato não o impediu de continuar no ofício, pelo contrário, sua técnica foi aperfeiçoada, referindo-se ao episódio nos versos: “No dia dez de outubro / Compus uma oração / Botei na máquina impressora / Para fazer a impressão / Em vez de imprimir o papel / Errei e imprimi a mão”.

Editou em várias tipografias e editoras como a Tipografia São Francisco, em Juazeiro do Norte (CE), a Luzeiro e a Prelúdio, em São Paulo (SP). Faleceu no dia do seu aniversário, a 29 de novembro de 1999, na mesma rua em que viveu, em Itabuana (BA).

### **Rodolfo Coelho Cavalcante**

Rodolfo Coelho Cavalcanti nasceu em Rio Largo (AL) em 1919. Entretanto, consta do registro de nascimento a data de 1917. Filho de Arthur de Holanda Cavalcante e Maria Coelho Cavalcante, foi criado pelos avós maternos até os 8 anos, quando retorna à casa dos pais. As constantes mudanças entre Maceió e Rio Largo o obrigaram a trabalhar para ajudar no sustento familiar. Adolescente, percorre parte do Norte e Nordeste, atuando como camelô, palhaço de circo, dentre outras atividades. Desde essa fase, já se faz notar como bom versejador, participando de pastoris, cheganças e reisados.

Em Parnaíba (PI), adquire folhetos do poeta e editor João Martins de Ataíde para revender, começando assim sua vida de folheteiro. Instala-se em Salvador (BA), em 1945, firmando-se como defensor e líder da classe de poetas. Publica folheto dedicado ao governador Otávio Mangabeira, que libera poetas, cantadores e folheteiros da proibição de comercializarem seus produtos em praças públicas. Publicou principalmente em Salvador e Jequié; formou uma vasta rede de agentes distribuidores em todo o Nordeste, editou também na Prelúdio (SP).

Realizou na Bahia, em 1955, o I Congresso Nacional de Trovadores e Violeiros. Como jornalista, fundou alguns periódicos, como *A Voz do Trovador*, *O Trovador* e *Brasil Poético*. Percorreu vários temas da literatura de cordel, os mais recorrentes foram os abecês, biografias, cantorias e fatos do cotidiano. Foi também tema de vários poetas e pesquisadores da literatura de cordel. Seus folhetos, em sua maioria, de oito páginas, com capas em xilogravuras ou clichês, eram confeccionados artesanalmente, com a ajuda dos filhos. Somente a impressão era feita em tipografias.

Publica o primeiro folheto, *Os clamores dos incêndios em Teresina*. Publica o *ABC de Otávio Mangabeira*, em 1949; *ABC da praça Cayrú*, [19--]; *ABC de Getúlio Vargas*, [19--]. Seu primeiro grande sucesso de vendas foi *A volta de Getúlio*, de 1950. Na Prelúdio (SP), os folhetos *ABC dos namorados*, *do Amor*, *do Beijo e da Dança* e *A Chegada de Lampião no Céu*, ambos em 1959.

Morreu em 1986. Pouco antes, enviou trova para o II Concurso de Trovas de Belém do Pará: “Quando este mundo eu deixar / A ninguém direi adeus / Dos poetas quero levar / Suas trovas para Deus.